

FAE

CENTRO UNIVERSITÁRIO

MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

MARIA CRISTINA PRATIS HERNÁNDEZ

REDE DE ONGS COMO “INTELECTUAL ORGÂNICO” E SUA
IMPLICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CURITIBA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA CRISTINA PRATIS HERNÁNDEZ

**REDE DE ONGS COMO “INTELECTUAL ORGÂNICO” E SUA
IMPLICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
em Organizações e Desenvolvimento
pela FAE Centro Universitário.**


Orientador: Prof. Dr. Osmar Ponchirolli

CURITIBA

MARIA CRISTINA PRATIS HERNÁNDEZ

REDE DE ONGS COMO INTELLECTUAIS ORGÂNICOS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL

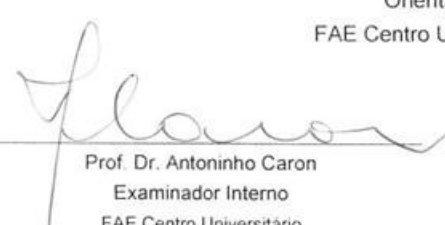
Esta dissertação foi julgada adequada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Organizações e Desenvolvimento pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário.

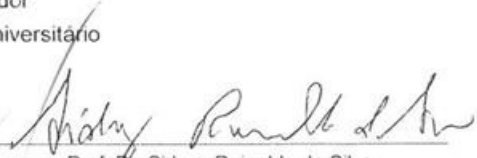

Curitiba, 24 de março de 2009.

Prof. Dr. Antoninho Caron
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Osmar Ponchirolli
Orientador
FAE Centro Universitário


Prof. Dr. Antoninho Caron
Examinador Interno
FAE Centro Universitário


Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva
Examinador Externo
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP


Prof. Dr. Lafareta Santos Neves
Suplente
FAE Centro Universitário

RESUMO

O presente estudo visa situar dentro de um contexto teórico transdisciplinar, o fenômeno dos organismos não governamentais, que se insere na complexidade de idéias centradas na dialética do todo e do uno, do local e global. Onde a renovação dos discursos, valores, visões de mundo, de pluralidade social e questão ambiental compõem esta complexidade. Como atores, as ONG's, estando inseridas num contexto político-social contemporâneo, sofrem as conseqüências das mudanças paradigmáticas, não só do ponto de vista científico, mas também das instituições sociais. Como é o caso da crise do Estado Nacional e da ampliação das redes sociais. O eixo norteador é a teoria da complexidade, que mesmo permanecendo na marginalidade do pensamento científico, é um incitamento para o pensar. Sem ter a pretensão da completude, ela luta contra a mutilação do conhecimento e onde se questiona o modelo de ciência moderna linear e disjuntiva. De tal forma, que os novos conhecimentos orquestrados por redes mundializadas chamam atenção para os novos sujeitos sociais, que despontam nas crises dos Estados-Nações. Assim como, também chamam atenção para a sustentabilidade complexa, onde diferentes dimensões da vida individual e social são integradas em escala globalizada. Nesse universo macro e micro, no qual estamos inseridos, a comunicação e, principalmente, a educação exercem um dos papéis fundamentais, na formação da consciência e do conhecimento prudente refletidos num raciocínio ético responsável. E no caso das ONGs de formação, estas poderão exercer o papel de intelectual orgânico, para concretização da sustentabilidade. Trata-se de uma pesquisa de caráter indutivo e de natureza predominantemente qualitativa que, em concordância com os objetivos propostos foi possível identificar o ethos da rede de ONGs estudada.

Palavras-chave: complexidade; Estado-nação; ONGs de formação; teologia.

ABSTRACT

This study is an attempt to situate the phenomenon of non-government organizations (NGOs) within a transdisciplinary theoretical context, a complex of ideas centered around the dialectic of all and one, of local and global. This complex of ideas includes: renovation of discourses, values, worldviews, views of social plurality and environmental questions. As actors, the NGOs, having been placed within a contemporary political-social context, are affected by paradigm changes, not only from a scientific point of view, but also within social institutions, as is the case with the crisis of the nation state and the extension of social networks. The theory of complexity serves as a guide, since, although it remains at the margins of scientific thought, it provides the basis for a different way of thinking. Without attempting to be complete, this theory serves as a bulwark against the mutilation of knowledge, forming the basis for a questioning of the modern, linear, analytical, scientific model. Just as new knowledge assembled by global networks calls attention to new social subjects, who appear whenever there is a crisis at the Nation state, it also calls attention to complex sustainability, whereby different dimensions of individual and social life are integrated on a global scale. In this macro- and micro-universe, of which we form a part, communication and, especially, education exercise a fundamental role in the formation of consciousness and of prudent knowledge that is reflected in responsible ethical reasoning. The developmental NGOs are capable of exercising an organic intellectual role that serves to bring about this sustainability. The study performed here is an inductive, and predominantly qualitative, investigation, which, in accordance with the proposed objectives, makes possible the identification of the ethos of the network of NGOs being studied.

Key words: complexity; nation state; developmental NGOs; theology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ORGANIZAÇÕES E COMPLEXIDADES	11
1.1 PARADIGMAS.....	14
1.1.1 Paradigma Dominante.....	15
1.1.2 Paradigma Emergente.....	19
1.2 TEORIA DA COMPLEXIDADE	20
1.2.1 O Conhecimento.....	21
1.2.2 O Autoconhecimento	24
1.2.3 Subjetividade.....	26
1.2.4 Emancipação.....	29
2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	34
2.1 A RELAÇÃO DE FORÇA ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE	34
2.2 A MODERNIDADE E O ESTADO.....	36
2.3 A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	39
2.4 A QUESTÃO DO DIREITO E DA CIDADANIA.....	40
2.5 AS FILOSOFIAS QUE NORTEARAM A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	42
2.5.1 O Liberalismo	42
2.5.2 O Positivismo e o Castilhismo	44
2.5.3 Católicos Conservadores.....	45
2.5.4 Getulismo	46
2.5.5 O Marxismo	47
2.6 A RELAÇÃO DO ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR.....	49
2.6.1 Os Parceiros Preferenciais do Estado Brasileiro.....	53
2.6.2 Gerenciamento do Estado	53
3 ONGS COMO INTELLECTUAIS ORGÂNICOS	55
3.1 O INTELLECTUAL ORGÂNICO DIANTE DOS NOVOS DESAFIOS	55
3.2 TERCEIRO SETOR E AS ONGS COMO NOVOS SUJEITOS SOCIAIS	61
3.3 A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR/ONGS.....	62
3.4 AS REDES	65
3.5 A REDE DE ONGS.....	68

4 ÉTICA E SUSTENTABILIDADE	69
4.1 INSERÇÃO DA ÉTICA NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA	69
4.2 SUSTENTABILIDADE	74
4.3 DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA.....	79
4.3.1 A Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Humano ou Local	80
4.3.2 A Educação Ambiental como Instrumento para a Viabilização da Sustentabilidade	80
4.4 O MODELO DE ECONOMIA DOMINANTE.....	82
4.4.1 O Modelo de Economia Paraeconômica.....	82
4.4.2 A Economia Dual.....	87
4.4.3 Alocação dos Recursos Ecológicos	88
4.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA OU ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	88
4.6 A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO	91
5 TEOLOGIA E POLÍTICA	94
5.1 TEOLOGIA DO CAPITALISMO DEMOCRÁTICO	99
5.1.1 Uma Teologia do Desenvolvimento na América Latina	101
5.2 A IGREJA E A SUA IDENTIDADE	102
5.2.1 A Formação Política dos Militantes Católicos	102
5.2.2 A Pedagogia Popular Católica.....	105
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	106
6.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	107
6.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	107
6.3 A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	110
7 ANÁLISE DOS DADOS	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126
ANEXO	133

INTRODUÇÃO

Por meio da análise do programa de educação política dada por uma rede de apoio de Organizações não Governamentais, que atuam em Curitiba. Foi possível saber que essas ONGs foram criadas a partir de Comunidades Eclesiais de Base, que eram inspiradas na Teologia da Libertação. Mas no entanto, todas se identificam como ecumênicas.

Esta articulação de organismos se dá simultaneamente no Brasil e na Itália. No Brasil, as entidades parceiras são: CEFURIA (Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo), CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores) MST (Movimento Sem Terra), é a entidade de maior influência no grupo, CPT (Comissão Pastoral da Terra), CPO (Comissão Pastoral Operária), Terra de Direitos, CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Estas entidades formam o Conselho Deliberativo. Além de entidades parceiras, na Itália que são as seguintes: Comunidade de Mambre, Escola da Paz de Boves, Comissão de Cultura da Diocese de Cuneo.

As ONGs passaram a se configurar como um fenômeno social, principalmente a partir da ECO 92, onde a questão da sustentabilidade foi colocada em debate, mundialmente. Ademais, elas são organismos que trazem consigo uma natureza complexa. Portanto esse estudo tem como enfoque tanto a teoria da complexidade quanto a teoria das organizações.

Justificativa

A rede de ONGs funciona de maneira articulada de dependências e interdependências, entre si. Contudo, cada ONG, possui seu caráter específico, mas muitas vezes se juntam para um trabalho coletivo. Portanto, cada uma foi criada para atender um aspecto social: como político, cultural, assistencial. Mas que no conjunto acabam criando uma unidade complexa, pois atuam de forma coordenada e com apoio entre si. Ademais, essa forma colaborativa é uma maneira de ampliarem o seu trabalho, facilitando a sobrevivência das mesmas.

O discurso que essas ONGs possui é de contribuir para a formação de lideranças do movimento popular, sindical, pastorais e partidos políticos. De forma que essas lideranças possam ter uma ação local transformadora. Além de ajudar na identificação e sistematização da problemática política, econômica, cultural da

região. São inspiradas na filosofia freiriana. Propõem a construção de uma sociedade economicamente justa, culturalmente plural, radicalmente democrático, isto é, do verdadeiro governo do povo.

Essa poderá contribuir para o entendimento da complexidade das redes de relacionamentos. Identificando suas vantagens e desvantagens. Tendo em vista que, por meio delas é possível verificar a captação de recursos financeiros, principalmente os de fontes estrangeiras. Também, é uma forma de ampliarem o seu trabalho, com um número reduzido de mão-de-obra e, facilita a sobrevivência das mesmas, pois as suas ações são coordenadas. Por último, busca-se verificar se dá ou não o reflexo da atuação das ONGs no desenvolvimento local e se é possível verificar se essa rede de ONGs desempenha o papel de intelectual orgânico.

Problemática da Pesquisa

As ONGs fazem parte do Terceiro Setor e, portanto integram a sociedade civil organizada. E passam atuar nas interfaces dos três setores: Estado, empresas e sociedade. Tendo inclusive, de desempenhar alguns papéis que caberiam ao Estado ou mesmo a iniciativa privada.

As questões que se apresentam para este estudo são as seguintes: o que define a necessidade de uma ONG é a divisão de papéis ou a convivência produtiva da sociedade? Além disso, a rede de ONGs de formação pode ser considerada como intelectual orgânico dos grupos sociais excluídos do modelo sócio-econômico-político hegemônico, e com isso ela pode contribuir para o desenvolvimento local?

Objetivos da Pesquisa

O objetivo Geral desta pesquisa é responder se uma rede de ONGs, no universo do Terceiro Setor atua como intelectual orgânico, visando desvelar se essas ações têm e/ou podem contribuir para a formação de uma consciência social por parte dos trabalhadores, e conseqüentemente, pela comunidade local. E os objetivos específicos são os seguintes:

- Analisar o fenômeno da organização não governamental do ponto-de-vista da complexidade;
- Analisar o conceito de Estado e Sociedade Civil;
- Apresentar as ONGs como intelectuais orgânicos;
- Descrever o funcionamento de uma rede de ONGs de formação mediante um estudo de caso.

Limitações da Pesquisa

Ocorreram algumas limitações no decorrer da presente pesquisa, tais como: o caráter ideológico das ONGs estudadas, a não possibilidade de gravar todas as entrevistas semi-estruturadas, o número limitado de lideranças, que acabam assumindo diversos papéis nas ONGs.

Estruturação da Pesquisa

A pesquisa está estruturada em sete capítulos. A Introdução compreende a descrição dos aspectos metodológicos-científicos que são utilizados em trabalho de pesquisa de pós-graduação. No capítulo 1, procura-se entender o fenômeno da organização, por meio da teia da complexidade, de onde é gerado o conhecimento e o auto-conhecimento de um organismo. De tal forma, que esse processo de retro-alimentação cognoscente tem provocado mudanças paradigmáticas nos diversos campos dos saberes humanos. No capítulo 2, procura-se analisar a relação entre o Estado e a sociedade, tomando como base as idéias de Gramsci, Bobbio e Bauman. Neste capítulo, também é feita análise das novas configurações do Estado Nacional. Em particular é tratado da formação do Estado brasileiro. No capítulo 3, busca-se entender o papel de intelectual orgânico, principalmente, o das ONGs, inseridas no fenômeno das redes. No capítulo 4, é tratada a Ética em relação à sustentabilidade, onde são abordadas as questões da economia e da educação. No capítulo 5, leva-se em consideração, que a rede de ONGs estudada tem sua origem em CEBs, por isso está sendo feito um vínculo entre Teologia e Política. No capítulo 6, aprofunda-se os procedimentos metodológicos da pesquisa e no capítulo 7 são feitas as análises dos dados coletados na mesma.

1 ORGANIZAÇÕES E COMPLEXIDADES

A palavra organização origina-se da palavra *organon*, que significa ferramenta ou instrumento, em grego. Por isso, o conceito de organização quase sempre remete a algo mecânico e instrumental.

As organizações são muitas coisas ao mesmo tempo. Elas são complexas, ambíguas e paradoxais. Sendo possível explorar a sua complexidade, tanto pelo lado descritivo, quanto pelo prescritivo. Elas podem ser lidas de diversas maneiras, tais como: organismo, um meio cultural, um sistema político, uma arena, um símbolo, um instrumento. Em última instância, as organizações são fenômenos racionais que precisam ser compreendidos em função dos seus objetivos e metas, este tipo de pressuposição quase sempre impede o caminho de uma análise realista. (MORGAN, 1996, p.327).

Essa complexidade é denotação de uma verdade no mundo das organizações, assim como na vida social, em geral.

Há uma relação estreita entre o modo de agir e de pensar dentro de uma organização. E muitos problemas surgem daí, assim como os valores e comportamentos dos integrantes da organização. No universo organizacional, as diversas tarefas especializadas precisam combinar-se e integrar-se porque elas são interdependentes. Para realizar uma, é preciso realizar outra, ou nada acontece.

A concepção burocrática traz em seu bojo a idéia de organizar-se melhor. Na concepção holográfica existem princípios de organização do trabalho muito claros que produzem um processo de auto-organização. De acordo com a metáfora da cultura "a organização acha-se alicerçada em um sistema de significado. Não depende da existência de regras ou estruturas burocráticas." (MORGAN, 1996, p.342).

A ampla variedade de leituras sobre organização, pode criar ampla variedade de possibilidades de ação, em relação à mesma. E com isso possibilita melhor compreensão da organização. E é feito um convite para se fazer aquilo que já se faz naturalmente de um modo muito mais amplo e consciente.

As pessoas que aprendem a ler situações a partir de diferentes pontos de vista, isto é, a partir de várias teorias, apresentam uma vantagem em relação às que possuem somente uma leitura da realidade. À medida que se desenvolve a arte de ler situações, tanto a análise crítica quanto a avaliação tornam-se um modo de pensar.

No entanto há diversas formas de olhar a mesma realidade e, isso acaba produzindo formas deferentes de percepções, entre aqueles que trabalham juntos. E as metáforas acabam funcionando como óculos para a compreensão da natureza do fenômeno da organização, contudo

[...] o problema de se compreender uma organização é mais difícil de ser resolvido, uma vez que não se sabe realmente aquilo que as organizações são, no sentido de se ter uma única e verdadeira posição a partir da qual as demais podem ser consideradas. (MORGAN, 1996, p.347).

Pois, o mesmo aspecto de uma organização pode ser diferentes coisas ao mesmo tempo, porém sempre interligados, isto é, uma organização burocrática, pode ser uma "máquina, um fenômeno cultural, político"

Morgan (1996), numa atitude concretista cunhou a palavra imaginização, para simbolizar a imagem em ação. Tendo em vista, que a organização é sempre determinada por imagens e idéias. Portanto, nas organizações sempre é possível mudar as visões de mundo.

Imagens e metáforas não são somente construtos interpretativos ou formas de encarar a realidade, que além de fornecerem uma estrutura para a ação, também, são fatores intrínsecos ao processo de imaginização, que através dos quais podem ser feitas análises ou descrição da natureza da vida organizacional.

As organizações criativas operam no limite do caos, onde as ligações entre a ação e os resultados a longo prazo ficam perdidos, fazendo com que seja impossível para os seus membros usar os processos racionais e intencionais.

Portanto para entender o fenômeno das organizações, é preciso entender o paradigma da complexidade. Para isso, é necessário caracterizar o que venha a ser Organização. Esta é um complexo de variedades e de ordem repetitiva (redundância); pode ser considerada como um compromisso ou uma conjugação entre o máximo de variedade e o máximo de redundância. De forma que, a primeira e fundamental complexidade do sistema é associar em si a idéia de unidade, por um lado, e de diversidade ou multiplicidade, por outro. Mas que a princípio se repelem e se excluem. Dando origem a um sistema é uma unidade global, não elementar, pois é constituído de partes diversas inter-relecionadas entre si.

Pode-se dizer que a palavra sistema designa uma rede de elementos,

composta de indivíduos e do seu entorno, isto é, do ecossistema, interagindo uns sobre os outros. Sendo assim, o conceito de complexidade dá lugar a interpretações diversas, porque recobre uma realidade multidimensional e apresenta inúmeros aspectos multivariados mais ou menos complementares.

A auto-organização traz consigo uma aptidão para criar formas e estruturas novas, que por sua vez provocam um aumento de complexidade e constituem desenvolvimentos da auto-organização.

Ao se complexificar, o núcleo de auto-organização torna-se, cada vez mais apto para organizar o meio-ambiente e introduzir no seu comportamento, a mesma complexidade de sua organização interna. No entanto, a auto-eco-organização viva é singular e autônoma, além de integrar não somente a ordem e a organização de seu meio-ambiente, mas também integram seus acasos, desordens, riscos. Observamos que o mais peculiar de um ser vivo é se distinguir, por sua individualidade e por sua singularidade, dos outros seres e de seu meio ambiente.

A auto-organização depende não somente de sua determinação e/ou de sua lógica singular, mas também das determinações da lógica de seu meio-ambiente. Oculta-se o fato de que o auto é parte integrante do oikós e que oikós coorganiza o auto. E a noção de auto-organização necessita da elucidação da relação auto/oikós em uma base conceitual complexa.

A organização das unidades de interações internas e a organização das unidades de interações externas vão constituir as duas faces da auto-eco-organização.

Se nos situarmos em um sistema vivo, perceberemos que toda interação do sistema com o meio ambiente engendra um par dinâmico: meio-ambiente e sistema. De maneira que se possa interiorizar essa organização.

A idéia de auto-organização encontra-se no coração da complexidade e, por conseqüência, ganha todo o seu vigor na epistemologia da reflexão ecológica. Baseando-se em Ilya Prigogine(1987, p.34), entende-se por auto-organização todo o processo físico, biológico e social que tende a se constituir e a se manter numa esfera autônoma.

Pena-Vega (2005, p.85) considera que a organização é aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes. E a noção de auto-organização aparece como um problema-chave, por um lado, na teoria dos autômatos auto-reprodutores, onde a complexidade de uma organização que, tolerando,

assimilando e corrigindo a desordem, se repara e se regenera sozinha. Por outro lado, na teoria meta-cibernética, a desorganização/reorganização permanente é um caráter constitutivo da organização viva.

A partir dos anos 60, a organização viva irá suscitar várias interrogações, nos meios acadêmicos. E cientistas da envergadura de Maturana, Varela e Uribe irão se preocupar com o problema da auto-referência. E Maturana lança a teoria da autopoiesis que constitui a propriedade central dos sistemas vivos, pois é a capacidade de se autoproduzir de maneira permanente.

As novas formas de concepções de mundo e produções de saberes geraram mudanças paradigmáticas no campo ciência.

1.1 PARADIGMAS

Na visão de Khun (2007, p.13), "paradigmas" são [...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência [...]. De forma que os paradigmas hajam como modelos teóricos para análises científicas, isto é, o paradigma é o próprio princípio de organização das teorias. Ele é aquilo que os membros de uma comunidade compartilham por meio de uma linguagem codificada, as generalizações simbólicas onde "[...] as fronteiras de uma literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio." [...] (KHUN, 2007, p.222). No entanto, as anomalias geradas nas expectativas científicas despertam atenção de uma comunidade científica, de maneira que ao tentar ajustar essa anomalia, pode emergir uma crise de paradigmas.

Em determinadas circunstâncias, e que são raras, podem coexistir pacificamente dois paradigmas distintos, é o que acontece nos períodos pós-paradigmáticos. O que muda com a transição para a maturidade não é presença de um novo paradigma, mas sim, a sua natureza. E isso ocorre principalmente quando condições externas ajudam a transformar uma simples anomalia numa fonte de crise aguda.

Um paradigma não governa um objeto de estudo, mas sim, o grupo de praticantes de uma ciência. Essa prática é geralmente esotérica e, é também orientada para a solução de quebra-cabeças. As crises que ocorrem não são necessariamente geradoras de revoluções.

Homens e mulheres se empenham em nome da ciência, com sucesso ou não, em

[...] determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico. (KHUN, 2007, p.20).

De forma, que a ciência parece aumentar de acordo com o número de generalizações simbólicas que os praticantes têm a seu dispor.

Os diversos métodos científicos são determinados pelas várias maneiras de ver o mundo e nele de praticar a ciência. Porém, a observação e a experiência delimitam as crenças aceitas pela comunidade científica, em uma determinada época. De acordo com a nomenclatura de Khun (2007, p.22), a ciência normal é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo.

1.1.1 Paradigma Dominante

A principal característica da ciência moderna é ser um aprendizado de dominação. Ela não conhece os fatos, mas sim, os objetos. Mas estes objetos não são os dados pela empiria, porque, eles são entes conjecturados, isto é, eles são pressupostos.

É necessário ver o real para fazer ciência. A razão inventa um sistema que aplicado à realidade produz uma nova realidade. A ciência surge da vontade de poder na ação; a busca pela causalidade; pela autoria, Nisso inventa um sujeito responsável pelo que acontece. E posteriormente, busca os efeitos, para atender a vontade de poder. Este por sua vez, não só decide a gênese, mas também o progresso constante da ciência. A ciência é, assim, autobiográfica.

O homem moderno tem convicção no discurso do poder, porque o poder é símbolo de uma luta. No entanto, o homem moderno está inserido em um Estado, que é o Estado moderno. Este Estado é científico, porém está em crise, e a sua crise está intimamente ligada à crise das ciências. E essa sucessão de crises faz surgir um novo paradigma.

Não existe a ciência universal, mas as ciências, cada qual com a sua linguagem própria, seus paradigmas e métodos. Destarte, as ciências modernas, com

seus métodos analíticos, proporcionam ao homem um conhecimento fragmentado. Para Claval (2002, p.37) a moda da desconstrução e das epistemologias pós-colonialistas tende a reduzir o conhecimento científico a um discurso a serviço dos interesses dominantes.

A principal característica da ciência moderna é ser um aprendizado de dominação. Ela não conhece os fatos, mas sim, os objetos. Mas estes objetos não são os dados pela empiria. São entes conjecturados, isto é, cartesianamente surgiria a partir de uma dúvida metódica.

A ciência é a teoria do real, um esquema ou sistema inventado pela razão, que aplicado à realidade produz uma nova realidade. A ciência surge da vontade de poder na ação; a busca pela causalidade; pela autoria, Nisso inventa um sujeito responsável pelo que acontece. E posteriormente, busca os efeitos, para atender a vontade de poder. Este por sua vez, não só decide a gênese mas também o progresso constante da ciência. A ciência é, assim, autobiográfica.

O homem moderno tem convicção no discurso do poder, porque lutou contra os outros, refutou e os venceu. Mas esse homem moderno está inserido em um Estado, que é o Estado moderno. Esse Estado é científico, porém está em crise, e a sua crise está intimamente ligada à crise das ciências. Esta crise acaba fazendo parte de um novo paradigma.

O modelo de racionalidade científica que influenciou as ciências sociais, a partir do século XIX, surgiu no século XVI. E este modelo era dominado, principalmente, pelas ciências naturais. Não obstante, tenha sido influenciado também, pela emergente Economia Política, sobretudo com o fisiocratismo, de Adam Smith. Mas a nova racionalidade científica, do século XIX, e que acabou tornando-se o modelo global e ocidental, de concepção científica. Além de possuir um caráter totalitário.

O método científico se assenta numa redução complexa, onde o conhecer significa dividir, classificar o objeto, pautadas em idéias matemáticas. Nesse sentido, o paradigma dominante é mecanicista e determinista, pois segue o modelo de racionalidade da ciência moderna, no qual a revolução científica, o rigor científico, assim como, o método científico são os principais elementos de sua configuração.

As leis da ciência moderna são tipos de causalidade que explica como funcionam as coisas, deixando de lado, a finalidade das coisas mesmas. A grande hipótese universal da época moderna é a idéia do mundo-máquina. Com isso, o determinismo mecanicista é o fim de uma forma de conhecimento, que pretende

ser utilitário e funcional.

No plano social, atende plenamente aos interesses da burguesia ascendente. Assim como foi possível descobrir leis da natureza, seria igualmente possível descobrir as leis da sociedade.

O espírito intelectual que resulta do iluminismo, cria as condições para emergência das ciências sociais, no século XIX. O racionalismo cartesiano e o empirismo baconiano, deram origem ao positivismo oitocentista. Seguindo o modelo mecanicista das ciências naturais, as ciências sociais nasceram para serem empíricas. Nesse caso, colocava-se a idéia do atraso das ciências sociais em relação às ciências naturais. Junto com essa idéia sugeria, que era possível vir até ser eliminado com tempo e dinheiro.

Mas havia uma segunda tendência para o destino das ciências sociais. Por muito tempo ficou marginal, mas atualmente, tem ganho destaque, trata do estatuto epistemológico e metodológico próprio da subjetividade humana.

A postura antipositivista das ciências sociais, de que elas serão sempre ciências subjetivas e não objetivas, como as ciências naturais. Todavia esta concepção de ciência social, não está muito distante do estudo da natureza, pois se, ao mesmo tempo, que rejeitam os condicionantes biológicos do comportamento humano, usam argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano.

Essas concepções de ciências sociais denotam um sinal de crise e de transição para outro paradigma científico. Estamos vivendo um período de revolução científica, que começou com Einstein e a mecânica quântica. E a crise do paradigma é o resultado de uma pluralidade de condições. Entre elas estão as condições sociais e condições teóricas. "Em vez da eternidade, temos a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente". (SANTOS, 2005, p.71).

Há, atualmente, uma profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento científico. E essa apresenta duas facetas sociológicas, importantes. A primeira é fato, que nunca houve tantos cientistas-filósofos, como existe atualmente, A segunda, Há um desejo de conhecer as coisas, a partir de nós mesmos. Haja vista, que há um constante questionamento do conceito de lei e causalidade, que estão associados ao desejo do conhecer.

A epistemologia apreendida como uma teoria do conhecer tem como objetivo

compreender a compreensão. Para se atingir a compreensão, é necessário que se faça uma relação entre esta e a experiência. Pois, o conhecimento não é determinado somente pela percepção, mas também pela ação.

O conhecimento científico era dado como um conhecimento cumulativo. Mas uma evolução paradigmática só pode se dar por intermédio das incertezas, das esperanças, das multiplicidades na própria ciência. E a idéia de ciência passa a ser sinônimo de conhecimento. Baseando-se em Karl Popper (1972) diríamos que, os procedimentos científicos têm sua origem nos problemas e não nos conceitos. Já na visão de Lakatos *apud* Pena-Veja (2005), existe um núcleo duro (*hard core*) atrás de um projeto de pesquisa, onde a racionalidade progride por meio da evolução das teorias científicas. Em suma, a teoria do conhecimento é sinônimo de epistemologia e de teoria da experiência, sendo que a epistemologia tem como missão a explicação da natureza de nossa experiência. E nela leva-se em consideração as leis, que têm um caráter probabilístico e se enquadra no princípio da falsificabilidade de Popper.

[...] a noção de lei tem vindo a ser parcial e sucessivamente substituída pelas noções de sistema, de estrutura, de modelo e, por último, pela noção de processo. O declínio da hegemonia da causalidade. O questionamento da causalidade nos tempos moderno vem de longe, pelo menos desde David Hume e do positivismo lógico. (SANTOS, 2005, p.72).

Com freqüência as leis podem ser gradualmente corrigidas, porém as definições não podem, porque estas são tautologias.

Grandes temas abrangem a reflexão epistemológica, um deles está relacionado ao conteúdo do conhecimento científico moderno. O rigor científico fundado no rigor matemático é um rigor que quantifica. Ao objetualizar o fenômeno, caricaturiza a natureza, em detrimento da afirmação da personalidade do cientista. Além disso, a própria quantidade de conhecimento é sempre limitada.

Há sempre a questão de valor a respeito da ciência, se ela deve ou não ter uma utilidade social. Esse questionamento, nos tempos atuais torna-se incomodo, até porque viemos crises bio-socio-econômica sem precedente na História.

Os objetos têm fronteiras cada vez menos definidas. Eles se entrecruzam em teias complexas, de tal forma, que os mesmos, em si, são menos reais que as relações entre eles.

Vivemos em uma época de muitas revoluções, mas ainda não chegou a tão

esperada revolução pela ciência, que irá favorecer plenamente. Na modernidade, o homem ocidental apostou na ciência como caminho para a solução de seus problemas. Porém, o homem não é apenas razão. No entanto, ele busca uma saída, sobretudo, na razão científica. Que até certo ponto é uma falácia. Ele chegou a atualidade, com uma desconfiança na própria razão científica. De forma, que muitas vezes procura sentido político-existencial, em diversas filosofias pragmáticas.

Em relação à crise do Estado Nacional, esta gerou uma sucessão de outras crises, não só de natureza econômica e política, mas também, nos paradigmas científicos, sobretudo o das ciências sociais.

[...] nas ciências sociais não há consenso paradigmático, pelo que o debate tende a atravessar verticalmente todo o conhecimento adquirido. O esforço e o desperdício que isso acarreta é simultaneamente causa e efeito do atraso das ciências sociais. (SANTOS, 2005, p.67).

Em vista disso, a ciência clássica parece incapacitada diante da imensidão e da dificuldade das crises atuais. Crises que acabam refletindo na confiança em relação à ciência moderna. Entretanto as crises não são necessariamente geradas pelo trabalho da comunidade científica que as experimenta, mas no entanto, algumas revoluções científicas acabam ocorrendo. Portanto, as novas teorias são vistas por alguns especialistas como uma mudança nas regras que governam a prática anterior da ciência normal. E uma nova teoria requer a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores.

1.1.2 Paradigma Emergente

A crise do paradigma dominante traz consigo o paradigma emergente. A revolução científica que vivemos, atualmente, é estruturalmente parecida com a que ocorreu no século XVI, isto é, determinadas condições teóricas provocaram a crise do paradigma dominante, entre elas temos: a teoria da relatividade de Einstein; o desenvolvimento da mecânica quântica de Heisenberg e Bohr; a incompletude da matemática de Gödel e a idéia que a ordem parte da desordem, de Prigogine.

Como transcender a modernidade? Somente a partir da própria modernidade. A modernidade nos forneceu grandes possibilidades de conhecimento, menos a sua perpetuação. Isto devido ao fato, que ela não deu conta de certas questões, tais como: no domínio da regulação, princípio da comunidade e no domínio da eman-

cipação, a racionalidade estético-expressiva.

De acordo com o paradigma emergente, o conhecimento tende a ser não dualista. Vivemos em um período de turbulência epistemológica, até porquê o novo paradigma não se instalou completamente. E o paradigma vigente continua com o seu prestígio científico, social e político. Colocando as ciências sociais sob a égide das ciências naturais. Dessa forma, não existe a ciência universal, mas as ciências, cada qual com a sua linguagem própria, seus paradigmas e métodos. Destarte, as ciências modernas, com seus métodos analíticos, proporcionam ao homem um conhecimento fragmentado.

Porém, já se apresenta uma tendência de explicar os fenômenos naturais através de jargões das ciências sociais. Como os conceitos de democracia nuclear, individualidade, cooperativas de células, etc. Contudo, quanto mais as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, estas se aproximam das humanidades. Há muito de estética nas ciências. E o discurso científico cada vez mais se aproxima do discurso artístico e literário.

A dicotomia entre as ciências naturais e as ciências sociais tende a revalorizar os "estudos humanísticos". A arte e a literatura são apenas aquilo que, por determinadas razões, uma comunidade passou a designar desse modo.

Com isso, a ciência pós-moderna é vista como uma ciência analógica, onde os novos

[...] catalisadores da progressiva fusão das ciências naturais e das ciências sociais, os novos estudos humanísticos ajudam-nos a procurar categorias globais de inteligibilidade, conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade. (SANTOS, 2005, p.94).

Vivemos em uma época de muitas revoluções, mas ainda não chegou a tão esperada revolução pela ciência, que irá favorecer plenamente. Na modernidade, o homem ocidental apostou na ciência como caminho para a solução de seus problemas. Porém, o homem não é apenas razão, é também emoção. No entanto, ele busca uma saída, sobretudo, na razão científica. Que até certo ponto pode ser uma falácia, já que se trata de uma questão de crença. Ele chegou a atualidade, com uma desconfiança na própria razão científica. De forma, que muitas vezes procura sentido político-existencial, em diversas filosofias pragmáticas.

Nesse sentido a teoria da complexidade procura dar conta desse fenômeno paradigmático atual, vendo-o como uma teia de conhecimentos tecidos juntos de

forma que, os nódulos dessa rede são compostos tanto de saberes das ciências naturais, quanto das ciências sociais.

1.2 TEORIA DA COMPLEXIDADE

Para Mariotti (2007,p,18) a filosofia espinosana é vista como precursora do pensamento complexo, pois nos coloca a questão de que fazemos parte do mundo natural, que ao mesmo tempo, faz parte de nós. Ela nos chama atenção para o fato de que, o reducionismo epistemológico dominante nas ciências conduziu as sociedades atuais a ações dispersas e contraditórias. Onde predomina a lógica disjuntiva, com a separação entre o observador e observado. O pensamento complexo se posiciona contra essa postura reducionista das ciências, isto é, não prega a validação ou a refutação das hipóteses. Ele propõe uma abordagem de conjunção, com um conhecimento multidisciplinar, no limite da transdisciplinaridade, numa articulação dialógica entre as ciências naturais e as ciências antropológicas. E, também, recusa o esquema linear de método científico. De forma que, reintegra o observador na observação, onde o sujeito é determinante do objeto. Portanto, segue uma lógica marcada pela união, pela articulação e pela conjunção.

Ademais a concepção fechada da vida ou a concepção insular do homem, baseadas no postulado que reduz todo problema biológico a termos físico-químico; foram postas em dúvida a partir da demonstração, que não existe matéria viva, e sim sistemas vivos, como "forma de organização particular". Portanto, frente à complexidade dos sistemas vivos e do princípio de entropia, da termodinâmica, a organização viva ou bio-cibernética acaba se transformando numa relação dialógica da complexidade, onde a ordem e a desordem estão em constante interação.

No entanto, o paradigma da complexidade está ainda numa área sombria, permanece na marginalidade do pensamento científico, pois não governa a pauta da pesquisa corrente, isto é, não é compartimentalizado, mas mesmo assim, é um incitamento para o pensar. A ciência da complexidade nos apresenta um metaparadigma completamente diferente do paradigma dominante. Pois através dela o mundo das organizações é visto como um sistema mantido longe do equilíbrio, próximo ao caos, que pela dinâmica paradoxal, de competição e cooperação auto-organizadora, as ligações entre as ações e os seus resultados a longo prazo são perdidos em suas interações complexas entre os vários componentes desse sistema.

A ciência da complexidade sem ter a pretensão da completude luta contra a mutilação do conhecimento e coloca no lugar da mutilação a transdisciplinarização. Os sete princípios da complexidade dialogam entre si e, ajudam a criar novos paradigmas para as ciências. Onde se questiona o modelo de ciência moderna linear e disjuntiva. Dentro da ciência da complexidade, o agente humano é compreendido em termo de mais um ser integrante da teia da vida.

O paradigma do pensamento complexo assenta-se em novos princípios epistemológicos, de modo que o propósito do pensamento complexo é simultaneamente reunir (contextualizar e globalizar), distinguir (mas não disjuntar) e relevar o desafio da incerteza. A etimologia da palavra complexus significa "aquilo que é tecido em conjunto". Nesse sentido, podemos interpretar o pensamento complexo como, uma tessitura reticular de idéias e acontecimentos ecossociais. O pensamento que une pode esclarecer uma ética da reunião e da solidariedade. Pois o compromisso da ciência não é só com a descoberta, mas também, com a vida.

De acordo com Morin (2006) a teoria da complexidade propõe um método, que rompe com a tradição canônica das ciências humanas compartimentadas. Esta teoria não pode ser vista de forma dogmática, porque seria até contraditório com seus princípios filosóficos. Ela deve ser entendida como uma fonte epistemológica para os paradigmas emergentes.

A inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista fragmentou a complexidade do mundo dificultando o conhecimento do mesmo, como de forma holística.

1.2.1 O Conhecimento

Todo conhecimento implica numa trajetória, que vai da ignorância ao saber. E todo saber é saber sobre uma certa ignorância, por sua vez, toda ignorância, é ignorância de um certo saber. Porém, é também, a capacidade de reconhecer que uma dada situação se assemelha ou não, com uma outra situação anteriormente encontrada. E que estão encarnada no aparelho neurológico que transforma os estímulos em sensações, e, que foram adquiridos através de um processo educativo e muitas vezes, nos faz incorrer em erros. Nosso conhecimento aumenta à medida que aprendemos com os nossos erros cometidos, mesmo que

não tenhamos consciência disso.

Para Descartes (1987, p.69) o erro, além da ignorância é uma **privação** do conhecimento e até mesmo do uso inapropriado da nossa liberdade. Para ele a verdade é evidente e, quando ela se apresenta nua diante de nós, podemos vê-la, distingui-la da falsidade e saber que é verdade. O homem pode conhecer: logo pode ser livre. O intelectualismo cartesiano, infelizmente, tem sido demasiadamente distorcido pelas várias formas do irracionalismo moderno.

Para Morin, o conhecimento é ao mesmo tempo atividade (cognição) e produto dessa atividade. O conhecimento espiritual é o conhecimento propriamente humano. Este é ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. Está intrinsecamente ligado à ação. Associa recorrentemente a atividade computante com a atividade cogitante, isto é, pensante. Para isso, utiliza os dispositivos lingüísticos-lógicos, que são ao mesmo tempo, cerebrais, espirituais e culturais. Para Popper (1972, p.43) o nosso conhecimento é humano, pois é feito de arbitrariedade e de caprichos individuais. Por isso,

[...] O homem foi dividido assim numa parte humana, fonte das suas opiniões falíveis (doxa), dos erros e da ignorância; e uma parte super-humana – os sentidos ou o intelecto – fonte do conhecimento verdadeiro (episteme), cuja autoridade sobre nós é quase divina.[...] (POPPIER, 1972, p.45)

No entanto, o conhecimento humano é o mais fechado possível, pois que o mundo exterior só lhe chega através de uma sucessão de traduções, que são as representações, palavras, idéias e teorias. Mas ao mesmo tempo, este conhecimento é o mais aberto possível para todas as coisas deste mundo e para o próprio mundo. [...] Se o conhecimento existe, é por ser organizacionalmente complexo. É esta organização complexa, ao mesmo tempo fechada e aberta, dependente e autônoma [...] (MORIN, 2005, p.217). Demonstra, que o nosso mundo é composto de micromundos, tais como: cultural, sociológico, antropológico, biológico. E nossas representações e concepções são, de fato, traduções em imagens ou símbolos que constituem as idéias. Para Popper (1972, p.33) as idéias são coisas perigosas e poderosas.

Para Freire (1980, p.27), conhecer é tarefa de sujeitos cognoscentes, não de objetos. Só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendizado. É impossível dicotomizar o homem do mundo, pois o mundo está no homem e, este

por sua vez está no mundo. De forma, que a percepção parcializada da realidade, tira do homem a condição de ator no desvelamento da realidade. Portanto dificulta a sua tomada de consciência em relação ao mundo circundante. E a consequência dessa alienação reflete como problema de sustentabilidade.

Atualmente, as condições do conhecimento científico são mais ou menos arbitrárias e se baseiam em convenções e observações. Para os empiristas, a observação é a fonte última do conhecimento. E toda observação implica alguma interpretação, à luz do nosso conhecimento teórico. Em relação à ciência moderna, esta está situada entre a relativa ignorância do objeto do conhecimento e a relativa ignorância das condições do conhecimento que se obtém deste. Há muitos tipos de fontes para o nosso conhecimento, porém nenhum deles tem autoridade, sozinhos, Todos precisam sempre ser testados. No entanto, em certas ocasiões, todas as nossas fontes podem induzir-nos em erro. A mais importante fonte do nosso conhecimento é a tradição. A maior parte do que aprendemos, vem do ouvir contar, lendo livros, aceitar a crítica, a respeitar a verdade. É uma crença, em última instância. Para Popper (1972), embora haja uma vasta diferença entre nós no que respeita aos fragmentos que conhecemos, somos todos iguais no infinito da nossa ignorância.

Dentro do paradigma da modernidade existem duas formas de conhecimentos: o conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. A primeira forma de conhecimento vai do estado da ignorância, ou colonialismo, para o estado de saber, ou solidariedade. Já a segunda forma de conhecimento, vai do caos par ordem. "Com isto, o conhecimento-regulação conquistou a primazia sobre o conhecimento-emancipação: a ordem transformou-se na forma hegemônica de saber e o caos na forma hegemônica de ignorância". (MORIN, 2005, p.79).

Na ciência moderna, surgem as teorias do caos. Que procuram colocar o caos como forma de saber, por meio do qual se atingiria a auto-organização. E o caos deixa de ser negativo. Ademais, ele possui uma regularidade intrínseca. As teorias do caos contribuem com a ciência moderna, não só nos estudos de sistemas sociais complexos, mas também, para um pragmatismo, pois convida a um conhecimento mais prudente, isto é, reflexionado cuidadosamente.

Como o caos deve ser prudente? "Quando está em risco a sobrevivência da humanidade tal como a conhecemos, não ter medo é a atitude mais conservadora. Em suma, é preciso construir uma teoria da personalidade

assentada na coragem de ter medo."(MORIN, 2005, p.81).

Quando se revaloriza o caos e a solidariedade, atinge-se à emancipação. Com isso, se adquire um conhecimento que nos possibilita construir e reconhecer as intersubjetividades. Tendo em vista que, o caos segue uma ordem, basta estar atento as alternâncias de ordem e desordem.

Há uma separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Na Antropologia, empiricamente, há uma grande distância entre o sujeito e o objeto. Na Sociologia ocorre o contrário, a distância empírica é pequena ou quase nula, entre o sujeito e o objeto. Até é necessário o uso de metodologias de distanciamento, para os estudos sociológicos.

Do ponto de vista do conhecimento emancipativo, a distinção entre o sujeito e o objeto é uma forma de estabelecer a relação com o outro. É saber enquanto solidariedade. Ao mesmo tempo, que visa reciprocidade entre os sujeitos. Haja vista que, o objeto é a continuação do sujeito por outros meios.

Vivemos numa época, em que, o local e o global estão em perfeita sintonia. E o imediato passa a ser uma forma de percepção do futuro. A natureza humana e a natureza do entorno são recíprocas, onde a destruição de uma apresenta risco para destruição da outra. Enfim, a nossa subjetividade não se completa sem a outra. Nesse sentido, o conhecimento deve comportar tanto a diversidade quanto à multiplicidade. Pois é um fenômeno multidimensional, porque é simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural e social. E da parte da epistemologia, esta é uma pluralidade de instâncias em que cada uma é decisiva, cada uma é insuficiente; cada uma delas comporta a incerteza em seus princípios.

Parafrazeando Morin (2005, p.103), diríamos que o conhecimento do conhecimento necessita uma reforma dos princípios organizadores do conhecimento e, além do mais, tal reforma necessita, recursivamente, o conhecimento do conhecimento. O conhecimento não pode comportar em si mesmo a idéia de certeza e/ou de veracidade.

1.2.2 O Autoconhecimento

Todo conhecimento emancipatório é autoconhecimento, ou seja, é um conhecimento compreensivo e íntimo que une o sujeito ao objeto, de forma autobiográfica.

Atualmente, as condições do conhecimento científico são mais ou menos

arbitrárias. E se baseiam em convenções. A ciência moderna está situada entre a relativa ignorância do objeto do conhecimento e a relativa ignorância das condições do conhecimento que se obtém dele.

Há uma separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Na Antropologia, empiricamente, há uma grande distância entre o sujeito e o objeto. Na Sociologia ocorre o contrário, a distância empírica é pequena ou quase nula, entre o sujeito e o objeto. Até é necessário o uso de metodologias de distanciamento.

Do ponto de vista do conhecimento emancipativo, a distinção entre o sujeito e o objeto é uma forma de estabelecer a relação com o outro. É de criar saber enquanto solidariedade. Ao mesmo tempo, que visa reciprocidade entre os sujeitos. Haja vista que, o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Na visão de Santos, a ciência moderna, além de ser capitalista, é ocidental,

[...] e a crítica epistemológica do etnocentrismo da ciência moderna, convergem na conclusão de que, inversamente, não há uma natureza humana porque toda a natureza é humana. Assim sendo, todo o conhecimento científico-natural e científico-social. (SANTOS, 2005, p.89).

Em relação à crise do Estado Nacional, esta gerou uma sucessão de outras crises, não só de natureza econômica e política, mas também, nos paradigmas científicos, sobretudo o das ciências sociais. Em relação à crise do Estado Nacional, esta gerou uma sucessão de outras crises, não só de natureza econômica e política, mas também, fez surgir novos paradigmas científicos, sobretudo nas ciências sociais. Inclusive na discussão sobre o Novo Paradigma Teórico, está o dos chamados NMS (Novos Movimentos Sociais), onde as ONGs estão incluídas, principalmente quando estão relacionadas à questão da sustentabilidade. Além disso, esses NMS podem ser lidos como uma forma de subjetividade social.

1.2.3 Subjetividade

O princípio da subjetividade é muito mais amplo que o princípio da cidadania. Pois este abrange somente à cidadania civil e política, e cujo exercício se restringe, na maioria das vezes, ao voto. Até porque, a democracia se restringiu à democracia representativa. Scherer-Warren (1999) apresentou elementos da construção de uma cidadania sem fronteiras, a partir das ações coletivas na era da globalização. Parte da constatação de que cidadãos, políticos e pesquisadores têm buscado respostas a

desafios e processos que emergiram com a globalização do mundo, em duas direções: uma está preocupada com a reorganização do capitalismo em escala mundial, o neoliberalismo; a outra, na qual estão organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, organizações civis e cidadãos, formando sujeitos sociais que coletivamente formam a sociedade civil, encaminha respostas para criar espaços alternativos de atuação, enfrentamento, buscando soluções dos problemas gerados pela globalização.

Sobre o modelo revolucionário, este entrou em crise nos anos oitenta. Isso devido ao fato de ser demasiado tardio, para ser pré-revolucionário e, prematuro para ser pós-revolucionário. Dentro desse quadro político, existem demasiadas demandas por direitos. Principalmente das chamadas minorias sociais. Dentro do Estado, o direito passou a colonizar a vida social. Dificultando a redistribuição social de forma eqüitativa, como preconiza a visão gramsciana. Então a democracia tornou-se o anverso do direito, sem virtualidade distributiva, devido ao fato de que as minorias sociais, cada vez mais, se fragmentam.

De acordo com Santos (2005b), todo direito é legal e, nos conduz ao Estado de Direito. Porém, há o confronto dialético ente a legalidade e a ilegalidade. Em contrapartida, existem os atos de desobediência civil e ação direta, e esta é somente uma desobediência a determinada uma lei. Enquanto que ação direta é uma ação concreta.

Das várias formas de democracia que existem, atualmente, se reduziu a uma, que é a representativa. E que é fruto do modelo neoliberal. Como resultado, acabamos ficando sem direito e sem democracia redistributiva.

Na visão rousseauiana, o princípio da comunidade, tem que ser construída com a participação efetiva do cidadão. De forma que o Estado se situe no mesmo patamar do conjunto de cidadãos. No caso, do Contato Social liberal, o Estado está acima da vontade dos cidadãos.

Marshall *apud*. Santos (2005b), quando se refere que os direitos cívicos, correspondem ao primeiro momento do desenvolvimento da cidadania. Quando apóiam-se nas instituições do Direito Moderno e do sistema judicial que o aplica. Tendo em vista, que os direitos políticos são mais tardios. No entanto, os direitos sociais acabam convertendo o sujeito em objeto de si mesmo. E uma cidadania sem subjetividade conduz, somente, à normalização. Há um esforço para uma nova teoria da subjetividade e uma nova teoria da democracia. E uma das tarefas da nova teoria democrática consiste na politização do espaço de produção. Nos

anos noventa, a partir da crise do Estado-providência, e também da crise fordista, desembocaram na crise do Estado-nacional. Principalmente, na América Latina surgiram novos movimentos sociais, os NMSs. Onde as questões da subjetividade e da cidadania foram postas à prova. Até porque, esses movimentos projetaram a política para além do marco liberal, da distinção entre o Estado e a sociedade civil. Posicionando-se a favor de uma cidadania, inspirada no modelo teórico gramsciano, que seja capaz de compatibilizar o desenvolvimento pessoal com o coletivo, e transformar a sociedade civil em sociedade política. De maneira, que o Estado não seja o único autor. A nova cidadania que se desenha, tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, quanto na obrigação política horizontal entre cidadãos.

Há um esforço para uma nova teoria da subjetividade e uma nova teoria da democracia. E uma das tarefas da nova teoria democrática consiste na politização do espaço de produção. O sistema mundial é um sistema industrial capitalista transnacional, no qual fazem parte os setores pré-industriais junto aos setores pós-industriais. Nesse sentido, o espaço doméstico continua sendo o espaço privilegiado de reprodução social. E tem sido o espaço de atuação desses novos movimentos sociais. O mundo está caminhando na direção de fronteiras mais permeáveis, onde as redes de circulação são instrumentalizadas e pensadas em função do interesse dos atores sociais que nelas interferem.

Sendo o espaço uma produção social a partir do território, fundamental para o seu conhecimento, é saber sua origem, as relações que mantém com outros espaços e também as "regras" que o regem. Fundamental também é des-demarcarse, sair-se das fronteiras, aprendendo o estabelecimento de novas relações de poder que conformam espaços vividos. Podem ser lidos e identificados diversos espaços no mesmo território, uma vez que espaços são objetos que existem na medida em que são construídos pela combinação do concreto real com o concreto pensado, demarcando uma territorialidade. Fazendo como diz Bozzano (2000), toda a complexidade do que é território. O território é onde uma população constrói sua identidade, onde define e gesta seu destino e constitui-se a vida social, os vínculos, as relações, a interdependência entre as pessoas. E onde há possibilidade de gerar emancipação de um grupo social.

1.2.4 Solidariedade

Cada homem é, em si mesmo, um novo começo da humanidade, além de ser um produto mundano da natureza humana, isto é, a humanidade se faz, principalmente, na política onde a convivência entre diferentes é importante. Para Arendt (2006, p.21), o homem é a-político por essência, mas na necessidade de relacionar-se com outros, cria a política e esta é relacional, pois surge no intra-espaço entre os grupos humanos. De forma que o homem tornou-se *zoon politikon*.

O público é o espaço original do político, onde a pressão e a violência sempre foram meios para proteger o espaço político. O ponto central da política está sempre na preocupação com o mundo e não com o homem, de per si. Os homens se juntam e se interagem, criando um interespaço, onde todos os assuntos humanos são colocados, a partir, do resultado do fazer humano e do agir humano.

Por um lado, à coisa política em seu sentido mais literal é a coisa econômica. Por outro lado, a História substitui o conceito da política. E onde está a liberdade, coisa tão cara na Antiguidade? À época, tanto a política e liberdade eram sinônimas. A liberdade não está no agir e na coisa política e, sim no livre-arbítrio, para bem ou para o mal. E a política passa a ser uma necessidade imperiosa para a vida humana. De forma que há uma relação entre política e liberdade.

São grandes as questões que se colocam, na atualidade, em relação ao projeto histórico de emancipação humana, inclusive quanto ao atual papel da classe trabalhadora na construção do mesmo. Para Arendt (2006, p.80) [...] A emancipação da classe operária e das mulheres, quer dizer, de duas categorias que em toda a história pré-moderna foram submetidas à força, indica, da maneira mais clara, o ponto culminante desse desenvolvimento.[...] Na sociedade moderna o trabalhador é forçado pela necessidade imediata inerente à própria vida. E a vida da sociedade é dominada não pela liberdade, mas sim pela necessidade. Daí o chamado derretimento dos sólidos que sedimentou uma nova ordem baseada em termos econômico, mas esta nova ordem das coisas como um todo não está aberta a opções; ao contrário,

[...] sentimo-nos livres na medida em que a imaginação não vai mais longe que o nossos desejos e que nem uma nem os outros ultrapassam nossa capacidade de agir. O equilíbrio pode, portanto, ser alcançado e mantido de duas maneiras diferentes: ou reduzindo os desejos e/ou a imaginação, ou ampliando nossa capacidade de ação. Uma vez alcançada o equilíbrio,

e enquanto ele se mantiver, "libertação" é um slogan sem sentido, pois falta-lhe força motivacional. [...] (BAUMAN, 2001, p.24).

A nossa sociedade é de indivíduos livres, mas mesmo assim, ela não se questiona. Até, porque é uma sociedade dos indivíduos, característica da sociedade moderna, onde as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos. Porém, mantendo a individualização como marca do nosso tempo. O ser um indivíduo de jure é ser responsável pela própria miséria, significa assumir as causas das próprias derrotas, colocando-as na sua indolência e preguiça, e não procurar outro remédio senão tentar com mais e mais determinação. O indivíduo de jure só pode se tornar indivíduo de facto (aquele que controla os recursos indispensáveis à genuína autodeterminação) se antes tornar-se cidadão.

Atualmente, a tarefa mais importante é reequipar e fortalecer o domínio público, tendo em vista que o privado colonizou o espaço público. É neste espaço é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas, de alguns. De forma que o espaço público é cada vez mais vazio de questões públicas.

Na atualidade sob a orientação neoliberal, principalmente a partir da crise do capital criou-se novas configurações no mundo do trabalho, principalmente dentro dos marcos da produção globalizada de mercadorias. Alteraram as condições materiais e político-ideológicas da participação do trabalhador nos processos de produção que refletem na reprodução social e da constituição da solidariedade como elemento inerente a esses processos. De maneira que, a luta da classe trabalhadora norteadas pelos ideais emancipatórios rompe com o seu papel histórico, isto é, como força contraposta à ordem do capital.

De acordo com Mézáros (1996), a base material da constituição da solidariedade intra-classe trabalhadora sofreu um profundo revés em seu sentido histórico, desde a expansão imperialista da acumulação do capital nos marcos do *Welfare State*, colocando como um desafio fundamental a recuperação da solidariedade pela classe trabalhadora em sua dimensão nacional e internacional. Tendo em vista que, no Brasil não foi vivenciada minimamente a experiência do Estado de Bem-estar, a solidariedade se materializou no padrão assistencialista, feita através das tradicionais formas de ajuda ou das chamadas relações de favor, que tornou a principal marca das relações entre dominantes e dominados, a partir da mediação das políticas estatais. Conforme Oliveira (1998), isso se deu dentro

da chamada filantropia estatal como padrão assistencial.

O assistencialismo, historicamente marca a intervenção estatal em relação ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora; ao mesmo tempo que, estimula na sociedade, o desenvolvimento de ações filantrópicas tradicionais. E cria novas configurações assistencialistas, como é o caso da filantropia empresarial. Equivale dizer que no processo de redefinição das políticas sociais reestrutura-se o chamado pacto de solidariedade social, sob a organização estatal fundada em princípios redistributivistas (via sistemas de proteção social) em solidariedade voluntária, consubstanciada em princípios humanistas de ajuda centrados na filantropia – base da institucionalização do chamado terceiro setor.

Desenvolvem-se, assim, em confronto, propostas distintas de constituição da solidariedade: a solidariedade intra-classe trabalhadora e a solidariedade entre classes antagônicas. Todavia, identifica-se a invocação de um grande e diferenciado apelo à solidariedade no enfrentamento da questão social na atualidade, considerando os desdobramentos da pressão oriunda do agravamento e ampliação da situação de pobreza em escala mundial. Tal apelo parte principalmente de governos, organismos financeiros internacionais, organizações empresariais, Igrejas dos mais distintos credos, organizações não governamentais, assim como das lutas sociais e organizações da classe trabalhadora e demais segmentos sociais.

Destacam-se as diferentes formas de organização que ganharam visibilidade em todo o país, muitas das quais – como as Comunidades Eclesiais de Base, nascidas no Brasil na década de 60 – sob o impulso da grande virada da Igreja Católica na América Latina, no sentido do que chamou opção preferencial pelos pobres. E os movimentos derivados dessa concepção religiosa, como é o caso do MST, se beneficiam da chamada solidariedade social.

A chamada solidariedade social, que está hoje em crise, é a principal expressão da solidariedade entre classes – trata-se de uma modalidade organizada pelo Estado via sistemas de seguridade social, consolidada no bojo do Estado de Bem-Estar – portanto, funcional aos interesses da acumulação e dominação capitalistas. De acordo com Mészáros (2002) as bases materiais da solidariedade de classe, tidas como elemento histórico da organização autônoma da classe trabalhadora, na luta pela emancipação humana, vêm sendo inflexionadas desde o final do século XIX. Devido o desenvolvimento da acumulação capitalista em sua escalada imperialista e intensificada,

posteriormente, no contexto do Estado de Bem-estar e da atual reestruturação flexível.

Tal solidariedade apresenta-se de forma genérica e indiferenciada nas redes assistencialistas, consubstanciadas na caridade religiosa e na filantropia, como se fosse uma conquista do direito ao serviço público garantido pelo Estado. Essa conquista afirma, assim, a solidariedade social como universal, posto que consubstanciada na contribuição material de muitos e a insere na base dos princípios que comandam a chamada redistribuição via sistemas de seguridade social.

Tem-se como um pressuposto que, na sociedade brasileira, a partir da última década, esses processos diferenciados de constituição da solidariedade tendem a ser confundidos pela retórica e estratégias dominantes; na medida em que ganha grande expressão e força o apelo à solidariedade indiferenciada. Baseado em um discurso genérico, como o da responsabilidade de todos. Deste modo, impõe-se o repensar crítico das propostas de solidariedade, considerando tanto as demandas postas pelo movimento de reestruturação capitalista em relação à organização de uma pretensa cultura do consenso, consubstanciada na solidariedade indiferenciada entre classes, quanto à necessidade da classe trabalhadora de recuperação da solidariedade intra-classe, como um desafio fundamental na luta pela emancipação humana.

Segundo Rosanvallon (1997), a crise do Estado de Bem-Estar, intensificada na década de 70 do século passado, coloca a necessidade de [...] transferir para coletividades não públicas (associações, fundações, agrupamentos diversos) tarefas de serviço público. [...]

São, assim, reeditadas expressões tradicionais marcadas pelo assistencialismo caritativo e introduzidas novas configurações sob a forma da chamada filantropia empresarial. Estas modalidades são incentivadas pela política social neoliberal, com a regulamentação e disciplinamento do repasse de recursos públicos e responsabilidades para grupos diversificados da sociedade (como as tradicionais instituições filantrópicas, ONG's, fundações empresariais, dentre outras), que passam a compor com outras expressões das chamadas instituições sem fins lucrativos, o denominado terceiro setor.

Entende-se a Filantropia Empresarial como um conjunto de investimentos na área social que se intensificam nos anos 80 em meio ao aprofundamento das desigualdades sociais decorrentes das saídas neoliberais à crise estrutural do capital.

Trata-se de uma nova modalidade de filantropia diferente da velha filantropia praticada em séculos passados, pois em momentos anteriores predominavam ações pautadas na benevolência e caridade. A nova filantropia, que é a do grande capital, se caracteriza pela concentração de investimentos em programas e projetos sociais direcionados, principalmente, às comunidades, tendo em vista a lucratividade para as corporações empresariais. É uma das principais características da filantropia empresarial é a seletividade no acesso aos programas sociais.

Quando as empresas desenvolvem programas e projetos filantrópicos, suas ações sociais são direcionadas a um público-alvo. Além de utilizarem, fundamentalmente da força de trabalho dos funcionários dessas empresas, que são mobilizados a atuar como voluntários nas comunidades, ou em outros estabelecimentos selecionados por elas.

É importante ressaltar que as empresas demandam um determinado perfil de voluntário para desenvolver as ações filantrópicas, ou seja, elas não admitem o voluntariado como uma prática eventual. Para isto, investem no próprio quadro funcional, através de cursos de capacitação ministrados por profissionais competentes que transmitem aos funcionários as técnicas necessárias a serem utilizadas nas ações comunitárias. Geralmente os funcionários são divididos em equipe e participam de dinâmicas cujo objetivo é desenvolver habilidades e o espírito de liderança. Utilizam teorias pedagógicas como as de Piaget, Emília Ferreiro e Paulo Freire nos cursos de capacitação direcionados aos voluntários. E esse modelo de solidariedade empresarial é adotado por ONGs de formação, mesma as de inspirações da Teologia da Libertação.

Em suma a ciência moderna acabou colonizando dois princípios da regulação, que foram o mercado e o Estado. O princípio da comunidade manteve-se a parte, onde as suas dimensões integrantes, a participação e a solidariedade foram parcialmente colonizadas pela ciência moderna. No caso da participação saiu a teoria política liberal e suas derivações, a cidadania e a democracia representativa. Enquanto, no caso da solidariedade, nos países capitalistas centrais derivou o chamado Estado-providência, muito mais próximo da sociedade-providência, principalmente, na maioria dos Estados-nações.

2 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

O modelo teórico com o qual a questão do Estado está sendo trabalhada, está baseado sobretudo em Bobbio e Gramsci. De forma, que algumas características serão tomadas como parâmetros para análise dessa instituição social.

2.1 A RELAÇÃO DE FORÇA ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

O Estado é um organismo no qual, há uma complexidade de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e mantém o seu domínio sobre os governados. E com o consentimento destes, isto é, trata-se de uma forma de legitimar esse domínio. Nesse sentido, o Estado deve ser concebido como educador, pois pode criar um novo tipo ou nível de civilização e de cidadania. Além de provocar certos costumes e o desaparecimento de certos costumes e atitudes e de difundir outros. E isso é possível por meio da educação. Tendo em vista que, a educação forma o indivíduo para que ele entre "numa bem ordenada máquina, como um dente numa engrenagem". Nesse caso, o Direito será o instrumento que servirá a esse fim. E como tal, deve ser elaborado com objetivos de caráter repressivo. De forma que seja eficaz para produzir resultados positivos.

O Estado possui o exercício legítimo do poder coativo, exercido por intermédio da lei, isto é, ele mantém o monopólio da força, por onde, é assegurada a livre circulação das idéias e de bens. Onde o imperium subsiste ao dominium. E essa concepção reflete a questão patrimonialista, ao mesmo tempo, que serve com modelo para a transmissão de poder político, isto é,

[...] o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio [...] (WEBER, 1993, p.62)

A conhecida tese de Engels *apud*. Bobbio (2001) segundo a qual, o Estado teve uma origem, portanto terá um fim, atualmente está sendo um tema recorrente, por estar associada à crise do Estado. No entanto, esta crise é muito mais consequência da ingovernabilidade das sociedades complexas, além de ser também crise de um determinado tipo de Estado. Portanto, não é o fim do Estado, como

instituição, até porque no momento histórico que estamos vivendo, com a crise financeira mundializada, é ao Estado como figura do pater, é que tem sido invocado.

Segundo Hernández (2008) uma contribuição importante para a teoria do pensamento marxista consiste na revisão do conceito de Estado. Se Marx o considerava momento exclusivo da coação e da violência, Gramsci (1976) propõe sua subdivisão em duas esferas: a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente e a sociedade civil, constituída pelas associações ditas privadas, tais como: Igreja, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa, na qual essa classe busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento da formação social.

A sociedade civil assume aqui um sentido novo, torna-se quase sinônima de Estado, onde a dominação e a hegemonia burguesa estão presentes. Para Gramsci a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso que, conjuntamente com o momento da repressão e da violência, que é determinada pela sociedade política, asseguram a manutenção da estrutura de poder, isto é, do Estado. Na sociedade civil a dominação se expressa sob a forma de hegemonia; na sociedade política sob a forma de ditadura.

[...] em linguagem moderna, a tradução de "Príncipe" poderia ser "partido político" [...] que exerce a função hegemônica e, portanto, equilibradora de interesses diversos, na "sociedade civil"; mas de tal modo esta se entrelaça de fato com, a sociedade política, que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa. [...] (GRAMSCI, 1976, p.102).

Em suma, o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém o seu domínio, ao mesmo tempo que obtém o consentimento dos governados.

Por sua vez, Bobbio (2001, p.127) amparado em pensadores como Spinoza, Rousseau, Hobbes e Hegel coloca que

[...] a utopia do Estado universal teve seus defensores tanto quanto a do fim do Estado [...] porém [...] fora do Estado existe o mundo das paixões desenfreadas ou dos interesses antagônicos e inconciliáveis, e que apenas sob a proteção do Estado o homem pode realizar a própria vida de homem da razão.

Nesse sentido, o Estado aparece como força de convivência civil. Ele é um mal necessário, pois se trata de um *remedium peccati*. Os pensadores citados

anteriormente, acreditavam que era melhor o Estado do que a anarquia.

No Ocidente, a relação entre o Estado e a sociedade civil é mais sólida, porque é amparada no caráter nacional. Tendo em vista, que o mesmo representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica, de um país. Fazendo surgir o fenômeno da Estadolatria. Situação que Gramsci considerava [...] um determinado comportamento para o governo dos funcionários ou sociedade política que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal que leva o nome de Estado. [...] (SADER, 2005, p.124).

A idéia gramsciana ressalta, que a sociedade política acaba se tornando sinônimo de Estado representativo, de forma que deixa de ser ex parte principis e passa a ser ex parte populi. Por considerar que o indivíduo vem antes do Estado. Nesse sentido, o indivíduo não é pelo Estado, mas o Estado é pelo indivíduo. Esse Estado representativo se transforma em Estado de partidos, onde os sujeitos políticos relevantes não são mais indivíduos singulares, mas grupos organizados, com suas filosofias políticas. "[...] no Estado representativo moderno os sujeitos politicamente relevantes são os indivíduos singulares e não os grupos [...]" (GRAMSCI, 2001, p.118).

2.2 A MODERNIDADE E O ESTADO

Para Arendt (2006) o Estado deu ao homem a libertação para o desenvolvimento das forças produtivas sociais, para a produção comum de mercadorias necessárias para uma vida feliz. A autora pergunta se o Estado é função da sociedade ou é um mal necessário para a liberdade social? Mas desde que surgiu o Estado Nacional, é opinião corrente de que, é obrigação do governo proteger a liberdade da sociedade, por meio dos representantes do povo no sistema de partidos. Tanto para representar os interesses do mesmo dentro do Estado e, se for o caso, contra o próprio Estado.

O Estado e a coisa política sempre foram instituições indispensáveis para a liberdade. Ao mesmo tempo, que sempre foi prerrogativa da política exigir, em certas circunstâncias, o sacrifício da vida dos homens que dela participam. Arendt (2006) chama atenção para o fato de que, a humanidade já dispõe de meios para por fim em toda a vida orgânica, da face da Terra.

[...] esse monstruoso aumento dos meios de força e extermínio cabe não apenas às invenções técnicas, mas também ao fato de que o espaço público-político tornou-se um lugar de força, não apenas no auto-

entendimento teórico dos tempos modernos,mas também da realidade brutal. [...] (ARENDR, 2006, p.79).

Bauman (2002) rompe com as análises clássicas sobre o Estado Nacional e faz um estudo fenomenológico do mesmo. Para tanto, ele leva em consideração a complexidade das atuais sociedades civis e, tomando como eixo central à questão da amizade. Contudo, esta não é a única forma de associação, pois a inimizade também desempenha essa função. Todos os agrupamentos supra-individuais são processos de andamento de coletivização de amigos e inimigos. Muitas vezes esses inimigos são vistos como estranhos. E o encontro de estranhos não segue uma regra clara. E a comunicação entre eles é sempre uma incongruência.

A partir dessa assertiva, ele considera que os Estados Nacionais Modernos coletivizam amigos e inimigos. E eles destinam-se primordialmente, a lidarem com o problema dos estranhos e não dos inimigos. Dessa forma, o Estado-nação estende seu controle, primeiro sobre um território e depois exige obediência do povo. Situação que numa tribo ocorre o contrário.

Os Estados-nações territoriais devem impor a amizade quando ela não surge por si mesma. E a coletivização da amizade se dá, por meio da doutrinação e força. De modo que a realidade é legalmente construída. Os amigos são os nativos. E o Estado Nacional

[...] ordena que os direitos reservados apenas aos amigos sejam estendidos a todos os residentes do território – tanto aos familiares como aos não familiares. E vice-versa: ele garante o direito de residência apenas se tal extensão da amizade é desejável (embora a desejabilidade seja muitas vezes difarçada de factibilidade). É por isso que o nacionalismo busca o Estado. É por isso que o Estado gera o nacionalismo. (BAUMAN, 2002, p.73).

O Estado Nacional é o promotor do nativismo quando impõe a homogeneidade étnica, religiosa, lingüística e cultural. Fazendo surgir a figura do chamado Estado liberal, que é ao mesmo tempo laico com respeito à esfera religiosa e abstencionista, em relação à esfera econômica. Também é definido como Estado de direito.

O Estado Nacional é fruto da modernidade e do sistema capitalista, até mesmo o capitalismo de Estado, tipo de capitalismo que predominou nos países socialistas reais, foi fruto também, da modernidade. Portanto, a modernidade

muitas vezes foi sinônimo de retrocesso. Haja vista, que a crise das instituições reflete a crise tanto da modernidade, assim como crise do capitalismo.

Podemos entender a "modernidade" como o "mundo industrializado". Mas o industrialismo não é a sua única dimensão institucional pois o capitalismo é a sua outra dimensão.

A modernidade produz certas formas sociais distintas, das quais a mais importante é o Estado-nação. [...] Dizer modernidade é dizer não só organizações mas organização – o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas. (GIDDENS, 2000, p.21).

O mundo moderno é demarcado pelo o quando e o onde, que traçam as coordenadas das ações dos seres humanos fisicamente distantes. É o mundo do dinamismo, da globalização da modernidade. Em relação à globalização, esta tem ser entendida como um fenômeno dialético. De forma, que em uma relação, eventos de um pólo, muitas vezes, produzem efeitos divergentes e até mesmo contrário, no outro pólo. É o que se chama de dialética do local-global. A modernidade pesada se preocupava com a conquista do território hoje, não, a modernidade leve se preocupa é com a quantidade de tempo poderá atingir a maior quantidade de lugares.

Nessa visão dialética, os Estados Modernos são sistemas que seguem políticas e planos coordenados, numa escala geopolítica. De maneira que a conexão entre local e o global está ligada a um intenso conjunto de transformações na natureza da vida cotidiana, que nos causa o sentimento de estarmos juntos, isto é, nos dá a impressão de fazermos parte de uma só comunidade. Mas que não deixam de serem espaços vazios que, são antes de mais nada, vazios de significados.

Nas relações espaço-temporais, a mídia desempenha importante papel. Hoje, a palavra impressa continua no centro da modernidade e de suas redes globais. Ademais, tem que se destacar a atuação da imprensa como uma das principais influências no surgimento do Estado Moderno e outras instituições da modernidade.

A globalização conduzida pelas organizações transnacionais, retirou do Estado, parte da sua autonomia. De maneira que a soberania, no seu aspecto externo, ficou diminuída pelo poder econômico e financeiro dessas organizações. Assim como também, no seu aspecto interno, ficou prejudicada por questões de nacionalismo separatistas e movimentos sociais apoiados na afirmação da identidade e na tradição do lugar.

[...] no momento em que a economia se mundializa e é transformada de maneira acelerada por tecnologias novas que a personalidade deixa de ser projetada para o futuro e, ao contrário, apóia-se no passado ou num desejo a-histórico [...]. (TOURAINÉ, 1999, p.53).

2.3 A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A "modernidade" pode ser lida como o "mundo industrializado". Mas o industrialismo não é a sua única dimensão institucional, pois o capitalismo é a sua outra dimensão.

[...] A modernidade produz certas formas sociais distintas, das quais a mais importante é o Estado-nação. [...] Dizer modernidade é dizer não só organizações mas o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas [...]. (GIDDENS, 2000, p.21.)

Não se fala mais de engenharia, mas de culturas e redes, equipes e coalizões, nem de controle, liderança e gerência, mas de influência.

Além disso, quanto mais os Estados Modernos são globais, mais fragmentação surge dentro deles. Por um lado, eles ficam mais parecidos uns com outros e, por outro lado, eles mantêm os seus modelos sociais vigentes.

No entanto, as fragmentações sociais sempre existiram no interior das diversas sociedades modernas, foram ocultadas pelo "biombo" do Estado Nacional. Na contemporaneidade, se apresentam como fragmentação sócio-nacionalista

Na atualidade, onde a fragmentação social convive com novos sujeitos sociais. Grupos nacionais, ao mesmo tempo, que integram uma sociedade civil sob a forma de sociedade de livre mercado possuem pretensões de restringir os poderes do Estado. Apresenta o Estado mínimo, tanto como forma de expressar o pensamento liberal, quanto como solução para o Estado como mal necessário.

Estado mínimo não quer dizer sociedade sem Estado, então a teoria do Estado mínimo não é sinônima de anarquismo. O Estado nasceu da divisão da sociedade de classe com o domínio de uma classe sobre a outra, como consequência da divisão do trabalho. Ainda no mundo atual prevalece a sociedade dividida em classes e somente quando desaparecer esse tipo de sociedade não haverá mais necessidade do Estado.

O Liberalismo é o sistema sócio-econômico-filosófico típico da modernidade. E há um estreito vínculo entre o Estado Nacional e o Liberalismo. Nesse sentido, a crise do Estado Nacional reflete a crise tanto da modernidade como, também a crise

do modelo econômico capitalista liberal. A nova configuração do Estado Nacional não exclui o seu papel de regulador da sociedade civil. Pois, no meio dele é que emerge a sociedade política, isto é, os funcionários que administram a sociedade civil. Na atualidade, o que chama mais atenção é o fenômeno das fragmentações sociais. De forma que podem ser entendidas como um sintoma da pós-modernidade. A noção de pós-modernidade surgiu com a crise e o fim do modelo racionalista do Iluminismo. Essa crise é também o próprio movimento da modernidade, que vão em busca de um novo princípio de combinação da racionalidade instrumental e de identidade cultural.

As fragmentações sociais que sempre existiram no interior das diversas sociedades modernas, foram ocultadas pelo "biombo" do Estado Nacional. Mas, na contemporaneidade, estas se apresentam como fragmentação sócio-nacionalista, como é caso das etnias, que se conflituam entre si, em disputa de território. E ainda, mais fragmentados são os grupos de minorias, que reivindicam espaços para se expressarem na sociedade. Esses fragmentos sociais aparecem como ilhas ou estrangeiros numa sociedade inclusiva. Nesse caso, por extensão, o Direito e a Justiça passam a ser os principais protagonistas do Estado Nacional.

2.4 A QUESTÃO DO DIREITO E DA CIDADANIA

O conceito de Justiça surge da negatividade, isto é, surge do conceito de injustiça. Portanto, a Justiça está na esfera dos direitos negados. O Direito Moderno nasceu ligado à Revolução Francesa e da Revolução Americana. Mas o curioso é que, a Revolução Mexicana era contra o Direito.

Na visão rousseuniana, o princípio da comunidade, tem que ser construída com a participação efetiva do cidadão. De forma que o Estado se situe no mesmo patamar do conjunto de cidadãos. No caso, do Contrato Social liberal, o Estado está acima da vontade dos cidadãos.

O Direito é identificado com o Estado, que nesse caso trata-se de um Estado capitalista. Tanto que, nos anos sessenta e setenta, o que se pregava era a reforma agrária e um Estado forte. Como forma de garantirem a democracia, com o capitalismo. Seria o reformismo, de inspiração baseada no capitalismo desenvolvido do Norte, onde as transformações são graduais e controlados pela presença dos conservadores. O reformismo seria o contraponto da Revolução, cuja sua inspiração é socialista.

Sobre o modelo revolucionário, este entrou em crise nos anos oitenta. Isso devido ao fato de ser demasiado tardio, para ser pré-revolucionário e, prematuro para ser pós-revolucionário. Dentro desse quadro político, existem demasiadas demandas por direitos. Principalmente das chamadas minorias sociais. E o direito passou a colonizar a vida social. O Estado se enfraqueceu. Não há redistribuição social. Então a democracia tornou-se o anverso do direito, sem virtualidade distributiva.

Por um lado, existe uma baixa intensidade democrática, onde os representados nunca foram tão mal representados. Criou-se um regime social despótico, um fascismo social. Aparece o cidadão sem voz ativa, mas com capacidade para formular problemas e não para apresentar soluções. O novo Contrato Social é excludente, pois as minorias ficam excluídas. Mas com uma esperança de serem incluídas, posteriormente. As diferentes formas de opressão geram diferente formas de resistências.

Por outro lado, nunca se falou tanto, em reforma judicial, ao mesmo tempo, que se violam tanto o direito. Donde se conclui duas coisas: diferentes formas de opressão geram diferentes formas de resistências culturais. E a outra, é o fato que todas às vezes que se fala em reforma judicial, lembra-se da reforma do ensino. Como se esta pudesse evitar a primeira, futuramente.

O sistema mundial é um sistema industrial capitalista transnacional, no qual fazem parte os setores pré-industriais junto aos setores pós-industriais. Nesse sentido, o espaço doméstico continua sendo o espaço privilegiado de reprodução social. E tem sido o espaço de atuação desses novos movimentos sociais.

Das várias formas de democracia que existem, atualmente, se reduziu a uma, que é a representativa. Fruto do modelo neoliberal. Acabamos ficando sem direito e sem democracia redistributiva.

A baixa intensidade democrática, onde os representados nunca foram tão mal representados. Criou-se um regime social despótico, um fascismo social. Aparece o cidadão sem voz ativa, mas com capacidade para formular problemas e não para apresentar soluções. O novo Contrato Social é excludente, pois as minorias ficam excluídas. Mas com uma esperança de serem incluídas, posteriormente. As diferentes formas de opressão, geram diferente formas de resistências.

Mas, em todas as partes surgem grupos sociais poderosos e privados. Vivemos a banalização dos horrores. Por isso necessitamos criar uma imagem estabelizadora, para dar conta de uma ideologia que encubra até a perda de certos

direitos fundamentais ao ser humano; como por exemplo, a questão da água. Querem administrar esse bem, de forma privatizada.

Como o Estado tornou-se agente de mercantilização, houve uma privatização do espaço público. Tendo em vista, que o mercado político e o mercado econômico estão se fundindo. Tanto que o Banco Mundial impõe a criação de leis anti-terroristas. Ao mesmo tempo, que criam zonas francas de despotismo nos Estados. Com a suspensão das garantias dos cidadãos. Utiliza-se uma privatização da segurança.

Na opinião de Santos (2005b), deve haver uma transformação de uma monocultura jurídica para uma ecologia política. E ela se dará da seguinte maneira:

- a) a monocultura baseada na técnica passa aceitar saberes informais;
- b) a monocultura da prática do Direito ou da Economia do Direito, deverá levar em consideração, a subjetividade e o coletivo, com a imaginação jurídica. Tendo em vista que o direito vai da escala local para o nacional. Pois, antes de juridificar-se, tem que se politizar.

Todo direito é legal e, nos conduz ao Estado de Direito. Porém, há o confronto dialético entre a legalidade e a ilegalidade. Em contrapartida, existem os atos de desobediência civil e ação direta. É, somente, desobediência a uma lei. Enquanto, que a ação direta, é uma ação concreta.

Enfim, a luta contra-hegemônica conduz ao uso contra-hegemônico do Direito. E, este tem que ocorrer dentro da democracia. De forma tal, que nos possibilite uma ecologia do saber.

Em relação ao Estado brasileiro, algumas filosofias fundamentaram, sobretudo a nossa formação jurídica.

2.5 AS FILOSOFIAS QUE NORTEARAM A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

O conjunto de filosofias políticas que inspiraram a formação do Estado brasileiro tiveram suas raízes na Europa, naturalmente. No entanto, o traço mais marcante é o caráter religioso católico, que acabou revestindo quase todas elas, até pelo fato de que a Igreja sempre desempenhou um papel importante na formação das ideologias. Mesmo que o Estado brasileiro seja laico, não é ateu, por isso ele permite que as Instituições Religiosas criem seus intelectuais orgânicos.

2.5.1 O Liberalismo

O liberalismo era a filosofia política que dominava em Portugal, até o início do século XIX pregava a origem divina do poder. Onde a figura do rei se situava no centro da dominação de todo o Estado. Tendo em vista, que era o monarca que legislava, julgava e tributava sobre todos os bens dos súditos, em regime patrimonialista.

Com a disseminação das idéias liberais no meio intelectual português, provocou a Revolução de 1820. Pois a nova ideologia pregava que o Poder tem origem popular. Baseado nessa idéia, até poderiam ser mantidas as monarquias, mas limitadas constitucionalmente e controladas pelo voto popular.

Evidentemente, nem todos concordavam com a nova ordem. Um dos primeiros a insurgir-se contra as mudanças políticas trazidas pela Revolução Francesa foi Edmund Burke. [...] As instituições são frutos da História e estão vinculadas às tradições, usos e costumes. (MALFATTI, 1998, p.70).

E que não poderiam ser banidas de uma hora para outra, de uma sociedade. Essa reação do Conservadorismo prevaleceu em Portugal. Tanto que, em relação do Estado português, que tinha sido criado para proteger a propriedade, continuou mantendo essa característica, mesmo depois da nova forma de pensar.

Sendo o Brasil colônia de Portugal, a visão de mundo liberal que foi implantada no país, por meio da metrópole portuguesa era baseada na

[...] natureza individual, mas pressupunha a educação. Contava com os automatismos de uma certa forma de sociabilidade, mas tinha, primeiro, que construir essa sociabilidade. Propunha um governo mínimo, mas tinha de governar no máximo, para poder, depois, governar um pouco menos. [...] criador de movimentos sociais artificiais, em aberto contraste com o bom governo, conservador e guardião dos equilíbrios [...] (HESPANHA, 2004, p.6-7).

A partir da matriz portuguesa, surge no Brasil, o nosso modelo liberal. O liberalismo brasileiro será mais expressivo, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, incluindo Minas Gerais e, excasso no restante do país.

Foi um liberalismo nacionalista, não popular com a cidadania, que excluía às "baixas camadas da sociedade". Aqui, também, o liberalismo institui um Estado protetor de direitos voltados para a aristocracia rural e a burguesia comercial. De forma que contou com esses estratos sociais, até porque não havia burguesia

industrial, naquele período no Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa Ocidental, que já possuía indústrias.

O liberalismo, que em todas as partes foi uma ideologia da sociedade civil, aqui foi uma ideologia do Estado para a sociedade civil. O que mais prevaleceu foi o caráter patrimonial do Estado, com suas bases comerciais e de sustentação recíproca com os governos.

A essência do liberalismo está no controle e na limitação do poder por meio da lei. Tanto que, na visão de Gramsci, o liberalismo é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e pela coação. Portanto, não é um ato automático do fato econômico.

A célebre consigna liberdade, igualdade e fraternidade que serviu de axioma para a chamada Revolução Burguesa, gerou o liberalismo clássico. No entanto, a liberdade política, em relação ao período anterior, sem dúvida ocorreu. Mas não a emancipação humana, porque por todas as partes homens e mulheres continuavam escravizados. De forma que, a igualdade foi mais no sentido jurídico (todos iguais perante a lei). Até porque, nunca houve a igualdade econômico-social para todos.

2.5.2 O Positivismo e o Castilhismo

A república velha foi o período em que a maioria da intelectualidade e da elite política aderiu ao positivismo. Segundo o positivismo, todas as filosofias que existiram, até então, eram coisas do passado. O importante era a ciência, pois com ela poderia explicar todas as preocupações que nutriram os séculos anteriores.

Nos primeiros anos do novo sistema, o positivismo foi quase uma religião do Estado. De forma que, as instituições republicanas foram plasmadas de acordo com os seguidores dessa doutrina, isto é, da maneira como as elites locais fizeram a leitura do positivismo. Na época, fizeram uma reforma de ensino, baseada nas ideias comtianas, Porém não se cuidou de estruturar a Universidade.

O sucesso do comtismo no Brasil se deveu ao fato de ter inserido o cientificismo, na cultura brasileira. Contraditoriamente, começou a crescer na elite brasileira, a ideia de ter universidade. Mas relação ao comtismo, até hoje, persiste na mentalidade acadêmica, com reflexo no ensino das ciências sociais e jurídicas.

No Brasil, o positivismo se constituiu no autoritarismo doutrinário com eleições

representado pelo castilhismo. Cujas figuras centrais foram Júlio Prates de Castilho e outros rio-grandenses, como Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas.

O castilhismo foi uma doutrina política, que seguindo a orientação de Comte, afirmava ser o governo uma questão de competência. E que o poder está no saber. Para os castilhistas, o poder só poderia ser ocupado por um indivíduo cultivado culto.

Há uma segunda versão do comtismo, chamado de autoritarismo instrumental, cuja figura central foi Oliveira Vianna. Com uma proposta política duradoura que chegou ao poder com a Revolução de 1930,

[...] cujo sucesso adviria sobretudo da circunstância de que nem o castilhismo, aprimorado por Vargas, nem o liberalismo em sua versão republicana-formalista, incapaz de forjar as instituições do sistema representativo e de estruturar a própria representação, alheio à questão social etc., lograram dar ao país estabilidade política. (PAIM, 1997, p.556).

e que resultou no Estado Novo.

Nessa época, em São Paulo havia um grupo chamado de positivista ilustrado, que seguia a tradição liberal do Império. Do qual fazia parte Raimundo Teixeira Mendes, um dos fundadores da Igreja Positivista, no Rio de Janeiro. Depois de sua morte, o grupo passou a ser liderado por João Arruda, além da presença marcante de Jackson Figueiredo. Era um grupo de forte tradição católica, com isso acabaram criando as condições para a volta da liderança moral às mãos da Igreja Católica.

O outro pólo político-intelectual brasileiro, no nordeste, a chamada Escola de Recife, esta se exauriu por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Sem ter tido sucesso no combate ao positivismo. No entanto, um de seus representantes, Farias de Brito permitiu que um grupo de jovens transitasse do espiritualismo para o catolicismo.

2.5.3 Católicos Conservadores

Até a Primeira Guerra, o intelectual católico de renome foi Carlos Laet. Já, na década de vinte, uma massa da intelectualidade acorreu à Igreja. Esse período passou a ser conhecido de surto tomista. Na realidade foi uma opção política, porém muitos o abandonaram, posteriormente. Duas figuras de destaques desse período foram: o

Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo.

Jackson de Figueiredo tornou-se uma liderança do conservadorismo católico. Ocupou cargos influentes, no governo de Arthur Bernardes. O mais importante, foi ter dado um princípio programático, cujo lema era: Ordem e Autoridade, um conceito mais no sentido político voltado para sociedade civil, e não de caráter econômico. Ele refutou a idéia de Partido Católico, pois, com isso poderia surgir um outro partido não-católico. Combateu com veemência o Movimento Tenentista, de 1922. Para ele, o mais importante era manter a ordem legal.

O nacionalismo, o respeito à família e a Igreja, princípios postos por D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo inspiraram a principal vertente formadora da Ação Integralista, na década de trinta. Com isso, o conservadorismo católico não precisava mais sonhar com a volta da monarquia. A Ação Integralista foi dirigida por Plínio Salgado.

Nesse período há um verdadeiro surto tomista, que durou até o começo dos anos sessenta. Na verdade, era uma expressão do tradicionalismo, que se posicionava contra a chamada democracia moderna. Tanto no sentido individualista quanto no sentido coletivista. Era um tomismo alheio aos princípios de São Tomás de Aquino.

Outras figuras de destaque dessa corrente de pensamento foram: Alceu Amoroso Lima, visto como alguém da direita, tendo em vista a sua formação católica. Leônidas de Rezende era tido como representante da esquerda, pois era um estudioso do marxismo. Os anos posteriores ao Golpe de 1964, o tradicionalismo volta a tomar novamente, a feição política com os seguintes participante: Gustavo Corção, que editava a Revista Permanência; o grupo paulista da Editora Hora Presente e também, pela Tradição, Família e Propriedade – TFP. De acordo com Paim (1996), o caso da Editora Vozes mantida pela Ordem dos Franciscanos, que na década de trinta tinha característica tradicionalista, nos anos sessenta passou adotar uma posição progressista, de inspiração socialista.

2.5.4 Getulismo

Getúlio Vargas, político castilhistas possuía alguns traços típicos da tradição luso-brasileira. Foi o mais personalista de todos, deixou muitos discípulos e herdeiros políticos. Foi o presidente que estabeleceu as bases do país industrial.

Na década de vinte, o Brasil era um país agrário e, vivia um período de grandes efervescência política, cultural e educacional. Era dominado pelas oligarquias, federalistas e liberais. Culminou com a Revolução de Trinta. Com isso, o seu governo tomou um novo rumo e acabou se transformando na ditadura, do Estado Novo. Mas contraditoriamente, houve nesse período, o surgimento de um novo pensamento político brasileiro

Nesse sentido, se destaca Oliveira Viana, que criticava as influências estrangeiras no pensamento brasileiro, porém tinha suas idéias pautadas no positivismo. Onde procurava demonstrar a influência do clima e do meio natural sobre os seres humanos de maneira que justificava o seu racismo em relação ao povo brasileiro. Mas no entanto, sua obra demonstra tendências culturalistas importantes. É considerado o primeiro sociólogo brasileiro. Vivia muito no interior Estado do Rio de Janeiro, reduto do que sobrou da nobreza imperial. Preso à tradição católica ibérica, era contra a ditadura pela ditadura.

Para ele, o Estado deveria organizar a sociedade. Nesse sentido sua opinião coincidia com a de Joaquim Nabuco, pois ambos consideravam que a sociedade era incapaz de se fazer representar.

2.5.5 O Marxismo

Depois do ciclo positivista que predominou toda a República Velha, esse lugar passa ser ocupado pelos marxistas.

No começo dos anos trinta, um grupo marxista se instala num estabelecimento de ensino, a Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Faziam parte desse grupo, Leônidas de Rezende, Hermes Lima e Edgardo de Castro Rebelo, que deram início ao chamado marxismo acadêmico. E este se diferencia da história do marxismo de inspiração política.

Mas de todos os modos, o marxismo acadêmico estabeleceu um nível de discussão que influenciou a pregação de representantes dos profissionais da política. No entanto, o marxismo não alcançou a esfera do direito com muita difusão, como se esperava.

O marxismo acadêmico no país foi certamente um movimento complexo. Até porque, era filtrado por uma leitura positivista. Para Leônidas de Rezende a versão marxista apresentada na década de vinte ou nos começos da década

seguinte, teve como disciplina fundamental a Economia. O econômico era tido como a base e a essência de toda a superestrutura social. E essa tese apresenta uma fundamentação comtista.

No meado da década de vinte, o jornalista Antônio dos Santos Figueiredo já fazia distinção entre o comunismo e leninismo. Percebia que o sistema adotado na Rússia, não era inteiramente parecido com o pensado por Karl Marx. Em contrapartida, muitos liam Marx a partir de concepções cientificistas predominantes no início do século vinte.

Havia uma contradição, na década de trinta em relação à literatura marxista publicada no Brasil. Primeiro, era escassíssima; segundo, não havia textos de Marx, de Engels ou de Lênin publicados em português; terceiro, muitos textos marxistas que chegavam até nós, eram mal interpretados por exegetas pouco familiarizados com os problemas filosóficos abordados por Marx. No entanto, alguns autores marxistas desconhecidos foram lidos, como por exemplo: Thaleimer, Kautski, Max Beer, Labriola. Quanto ao stalinismo, este se afinava mais com os hábitos intelectuais da formação cultural do tipo positivista, comum a muitos intelectuais brasileiros e influentes no meio dos militantes do PCB. Em contrapartida, a corrente trotskista teve seus adeptos, até mesmo nas forças armadas.

Na visão de Paim (1997), nunca houve no Brasil nenhum movimento teórico marxista, digno desse nome, a despeito de uma grande popularidade das idéias marxistas. Porque havia um ecletismo de idéias que dominava a maioria das cabeças pensantes da época. Tendo em vista, a mistura de materialismo positivista, liberalismo spenceriano, anarquismo kropotkiano e outros ingredientes semelhantes; que acabava criando uma espécie de barreira intelectual para o estudo mais aprofundado do marxismo no Brasil.

No começo do século XX, esperava-se que as idéias marxistas vingassem na Europa, para que pudessem ser aplicadas aqui. Isto demonstrava a nossa situação periférica, de subordinação do nosso país, em relação aos movimentos que se realizavam nos grandes centros europeus. Mas isto, também, apresentava uma certa ingenuidade sobre a questão da revolução comunista. Que segundo a tese marxista, para que pudesse ocorrer uma revolução era necessário que as contradições políticas fossem despertadas, através de uma preparação prévia e adequada, na qual levasse a um enfrentamento eficaz de resistências e interesses contrariados.

No caso do marxismo político brasileiro, se destacou Caio Prado Junior, que

publicou algumas obras de divulgação do marxismo ortodoxo. Porém dentro do Partido Comunista, ele sempre foi relegado a posições secundárias. Para ele, o liberalismo significava um caudilhismo local e provincial. Mas o seu economicismo fez escola e muitos sociólogos e economistas contemporâneos são seus discípulos.

Em vários períodos, existiram movimentos políticos que se processaram sob essa bandeira. Porém, em contrapartida, se percebe a inexistência de uma corrente teórica suficientemente estruturada; a ponto de explicar os períodos em que há um relativo desinteresse político, por essas idéias. Mesmo que o marxismo tenha como princípio, o mesmo da ética cristã, de "não explorarás o trabalho alheio". Em outros momentos, figuras proeminentes como Luis Carlos Prestes, entre outros se destacaram. Esse líder tenentista, o chamado "Cavalheiro da Esperança", seguiu as tradições ibérica da política brasileira. Impôs-se ao Partido Comunista, antes de se tornar quadro nessa organização.

2.6 A RELAÇÃO DO ESTADO, MERCADO E TERCEIRO SETOR

Na pós-modernidade, o pilar da regulação é constituído em três princípios, tais como, Estado, mercado e comunidade. O mercado acabou tendo uma dimensão maior do que a do Estado. E este, por sua vez, passou a ser confundido com a comunidade, principalmente, quando se trata das questões internacionais. Porém, é na comunidade, o espaço onde se dá a cidadania.

O princípio da cidadania abrange exclusivamente à cidadania civil e política. E o seu exercício reside exclusivamente no voto. No modelo Liberal, o Estado se sobrepõe ao cidadão. Enquanto no modelo rousseauiano, o Estado está no mesmo patamar do cidadão. Portanto, a teoria neoliberal concebe a sociedade civil de forma monolítica. O contrato social é excludente, pois algumas as minorias ficam excluídas das benesses sociais, principalmente as étnicas. Mas há uma esperança de virem a estar incluídas. Surge o cidadão se voz ativa, mas com capacidade para formular problemas e não para apresentar soluções.

O mercado político e o mercado econômico estão se fundindo. E a América Latina foi o continente onde, primeiramente, as políticas neoliberais foram adotadas, nas quais o Estado se financeriza e as relações sociais são financerizadas. Ganha-se mais dinheiro no setor financeiro do que no setor produtivo. Paradoxalmente, foi com o processo neoliberal que foi feita a

redemocratização política da América Latina.

Todavia, o que diferencia a América Latina do resto do mundo é a desigualdade. Havendo, portanto neste continente, uma ditadura sócio-econômica com concentração de poderes. E o Brasil é o mais desigual de todos os países.

A política foi permeada pelo financeiro, e isto faz parte do sonho neoliberal. Onde há desarticulação da privacidade. A mídia é privada, e é ela a formadora de opinião pública, mas com uma dinâmica privada, onde se destaca o papel da televisão.

Vivemos um tempo de transição, no qual ainda existem problemas antigos, mas já temos problemas modernos, embora não temos soluções modernas para resolvê-los. No caso da América Latina e particularmente, o Brasil, os velhos problemas ainda subsistem, e um deles é desigualdade social. Nesse caso, o Brasil é o mais desigual de todos do continente. É possível dizer, que existe uma ditadura social, com forte concentração de poder.

Que poder é esse? O poder econômico. Se lembrarmos que as políticas neoliberais nasceram no continente latino-americano. As conseqüências, e que foram introduzidas, em nossas vidas, alguns valores norte-americanos, como por exemplo, o shopping center. E que muitas vezes se apresentam como desagregadores da vida social. O Estado se financerizou-se. A política passou a ser permeada pelo financeiro. As relações sociais estão financeirizadas. Tanto que, ganha-se mais dinheiro no setor financeiro, do que no setor produtivo. E isto tudo faz parte do sonho neoliberal. Onde há uma desarticulação da privacidade. E neste caso, temos que destacar o papel da televisão, que como mídia, quase na sua totalidade é privada. E ela é formadora de opinião pública.

Destarte, o monopólio privado é visto como igual ao monopólio livre. Com isso, dois fenômenos passam acontecer. Primeiro, é o surgimento de uma opinião pública, com uma dinâmica privada. E, o segundo, é o que impede a expressão das diversidades. Logo, a opinião que prevalece, é a opinião de um determinado grupo. Mas, paradoxalmente, o atual modelo econômico, aumentou a diversidade de forças de trabalho, fazendo crescer o Terceiro Setor.

A tendência histórica de internacionalização da economia, a mundialização, mostra-se como uma nova hierarquia dos espaços, com presença da exclusão social, num território mundial comandado pelo capital.

Para Fernandes (1998), a expansão global do capitalismo, como processo

que constitui o mundo moderno, gerou a dialética da globalização, isto é, a relação local-global. Já, Dowbor (1998) correlaciona globalização com poder global, de onde surgiu uma nova hierarquia dos espaços, que não são somente substrato físico, mas, também são espaços de reprodução social. Uma vez que a reprodução econômica, isto é, produtos que estão no nosso dia-a-dia foram produzidos em diversos níveis de atividade econômica e social, em diferentes locais.

Na atualidade, segundo Lesbaupin (2000), a mundialização tem a exclusão como uma situação nova, especial, caracterizando "uma nova questão social", que resulta das transformações do processo produtivo, tornando uma parte significativa de trabalhadores em "inúteis" no mundo, desprovidos de alternativas e de uma rede de proteção social.

Na contemporaneidade, evidencia-se a ampliação do processo de empobrecimento e exclusão social, visto que

[...] segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobranes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado. (IAMAMOTO, 2000, p.33).

Já Andrade (2000b) alerta para o fato, que atualmente para se refletir sobre temáticas relacionadas com a injustiça, a pobreza, a miséria e a exclusão social, ou seja, sobre os desafios postos às políticas públicas e às lutas sociais na contemporaneidade, torna-se imprescindível correlacionar tais temáticas com a questão do meio ambiente e a tão polêmica sustentabilidade do desenvolvimento.

Muito embora concordando que o modo de produção dominante é estruturalmente excludente, Sposati (2004) discorda de Lesbaupin quanto à antiguidade da exclusão social, considerando-a não como um fenômeno novo, uma vez que ela é inerente ao processo de acumulação capitalista, muito embora isto tenha contribuído para permitir ao senso comum tratá-la como natural. A exclusão tem a mesma idade da lógica estrutural e centenária demonstrada por Marx. O novo que há de novo é a sua nova visibilidade nos chamados primeiro e terceiro mundos, principalmente no momento em que a sociedade se torna recessiva, econômica e socialmente, dentro do neoliberalismo. Neto (1999) diz que a "globalização capitalista", é a causa da crise de identidade nos movimentos sociais e da retração dos partidos de esquerda.

A lógica da economia de mercado, que conduziu a globalização ressalta

aspectos contraditórios entre os países do sistema capitalista. As desigualdades sociais que ocorrem no mundo, acabaram servindo de entrave para a própria economia de mercado. Pois

[...] o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuarão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente.[...] com isto, os problemas mais sérios com que se confronta o sistema mundial são globais e como tal exigem soluções globais [...] (SANTOS, 2006, p.299).

Por isso, surge dentro do conceito de desenvolvimento, o do Índice de Desenvolvimento Humano, como demarcador de qualidade de vida.

Nesse sentido surge uma aliança entre Estado, mercado e Terceiro Setor/ONGs. Trata-se de um novo associativismo, com características heterogêneas e complexas. Essas organizações, com algumas exceções, ao invés de prestarem conta de suas atividades à sociedade e seus movimentos, prestam contas através de relatórios às agências financiadoras. Segundo Petras (2002), em muitos casos os dirigentes dessas ONGs ficam "sensíveis" aos assuntos (problemáticas) que interessam às elites ocidentais e elaboram projetos de acordo com seus critérios de financiamento, ou de acordo com as demandas do próprio capitalismo.

Esse fato permite concordar com Montañó (2001), quando diz que "Existe um 'conceito hegemônico' de 'Terceiro Setor' diferente do 'fenômeno real' encoberto por essa denominação." Para ele o primeiro é uma construção ideológica que se manifesta na aparência, sem permitir que se perceba a essência do fenômeno, e o segundo, fruto dessa mesma construção ideológica, apresenta-se como uma esfera do social, na qual se opera a refilantropização e remercantilização da questão social, dada a sua precarização e focalização, sem que se explicitem os reais interesses aos cidadãos-clientes desse jogo de interesses. Desse modo, é importante que se façam investigações capazes de revelar esse fenômeno em sua essência, ou seja, em suas múltiplas determinações. Pois, o fortalecimento e ampliação do Terceiro Setor/ONGs, como parceiros preferenciais do Estado brasileiro, para a superação da pobreza leva a questionar se é pela via do assistencialismo e de políticas compensatórias que se mudará a realidade social brasileira.

Nos anos oitenta proliferaram os chamados movimentos sociais populares. E atualmente, parte significativa desses movimentos vem reestruturando-se,

tendendo a substituir o caráter contestatório e reivindicativo frente ao Estado por um formato mais identificado com organizações propositivas e executoras de programas sociais. Transformam-se muitas vezes em ONGs produtivas, como tradução de um novo perfil organizacional. Mas, mantendo a tradição histórica das ONGs como canais de denúncia, de organização e politização sobre a problemática social e, ao mesmo tempo, de associações para possíveis alternativas na sociedade. Como por exemplo, a luta relacionada à raça, ao ambientalismo, às questões de gênero. Isto colocado

[...] Na estrutura de massa das democracias modernas, tanto as organizações estatais como o complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as 'trincheiras' e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: elas fazem com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra [...] (GRAMSCI, 1980, p.92).

2.6.1 Os Parceiros Preferenciais do Estado Brasileiro

O que parecia não-governamental, desinteressado e crítico do poder, paradoxalmente busca se consolidar como Terceiro Setor frente ao Estado e ao mercado, respectivamente o primeiro e segundo setores, visando com eles manter relações de parceria. De maneira que, o conjunto dos principais protagonistas diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do terceiro setor no Brasil, constituído pelas agências multilaterais, isto é, pela rede de ONGs; pelas empresas privadas e pelo Estado conseguiu atingir os seus objetivos propostos, tanto que há um crescimento considerável destas entidades na sociedade brasileira contemporânea, inclusive com a existência da Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

Quanto às empresas privadas, estas têm incentivado de maneira significativa o desenvolvimento do terceiro setor no Brasil, sobretudo através do lema cidadania empresarial enquanto ideologia utilizada para caracterizar as novas funções sociais da empresa capitalista no contexto da reestruturação produtiva, a qual se fundamenta nas atividades de responsabilidade social e ambiental. Através da cidadania empresarial, as empresas passam a apoiar projetos sociais e a criar fundações ou instituições filantrópicas, visando a um retorno, a médio ou a longo prazo, de maximização dos seus lucros operacionais.

2.6.2 Gerenciamento do Estado

A maior e melhor exeqüibilidade das organizações públicas não-estatais na prestação dos serviços sociais é um reconhecimento da falência ou crise por que passam os estados nacionais e, particularmente, o Estado brasileiro, inviabilizando a sua intervenção na área da prestação de serviços sociais públicos. No que refere ao Estado argumenta que o terceiro setor operacionaliza essas atividades com melhores e mais amplos resultados. Tendo em vista, a possibilidade de maior controle social por parte do cidadão, a eficiência da gestão e a qualidade dos serviços ofertados. Deste reconhecimento governamental decorre a prioridade proporcionada à celebração de parcerias com a sociedade civil.

Pode-se concluir que na Reforma Gerencial do Estado brasileiro que no seu arcabouço técnico-político, quatro processos interdependentes existiram e, que foram os seguintes: *a redução do grau de interferência do Estado*, através da adoção de programas de desregulação e realização de reformas orientadas para o mercado; *o aumento da governança do Estado*, viabilizado pela implementação de políticas públicas de forma eficiente e em parceria com a sociedade; *o aumento da governabilidade do Estado*, que visa impulsionar o fortalecimento da capacidade política do Governo em intermediar interesses e alcançar legitimidade; e *a redefinição das funções do Estado*, implicando na redução de suas dimensões e, sobretudo, do seu contingente de pessoal, mediante a implementação de programas de privatização, terceirização e publicização. O cerne desse fenômeno está no desmonte do Estado de direito social e a viabilização do projeto neoliberal, de onde surge o Terceiro Setor/ONGs.

Um paradoxo, no entanto, aí se verificou, pois, apesar de essas organizações decretarem a incompetência e burocratização do Estado frente às questões sociais, tornaram-se parceiros preferenciais desta instituição. Comportamento similar ocorreu frente ao mercado. Ao se declararem "sem fins lucrativos" e "antimerchantis" faziam crer que a gestão e o financiamento se distanciassem da lógica concorrencial e competitiva, fato que não ocorreu.

Com o surgimento do Terceiro Setor, novos atores se despontaram no cenário político-brasileiro. E, com eles se definiram novos papéis de gestores sociais, isto é, muitas funções que anteriormente cabiam ao Estado, agora são desempenhadas por ONGs ou OCIPs, como por exemplo, o da educação assistemática.

3 ONGS COMO INTELECTUAIS ORGÂNICOS

As ONGs de Formação desempenham o papel de intelectual orgânico, na medida em que seus membros são possuidores da cultura dominante na sociedade e se tornam educadores sociais. O seu objetivo principal é fazer surgir um novo bloco histórico, por isso, há uma grande preocupação com o despertar de uma consciência sócio-ambiental, no grupo com que elas atuam.

Como são organismos que surgiram dentro de um contexto político-ideológico e visão de mundo definidos, mais precisamente, na práxis política da Igreja, naturalmente. Portanto, há uma preocupação com uma **ética** que norteie a conduta de seus participantes. Mesmo que muitas vezes, esta ética se apresente com várias morais que se opõem.

Os saberes que estão sendo gerados, transmitidos e recebidos por essas ONGs são mundializados, por redes, fazendo com que o conceito gramsciano de intelectual orgânico tenha que ser estendido do indivíduo para grupo, que atuem local e globalmente, ao mesmo tempo. E ademais, a concepção de bloco histórico passa a ser entendida de forma planetária.

3.1 O INTELECTUAL ORGÂNICO DIANTE DOS NOVOS DESAFIOS

Gramsci (1979) trata a questão do intelectual orgânico, a partir de Bloco Histórico. Para ele, Bloco Histórico compreende uma situação histórica global que se distingue, por um lado, por uma estrutura social e, por outro lado, por uma superestrutura ideológica e política. No entanto, não há primazia de elementos nesse bloco. Até porque, o vínculo orgânico que há entre a infra-estrutura e a superestrutura, é realizado pelos intelectuais e, estes tem a função de operar na superestrutura, de maneira que haja uma organização social concreta.

Segundo Ponchirolli (1996) cada grupo social, surgindo num terreno originário de sua função essencial do mundo da produção, cria, ao mesmo tempo que a si próprio uma ou várias camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no plano econômico, mas também no plano social e político.

A partir da análise do Bloco Histórico, Gramsci estuda também como se

desune a hegemonia da classe dirigente e como se edifica um novo sistema hegemônico. Para ele, só ocorre um desaparecimento do antigo Bloco Histórico se a crise da estrutura gera uma crise orgânica, ou crise hegemônica. A crise se tornará realidade se as classes subalternas romperem com a classe dirigente, isto é, quando a classe trabalhadora tomar consciência do que ela representa para a História e de que é protagonista dessa mesma história, aí o seu papel será duradouro.

O intelectual orgânico, de origem proletária ou pequeno burguesa, não pode ser um especialista em eloquência, vendedor de palavras altissonantes e vazias, pelo contrário, ele tem a função de criar uma nova hegemonia política, com uma consciência local-mundial.

Para Gramsci (1981), a estabilidade do bloco histórico depende da organização e da eficiência dos órgãos da sociedade civil sob o controle dos intelectuais orgânicos dos grupos dominantes. Daí a grande importância atribuída aos intelectuais, pois como quadros daqueles órgãos desempenham um papel essencial na conservação do bloco existente e, também, na formação de um novo bloco. Ademais, todos os seres humanos são intelectuais, porque em todas as atividades humanas exigem uma intervenção intelectual. Porém, nos grupos dominados não há uma unidade entre a ação e a teoria. O intelectual torna-se dirigente só adquirindo uma visão crítica do processo histórico, no qual se insere também a sua especialização.

Os intelectuais orgânicos não são uma classe autônoma.

[...] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de **modo orgânico**, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política o organizador de uma nova cultura, de um novo direito [...]
(GRAMSCI, 1981, p.34).

Os intelectuais orgânicos atuam na superestrutura, isto é, no plano das idéias e da administração. Constituem uma camada vinculada a uma classe social, mas não se identificam com elas, conservando aquela margem de autonomia, que está na base de sua mobilidade social e que os faz disponíveis a novas alianças. Eles não devem rechaçar de modo dogmático e acrítico a cultura burguesa, mas assimilá-la, a fim de enriquecer a cultura socialista.

A teoria marxista quando tratou da relação infra-estrutura-superestrutura foi de forma muito abstrata. Gramsci ao contrário, forneceu um elemento social concreto desse vínculo orgânico, que são os intelectuais orgânicos. A análise de Gramsci dos intelectuais é o aspecto mais importante de sua obra, mas muito mais importante é quando ele fala do papel orgânico dos intelectuais no seio do Bloco Histórico e a importância que eles têm tanto para a formação e evolução como para a desagregação do referido bloco. Ele percebe as diferenças sociais, procura entendê-las e dar-lhes uma solução.

A concepção gramsciana da atividade intelectual nunca é marginal ou apolítica, pois a origem dos intelectuais orgânicos ou daqueles que já o foram, e hoje são tradicionais e está sempre ligada a um grupo social. Não deixa de ser também, uma estratégia para que as classes subalternas possam desagregar o bloco ideológico e atrair os intelectuais para defender às suas reivindicações. Esta é, portanto, a questão primordial: a da luta ideológica contra os intelectuais da classe dominante e de uma alternativa intelectual ao sistema dominante. Dessa forma, a criação de uma nova sociedade, exige que haja uma classe que aspira a uma hegemonia, para que possa criar um novo intelectual orgânico, com uma nova concepção de mundo.

Em relação à educação, os escritos de Gramsci apontam duas lógicas alternativas, quais sejam: ou usar a educação para que as camadas menos favorecidas tenham acesso à cultura universal, com capacidades cognitivas e práticas. Ou o desenvolvimento de uma consciência política, incorporando, dessa forma, as experiências classe trabalhadora na educação, possibilitando-os a se tornarem sujeitos da História. Tendo em vista que, o conhecimento educativo é neutro e cabe aos indivíduos colocar o seu conhecimento ou capacidade à serviço do status quo ou da sua mudança.

Os conceitos de sociedade civil e de hegemonia permitem pensar o problema da Educação a partir de um novo enfoque: permite elaborar um conceito emancipatório de Educação, em que uma pedagogia do oprimido pode assumir força política, ao lado da conceituação da educação como instrumento de dominação e reprodução das relações de produção capitalistas.

Isso porque Gramsci admite que na sociedade civil circulam ideologias. Nela a classe hegemônica procura impor à classe subalterna sua concepção de mundo que, aceita e assimilada por esta, constitui o que Gramsci chama de senso comum.

É nesse sentido que Gramsci (1979) diz que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica: no caso da hegemonia burguesa, trata-se essencialmente, do processo de aprendizado pela qual a ideologia da classe dominante se realiza historicamente, transformando-se em senso comum. É uma pedagogia política, que visa a transmissão de um saber, com intenções práticas.

A função hegemônica está plenamente realizada, quando a classe consegue paralisar a circulação de contra-ideologia, suscitando o consenso e a colaboração da classe oprimida que vive sua opressão como se fosse a liberdade. Nesse caso houve uma interiorização absoluta da normatividade hegemônica.

Gramsci (1979) advogava uma igualdade de acesso ao conhecimento e cultura a todos. Mas àqueles que procuravam excelência e tinham condições para alcançar, deveriam ser recompensados com ensino em nível mais avançado. Uma nova hegemonia se alcança com a preparação necessária dos intelectuais da classe trabalhadora, com o objetivo de criar um novo humanismo e, conseqüentemente, seria um pré-requisito para o exercício da hegemonia de sua classe. A grande preocupação do pensamento pedagógico de Gramsci é a educação dos adultos trabalhadores, que a vê como uma chave para formação política dos mesmos.

Para Gramsci (1979) uma preparação vocacional especializada dos adultos, tem que levar em consideração os aspectos técnicos e culturais. Nesse sentido, a abordagem gramsciana da política educativa está inteiramente inserida na abordagem da filosofia da práxis. Porque para o pensador, a política educativa sempre esteve relacionada com a noção de desenvolvimento da consciência de classe, que, por sua vez, estava relacionado com a superação do senso comum.

Nesse caso a primeira tarefa da política educativa é substituir os intelectuais tradicionais por intelectuais orgânicos. A segunda tarefa era assegurar que este processo de amadurecimento prosseguisse suavemente. Partindo do princípio que, os indivíduos nascem no mundo já moldado por uma luta de classes, a classe hegemônica sempre tentará assegurar a sua posição dominante, por meio de uma política que legitime a sua visão de mundo no tecido social. Mas com o tempo, esta concepção de mundo irá ser solidificada como senso comum.

A grande questão é qual o tipo de conhecimento e capacidades políticas que devem ser ensinadas. O mais importante é como o capital cultural é apropriado, pois isto pressupõe uma consciência político-prática e o controle do sistema educativo pelos movimentos populares. Tendo em vista, é escola que

produz os intelectuais do Bloco Histórico em vigor.

A educação assume um papel preponderante na criação da nova cultura porque, toda a relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. Importa ver na Escola como uma das mais relevantes organizações culturais, tanto para a formação dos intelectuais quanto para difusão crítica e a socialização das verdades já descobertas que possam tornar-se elementos de coordenação e ordem intelectual e moral junto ao maior número de homens.

A dominação das consciências, por meio do exercício da hegemonia é um momento indispensável para estabilizar uma relação de dominação, e com isso as relações de produção.

A vinculação orgânica entre o intelectual e massa, implica necessariamente a inter-relação teoria versus prática: uma prática política a partir de uma concepção de mundo coerente e unitária, onde ambos tenham participação ativa e se influenciem reciprocamente. Quando isso não se verifica a função mediadora dos intelectuais em relação às massas é invertida, isto é, não atende aos interesses populares e sim aos interesses do grupo do poder.

O intelectual voltado para os interesses das classes subalternas, expressa uma filosofia espontânea que está contida no linguajar do povo. Isto significa: avançar a reflexão e a práxis dentro de um contato permanente com as massas. O intelectual marxista é aquele que se mistura ativamente na vida prática como construtor e organizador. Adquire um papel político, pois tornar-se um dirigente. Comprometido com a massa e com a realidade desta, pois advém desse meio social. A função desse intelectual não se limita aos indivíduos isolados, mas tende a atingir a todos, a uma multidão, com o feito de criar a unidade ideológica de todo o bloco social.

Há uma aproximação das idéias de Paulo Freire com às de Gramsci, ambos tinham atividade política com base no conhecimento popular, e a educação como uma prática contra-hegemônica. Sobretudo na educação assistemática. Tomando o entendimento do conhecimento, tanto o conhecimento popular quanto o conhecimento elitista, como um instrumento de transformação social. Onde esses dois tipos de conhecimento são resultantes, conforme a nomenclatura bourdiana de habitus, isto é, que vem do habitat como resultado das experiências sociais e culturais.

As práticas da educação popular tentam desenvolver tanto a consciência

crítica da população envolvida, quanto estimularem alternativas concretas para mobilização e organização dos desfavorecidos; com objetivo deles poderem superar a sua condição de pobreza. Nesse sentido, o papel dos trabalhadores orgânicos, isto é, dos militantes políticos é de estimular a noção de hegemonia entre os desfavorecidos.

As ONGs de formação, como sujeito coletivo, assumem o papel de intelectual orgânico, com o objetivo de preparar novos intelectuais. E como são organismos que atuam com a educação, articulam nos seus interlocutores, projetos de conscientização local e global. Incluindo aí o meio-ambiente, já que é construído socialmente, em um determinado espaço físico. Tendo em vista que, a educação popular é um paradigma político-educativo, teórico e metodológico.

Uma leitura gramsciana da educação desenvolvida pelas ONGs de formação, deveriam se basear na filosofia da práxis, quando esta tenta ultrapassar a filosofia primitiva do senso comum. De maneira que conduzisse os orientados a uma mais elevada concepção de vida, num processo de esclarecimento levado a cabo por participantes auto-conscientes. Destacando que conhecimento deveria ser ensinado, mais importante, ainda, o conhecimento de quem deveria ser ensinado.

A questão do tipo de conhecimento que deve ser ensinado não é de fácil resposta, mas qual o tipo de capacidades políticas que entram em jogo.

O problema é a natureza da relação entre o conhecimento e se ele foi contaminado pela arbitrariedade do capital cultural. O que é mais importante é como o capital cultural é apropriado. Isto supõe uma consciência político-prática. [...] a capacidade para uma apropriação ativa do conhecimento passivo. (MORROW e TORRES, 2004, p.39).

Mas muitas vezes os ensinamentos são passados de forma sofismática, isto é, a reprodução de conhecimento de alguém de um modo fragmentado e limitado, sem desenvolver a capacidade para sistematizar e criticar o conhecimento, e até poder produzir novo conhecimento.

Nos países ocidentais, como é o caso do Brasil, o esquema gramsciano tem sido aplicado de modo inverso. A prática de educação popular, em vez de desenvolver uma cultura de massa, com uma base ética para uma forte organização política; sobretudo nas organizações não-governamentais e movimentos populares, onde envolvem jovens e adultos tem demonstrado, que o discurso da hegemonia penetra no senso comum das classes dominadas

reduzindo o seu poder de sujeitos. Tendo em vista que, as organizações políticas colocam em primeiro lugar a questão do poder. Por isso continuam sendo grupos minoritários e pouco representativos. Saturando a sua visão de mundo e antiteticamente, aumenta o poder das classes dominantes, consolidando, mais ainda, como classe hegemônica.

Além disso, não se fez nenhuma ruptura cultural e por isso a classe dirigente continua mantendo seu domínio e assim os intelectuais das classes subalternas acabam sendo cooptados. Dessa forma nunca acontecerão transformações substantivas, mas meras reformas. Nesse sentido, o crescimento das ONGs como novos sujeitos sociais, pode confirmar essa expectativa reformista.

3.2 TERCEIRO SETOR E AS ONGs COMO NOVOS SUJEITOS SOCIAIS

As Organizações não governamentais, juridicamente são associações sem fins lucrativos, compostas por pessoas físicas. Elas são distintas das OSCIPs, que são organizações da sociedade civil de interesse público e, inclusive estas levam selo de filantropia – os CEBAS. Como fundações as OSCIPs estão vinculadas à questão do patrimônio.

As ONGs fazem parte na sociedade civil organizada. E passam atuar nas interfaces dos três setores: Estado, empresas ou mercado e sociedade. Tendo inclusive, de desempenhar alguns papéis, que caberiam ao Estado ou mesmo à iniciativa privada. Algumas delas possuem o caráter transnacional, nesse caso tem seu campo de atuação o global articulado com o local, em forma de rede. Ademais, elas são organismos que trazem consigo uma natureza complexa.

Elas são atores menos hierarquizados e mais descentralizados que as organizações multinacionais. As ONGs destacam-se por seu papel de representação ou de expressão de grupos sociais nacionais ou internacionais. Tendo como seu campo de atuação, um variado espectro de atividades, que podem ser: a política, a economia, a religião, a cultura, a cidadania e a ecologia. No entanto, elas muitas vezes podem servir de grupos de pressão, de influência ou a ação direta, dependendo das circunstâncias políticas que se defrontam.

No caso do Brasil, a partir de 1999 houve um aumento extraordinário do número de ONGs. Que exercem, na maioria, das vezes o que Weber(1969)

chamava de ação politicamente orientada.

As ONGs passaram a se configurarem como um fenômeno social, principalmente a partir da ECO 92, onde a questão da sustentabilidade foi colocada em debate, mundialmente. Ademais, elas são organismos que trazem consigo uma natureza complexa. Elas fazem parte do Terceiro Setor, surgem na sociedade civil organizada. E passam atuar nas interfaces dos três setores: Estado, empresas e sociedade. Tendo inclusive, de desempenhar alguns papéis, que caberiam ao Estado ou mesmo à iniciativa privada executá-los.

Alguns pontos são questionados a respeito das ONGs, tais como: em relação a abrangência legal prevista no Capítulo II, do Código Civil (conforme anexo), que tem por finalidade regulamentar as Associações ou ONGs e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs); em relação a renúncia fiscal, pagamento e prestação de contas dos financiamentos dessas ONGs. Se existe ou não financiamento público para ONGs de cunho educacional alternativo. E como muitas dessas ONGs estão ligadas numa complexa rede de relacionamentos, que podem ser vantajosas ou desvantajosas. Tendo em vista, que por meio dessas redes é possível administrar a captação de recursos, principalmente de fontes estrangeiras.

Principalmente a partir da ECO 92, as ONGs se configurarem como um fenômeno social, onde a questão da sustentabilidade foi colocada em debate, mundialmente. E sob a ótica da implementação de ações sociais, elas passaram a serem vistas como contribuidoras para o desenvolvimento local.

3.3 A EXPANSÃO DO TERCEIRO SETOR/ONGS

A redução da atuação do Estado enquanto principal agente executor de política social, o qual se insere, no âmbito deste "novo modelo", Isto é, o *Welfare Pluralism* em estreita articulação com três setores específicos:

[...] o *voluntariado* (representado pelas organizações voluntárias); o *comercial* (representado pelo setor mercantil); e o *informal* (representado pela família e a vizinhança) pondo-se ênfase na auto-ajuda e na ajuda-mútua [...] (PEREIRA, 2000, p.128).

No âmbito deste padrão de política social, localiza-se o denominado espaço "pós-social-democrático", proposto por Rosanvallon (1998), onde a "solidariedade voluntária" constituiria a base do "novo contrato social" emergente

da crise do Estado-providência.

Após a segunda metade dos anos 80 e, sobretudo na década de 90, houve uma proliferação de organizações nacionais e internacionais (fundações, institutos, casas de apoio, centros de defesa e estudos, associações etc.), chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou, mais amplamente, Terceiro Setor, principalmente, interessadas nos problemas sociais. No entanto, o surgimento do "terceiro setor" no Brasil, está estreitamente vinculado às repercussões decorrentes do cenário sócio-político mundial, viabilizadas pela burguesia nacional e internacional, com objetivo de alcançar "[...] a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e a superação da pobreza[...] ". (MONTAÑO, 2002, p.152) com *objetivo de atender ao projeto neoliberal*, de desresponsabilização do Estado nas respostas às demandas sociais. Apresentando-se através do apelo ao voluntariado e à filantropia e, revestidas de uma imagem nitidamente empresarial.

Quanto à ação do Estado, este deve ater-se a programas assistenciais de auxílio à pobreza, quando necessário, de modo complementar à filantropia privada e das comunidades. Essa ação deve seguir as prescrições gerenciais dos organismos internacionais, como o (Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC, Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BID e Banco Mundial – BM) e deve se realizar, preferencialmente, em parcerias com o Terceiro Setor e o empresariado, este último, ciente e sensibilizado de sua responsabilidade social.

Dessa forma, o "terceiro setor" emerge no Brasil amparado em três instâncias: redes das *entidades multilaterais*, as *empresas privadas* e o *Estado*. Sendo as *entidades internacionais e multilaterais (rede de ONGs)* as principais impulsionadoras do processo de institucionalização do terceiro setor, não apenas na sociedade brasileira, mas no conjunto dos países que constituem o denominado "mundo subdesenvolvido". Neste âmbito, tem destaque o *Banco Mundial*, enquanto instituição internacional que mais tem investido recursos à consolidação do "terceiro setor" (*non-governmental organization sector*) no Brasil, iniciando seu intercâmbio de forma incipiente na década de 70 e logo fortalecendo-se nos anos imediatamente posteriores, culminando em 1983 com a instalação do Comitê ONG - Banco Mundial.

É nesse contexto de privatização que se afirma o Terceiro Setor/ONGs

como um componente necessário à implementação dessa lógica, constituindo, ao mesmo tempo, pelas organizações públicas não-estatais e pelas organizações não governamentais e não lucrativas, de assistência à pobreza.

De maneira, que não se pode negar que haja um amplo espectro de relações contraditórias e, ao mesmo tempo, um certo consenso entre Estado, mercado e Terceiro Setor, para que este último possa intervir sobre uma realidade social marcada por altos índices de desigualdade, por conflitos sociais acirrados.

Essas organizações ensejaram um conjunto de iniciativas, visando à revitalização da sociedade civil. Entre as justificativas para a existência e expansão do Terceiro Setor/ONGs estava a tese da falência do modelo de desenvolvimento e o modo pelo qual o estado capitalista desenvolvia as políticas sociais públicas. Este setor passou a promover ações substitutivas e/ou complementares no campo das políticas sociais aos pobres, ou seja, onde o Estado não chegava, efetivamente, o Terceiro Setor/ONGs passou a demarcar presença.

Nos anos 90 milhares de ONGs passaram a atuar no cenário brasileiro, disputando suas inserções nos espaços político e social das esferas federal, estadual e municipal. Estas, por sua vez, tornaram-se eficazes em repassar serviços e recursos ao Terceiro Setor, garantindo, inclusive, representação nos conselhos e colegiados da administração pública, na forma de parcerias de todos os matizes e, além do mais, estimulando a filantropia e o voluntariado em todos os setores não exclusivos do Estado.

Montaño (1999), ao criticar esse padrão emergente de intervenção social, diz que este espaço assumido pela sociedade civil, nos anos 90, é que fomentou o fortalecimento do Terceiro Setor, pois, a sociedade civil passou a ser, indistintamente, tudo o que está fora da órbita do Estado, a saber, o mercado.

O Terceiro Setor/ONGs, como organismos da sociedade civil, ao se propalarem defensores da cidadania e do desenvolvimento sustentável, não clarificam esses conceitos. Não se sabe o que é sociedade civil, cidadania e desenvolvimento para o Terceiro Setor/ONGs. Eles atuam num contexto da sociedade civil em que não existe uma unidade, e sim uma heterogeneidade de grupos e interesses os mais distintos. Apesar de algumas ONGs se distinguirem nesse cenário do Terceiro Setor, polarizando as tendências de integração passiva à ordem imperialista, elas não são a maioria, mesmo porque as ONGs em geral

encerram todas as circunstâncias do capitalismo.

Muitas ONGs, nos países pobres, abandonam o âmbito propriamente humanitário de sua missão e mostram com o dedo as formas autoritárias ou corruptas de poder político e de organização da economia mundial, responsáveis pela miséria que elas deve mitigar. (TOURAINÉ, 1999, p.132).

Antes de tratarmos da questão das redes de ONGs, é necessário abordar o fenômeno das redes dentro da teoria da complexidade. De forma que, as ONGs podem ser lidas como nós e/ou como atratores de equilíbrio estável para um Estado em equilíbrio instável.

3.4 AS REDES

As possibilidades abertas pelas redes de realimentação são capazes de produzir novos arquétipos, por meio do desenvolvimento de novas regras que governam o jogo interativo pelas quais elas interagem entre si.

Em termos filosóficos, o arquétipo toma forma de um modelo perfeitamente regular e previsível, são os chamados atratores de equilíbrio estável e de equilíbrio instável. Recentemente, teóricos do caos descobriram que esses atratores não são os únicos fatores determinísticos num sistema não-linear de realimentação. Outros atratores "estranhos" estão presentes. Atualmente são chamados de caos. O caos seria um atrator no sentido de que todas as trajetórias próximas são dirigidas para sua órbita, fazendo com que pequenas mudanças podem se transformar em grandes diferenças. O sistema gerador do caos é determinista, portanto, o seu comportamento não é aleatório, porém o resultado específico é indeterminado.

O arquétipo do caos é um modelo potencialmente irregular, nesse sentido, o atrativo do caos é paradoxal, com a presença de estabilidade e instabilidade em seu estado. Portanto, o caos é um arquétipo de novidade, criatividade, inovação e surpresa. Ele pode passar por uma fase de transição, onde a ordem local e global coexistem simultaneamente. Essa fase de transição é vista como a margem do caos. Em suma, o caos e a margem do caos ficam nos limites entre os sistemas de estabilidade e de instabilidade.

Contudo, os sistemas usam a desordem para gerar uma nova ordem por meio de um processo espontâneo de auto-organização. Esta é entendida como um

processo que acontece espontaneamente a certos valores críticos dos parâmetros de controle de um sistema, no qual os agentes do sistema se organizam para produzir um novo padrão sem nenhum protótipo. Nesse sentido, a ordem emerge como resultado da ineficiência e do excesso de recursos, ao mesmo tempo.

Nessa situação anárquica se configuram os sistemas organizacionais e ambientais. De tão complexos que são, os agentes dentro deles não podem planejar seus futuros, a longo prazo. Situações que podemos observar nos sistemas humanos e, que responde por muito da instabilidade que encontramos no comportamento humano. E a competição desempenha um papel importante nos sistemas humanos, por um lado, é a causa da instabilidade numa organização, e por outro, aumenta o aprendizado. Tendo em vista, que cada indivíduo é autônomo, mas também, dependente uns dos outros. De maneira que, indivíduos que interagem entre si constroem um capital de conhecimento mútuo, que é compartilhado em forma de rede de relacionamentos. Possibilitando o processo de auto-organização dos sistemas.

Essa teoria dialética de processos organizacionais, constitui a ciência da complexidade que estuda os sistemas de rede de *feedback* não-lineares. Os sistemas de rede de *feedback* compõe o novo paradigma informacional, característica principal das sociedades baseadas no conhecimento. Onde a reorganização do processo educativo junto aos sistemas de valores dão as diretrizes aos novos processos organizacionais. Haja vista que, atualmente está crescendo uma literatura sobre redes de trabalho formais e informais, baseadas nesses princípios.

A organização das redes sociais e econômicas ressalta a hierarquização dos lugares e dos espaços, porque permitem estabelecer contatos, realizar transações, fazer negócios. De forma, que os lugares onde estas vias convergem levam vantagem em relação aos outros. Segundo Santos (1996, p.210), pelo menos, houve três momentos na produção e na vida das redes. O primeiro foi um largo período pré-mecânico; o segundo foi um período mecânico intermediário, ambas se constituíam por uma imposição da civilização material. A fase atual é a de uma sociedade globalizada, altamente tecnizada, com produção econômica apoiada no setor de serviços, sobretudo o financeiro. E na crença que o suporte de inovações tecnológicas, inclusive para a comunicação, possam ampliar o conhecimento.

O surgimento da sociedade em rede tornou-se possível com o

desenvolvimento das novas tecnologias da informação. Haja vista que, a acelerada e dinâmica revolução da microeletrônica, criou possibilidade de desenvolvimento para inúmeros artefatos, mas no entanto, gerou perigos em relação a elas, tanto nas relações sociais, com a eliminação do trabalho humano, em alguns setores de atividades. Quanto às mudanças causadas na biosfera, devido a maior utilização de recursos não renováveis.

A complexidade das sociedades contemporâneas sob o paradigma informacional necessita de redes que ultrapassem fronteiras nacionais. De forma que criem um espaço de conectividade, que por sua maleabilidade e flexibilidade torna-se útil para fazer circular um discurso, que pode ser econômico. Porém que seja possível haver uma sociabilidade. Esse discurso é a linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes. "Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio" (CASTELLS, 1999, p.499). No entanto, nem tudo é rede na face da Terra, tendo em vista, que existem vastas áreas do planeta, que escapam a esse desenho reticular. E até mesmo, onde as redes existem, elas não são uniformes.

Na relação global e o local, cada vez as redes são globais e, a forma mais acabada e eficaz da rede é dada pela atividade financeira. As redes são um veículo de um movimento dialético. Por um lado, a existência das redes é inseparável da questão do poder, haja vista que, a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato social, nos Estados que são atingidos. No entanto, devemos destacar que, o território é o grande mediador entre o Mundo e a sociedade nacional e local.

Por outro lado, os fragmentos da rede atingem uma dimensão socialmente concreta, baseada num acontecer solidário, que é fruto da diversidade. E o poder, aqui está sendo entendido como, a capacidade de uma organização controlar os recursos necessários ao funcionamento de uma outra organização. Em suma, tanto a rede quanto o Estado, ambos são abstrações.

A globalização faz redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade. No ser humano, o corpo é uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender. E não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Ademais uma ação humana sobre o meio reflete uma ação simbólica sobre o próprio ser humano.

Nesse sentido, a sociedade em rede pode ser considerada um arquétipo do caos, tendo em vista que ela apresenta, concomitantemente, características de estabilidade e instabilidade. Como conseqüência surgem questões relacionadas com o sentido da vida, com os sistemas de valores e estilos de vida. Pergunta-se: será que a sociedade informacional-globalizada concretizará o ideal dos humanistas: o homem universal, cidadão do mundo com formação global e cultura internacional?

O eu-para-o outro e o outro-para-mim é o modo que se constrói e se refaz os valores, isto é, através de um processo incessante de interação.

[...] os esboços simbólicos, providos pelo movimento de cooperação, prolongam a atividade própria do sujeito e abarcam a totalidade da tarefa comum, levando cada sujeito a tomar consciência de que a universalidade é o verdadeiro sentido de sua existência singular. (SANTOS, 1996, p.253).

3.5 A REDE ONGS

O fenômeno dos organismos não governamentais, no qual se insere numa complexidade de idéias centradas na dialética do todo e do uno, do local e global. Onde a renovação dos discursos, valores, concepções de mundo, de pluralidade social e questão ambiental, atualmente tornou-se hegemônico, no mundo.

Como atores transnacionais, as ONGs tiveram uma rápida expansão após a Segunda Guerra. Segundo Jacobson (1989), em 1914, existiam trezentas e trinta, em 1939 seu número subiu para setecentos e trinta chegando em 1980 a cifra de seis mil entidades. Esse crescimento acelerado do número de atores transnacionais baseou-se em várias precondições, entre as quais o avanço da tecnologia se situa em primeiro lugar, além do desenvolvimento dos meios de comunicação e do transporte. Todos esses recursos contribuíram para o desenvolvimento da capacidade organizacional, em forma de rede de apoio, para que pudessem operar por meio de imensas distâncias e multiplicidade de culturas. Acrescido a esses fatores, existe um de caráter político, que é o pluralismo ocidental, que cria condições para uma maior organização societal.

No Brasil é comum ocorrerem rede de ONGs, onde cada uma, com seu caráter específico, se juntam para um trabalho coletivo. Em outras palavras, cada ONG foi criada para atender um aspecto social, como o político, o cultural, o de atendimento social, etc. Mas que no conjunto acabam criando uma unidade complexa, pois atuam de maneira coordenada, com apoio entre si, esses novos

sujeitos são paradigmáticos na contemporaneidade.

Dessa forma, as redes facilitam a sobrevivência das ONGs, de maneira que elas possam ampliar os seus trabalhos. Paralelo a isso, as suas ações são coordenadas por meio de contratos entre si. De forma que aumenta a capacidade de sobrevivência das mesmas, além de diminuírem os seus custos burocráticos.

E o entendimento da complexidade das redes de relacionamentos possibilita identificar suas vantagens e desvantagens. Tendo em vista, que por meio delas é possível verificar como é feito a captação de recursos, principalmente de fontes estrangeiras. Sobretudo, quando se trata de uma rede de ONGs de formação assumindo o papel de intelectual orgânico dos grupos sociais excluídos do modelo sócio-econômico-político dominante. Nesse caso, especificamente, se faz necessário tratar das questões da ética e da sustentabilidade.

4 ÉTICA E SUSTENTABILIDADE

Cada dia mais a Terra mostra sinais de esgotamento. Se todos os países do mundo venham a ter o mesmo o nível de industrialização, o planeta, provavelmente não poderá suportar uma demanda em busca de um progresso. Além dos problemas costumeiros, naturalmente, ocorrem novos problemas para serem resolvidos são gerados cada vez mais. A senha é a prudência, e não o exagero. O encanto da utopia é a última coisa que deveria turvar a lucidez de que necessitamos.

O potencial da natureza é inesgotável. E a utopia interveria no diálogo entre a técnica humana e a natureza. E nesse diálogo residiriam duas questões: a ética e a metafísica, por meio do conhecimento das ciências da alma e do espírito – um exercício antropológico-filosófico. Para evitar a destruição do planeta e a barbarização da humanidade.

4.1 INSERÇÃO DA ÉTICA NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA

Nesse sentido, a consciência ecológica torna-se um componente da nova consciência planetária. E essa consciência está inserida na ética da responsabilidade. Pois é a sobrevivência da Terra que está em jogo. Contraditoriamente, a crise do meio ambiente, permitirá o surgimento de programas de reflexão interdisciplinar. Inclusive, destacando a questão epistemológica da integração das ciências naturais com as ciências sociais, para que possa dar conta do conhecimento do que é a vida, o que é o homem e o que é o cosmo, de forma mais holística possível. Numa verdadeira "reforma de pensamento".

Ter consciência que a humanidade é uma entidade planetária, cria um imperativo categórico de rever vários habitus; de modo que se possa adquirir condições de desenvolver uma ética da compreensão e da solidariedade planetária. Se levarmos em consideração que, "Cada civilização possui um pensamento racional, empírico, técnico e, também, um saber simbólico, mitológico e mágico. Em cada civilização há sabedoria e superstições." (MORIN, 2004, p.27) romperemos com as barreiras dos preconceitos.

A ética da responsabilidade necessita de examinar a tese do "não ainda" para toda a história precedente. Pois hoje, após vários séculos de euforia pós

baconiana e prometética, de onde se originou também o marxismo, se não segurar as rédeas desse progresso galopante, e se não o fizermos logo, a natureza o fará e de maneira terrível.

Junto com a realidade também se confiscou do homem a sua dignidade humana. Sem a necessidade, a liberdade se torna vã, tal como a força sem resistência. A liberdade vazia, o poder vazio, se abolem a si mesmos. O mesmo ocorre com o interesse em uma ação empreendida a contragosto, se anula.

Muitas vezes, o trabalho voluntário desenvolvido numa ONG, surge como ganho na esfera pessoal, quando esta sofre com a perda da realidade na esfera do trabalho. A amizade é uma aliança solidária em busca de alguma coisa e contra outras coisas no mundo. O outro é valioso porque ele também valoriza alguma coisa.

A esperança é uma condição de toda ação, pois ela supõe ser possível fazer algo e diz que vale a pena fazê-lo em uma determinada situação. E ao princípio da esperança, contrapõe-se o princípio responsabilidade. E o medo? Este pertence à responsabilidade, tanto quanto a esperança. É o medo que nos convida a agir. Trata-se de um medo que tem haver com o objeto da responsabilidade.

Hans Jonas reafirma o medo, não a covardia; talvez a angústia, mas não ansiedade. De forma que, o paradoxo da situação atual está em que precisamos recuperar o respeito a partir do medo, em busca de uma sacralidade no provir. No sentido de "temor" (respeito, quase uma adoração). Coisa que foi perdida em relação ao patrimônio tanto do ponto de vista natural, quanto cultural. Enfim, assumir a responsabilidade pelo futuro do homem.

Para Hans Jonas (2006), o homem tem uma parte de conhecimento e outra de liberdade, de forma, que é responsável por aquilo que faz. E diante das crises de degradação do meio-ambiente, desperta-se a consciência, de que o ecossistema é um conjunto auto-organizante-auto-regulado, que forma a biosfera. Na qual, todos os elementos que compõem a natureza fazem parte, incluídos os seres humanos.

Este é o grande problema, entender o outro, que é sempre visto como o estrangeiro (inimigo). As fragmentações sociais são geradoras do estrangeirismo, do inferior e do desigual. Mas isto não significa submeter-se aos caprichos de minorias, ao contrário, é perceber que as minorias compõem junto às chamadas maiorias, a mesma ecologia humana. Apesar de alguns Estados Nacionais, diante

dessa ambivalência, tentarem criar leis, nas quais é possível incluir a minorias, principalmente as étnicas; com objetivo de tornar iguais, perante a lei, aqueles que se sentem desiguais.

[...] Nenhum homem pode viver sem preconceitos, não apenas porque não teria inteligência ou conhecimento suficiente para julgar de novo tudo que exigisse um juízo seu no decorrer de sua vida, mas sim porque tal falta de preconceito requereria um estado de alerta sobre-humano.[...] (ARENDR, 2006, p.29).

Para a pensadora o conceito de igualdade humana dificulta as relações entre os diversos grupos humanos, pois a igualdade não é natural e não pode ser obtida pela ação política. Essa idéia tende a produzir a exclusão social e diminuir o respeito à diversidade.

Não existe nenhuma estrutura social que não se baseie mais ou menos em preconceitos. Entretanto, é um preconceito em si mesmo o fato de algo imperativo adequar-se ao juízo. Mas quando surge uma nova ordem mundial moral, o preconceito passa a não ser mais fonte de confiança naqueles que os seguia. E ao mesmo tempo, há uma desvalorização de todos os valores.

No entanto, ideologicamente, ele rompe com a cadeia planetária, ao colocar o território como causa dos fracassos humanos. Ao mesmo tempo, a idéia do local-global fica reduzida simplesmente, ao aspecto econômico. Porém o ser humano é um ser-com-os-outros. Viver é fazer parte de um sistema.

É necessário uma ética para pensar um feixe de questões, tais como: a natureza, a ecologia, o desenvolvimento, para reconstruir as solidariedades etc. E quais as vias que deveremos percorrer em face de um capitalismo tecnológico com seus ideais científicos cada vez mais onipresente na sociedade?

Não devemos ceder à tentação de ver a ética baseada somente, numa moral de inspiração científica, como se esta estivesse acima do bem e do mal. Até porque, existem dois pólos que interagem, retroagindo um sobre o outro. O primeiro é o da "autocrítica" organizada como uma luta contra a "auto-justificação", inclinação e tentação inerente a toda consciência. O segundo é o da "compreensão" da situação que surge da tomada de consciência da complexidade, que forma a trama da realidade. A ética é inseparável do conhecimento da complexidade e esta conduz à compreensão.

Faz-se mister a religação desses fragmentos sociais para regenerar o

humanismo, até porque trata-se de uma questão de sustentabilidade. No caso de um fracasso ou no de uma vitória, só poderia melhorar, na verdade, o objetivo, se encontra bem além da riqueza material. Em suma, a desumanização do pensamento levou à desumanização da ação, que por sua vez provoca a idéia de descartabilidade em relação a tudo e a todos, daí, a unidade das diversidades sempre foi algo colocado por diversos pensadores, até porque está nos princípios das religiões universalistas.

Na visão de Küng (2003), há uma necessidade de uma ética para toda a humanidade, onde não haja espaços para éticas diferentes, contraditórias ou até conflitantes. Este mundo uno necessita de uma ética básica. Necessitam de normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas. Na opinião do estudioso, isso é possível, porque na ética, as religiões mundiais parecem estar mais próximas umas das outras do que no dogma. E esta opinião, está próxima da interpretação que Santo Agostinho faz da humanidade, quando coloca que ela é composta por um só indivíduo que está presente em todos os que viveram, vivem e viverão.

A Primeira Guerra Mundial criou um divisor de águas histórico, e o ano foi 1918, onde começa a ser gestado um novo paradigma, o da pós-modernidade. Este termo possui uma característica heurística, que pode causar mal-entendido, mas é um termo que busca analisar aquilo que diferencia a nossa época da época da modernidade. Pois nesse período, começa a desmoronar a sociedade burguesa e o mundo eurocentrista. Foi o fim dos quatrocentos anos de cristandade protestante e da moderna teologia liberal. Que coincide com a ruína do reino turco e do império chinês. O termo pós-moderno aparece pela primeira vez, na crise cultural da Primeira Guerra Mundial, vindo na esteira de Friedrich Nietzsche, aguçado crítico da modernidade.

Foi um período de efervescências de idéias, com movimentos pacifistas, feministas, o policentrismo mundial. Porém os mais importantes entre eles, foram sem dúvida, o de chamar atenção para o poder de destruição da ciência e das técnicas modernas. Além do surgimento do movimento ecumênico, que posteriormente desembocou na criação do Conselho Mundial de Igrejas e que culminou com o Concílio Vaticano II.

Para que uma ética? Porque ninguém está além do bem ou do mal. Por isso deve haver um mínimo de consenso fundamental com respeito a valores, normas e posturas, para que possa existir uma comunhão numa convivência

humana digna. Deve-se levar em consideração, que o consenso ético coincidente precisa estar sintonizado com a situação histórica vigente, além de ser fruto de um diálogo. Caso contrário poderá desembocar no caos ou numa ditadura.

As pessoas sentem a necessidade de ter orientações éticas fundamentais. "[...] Para a vida humana é fundamental estar ligado a uma direção de vida, a valores de vida, a normas de vida, a posturas de vida, a um sentido de vida [...] de uma forma transnacional e transcultural. [...]" (KÜNG, 2003, p.60).

E nos tempos atuais, a nossa estratégia de futuro deve ser a responsabilidade das pessoas pelo nosso planeta, uma responsabilidade planetária. Uma ética de responsabilidade da sociedade mundial em vista de seu próprio futuro. Responsabilidade para com o meio ambiente, que empreenda transformações positivas. Tal como foi proposta por Max Weber, preocupado com as consequências de nosso agir, proposta durante a Primeira Guerra e, repensada por Hans Jonas, na década de setenta.

A pessoa humana sempre deve permanecer sujeito e nunca deve ser objeto. Na época moderna, a ética foi vista como coisa privada. Na pós-modernidade, a ética deve vir a ser um propósito público de primeira grandeza, até porque, o que está em risco é a sobrevivência da humanidade.

[...] O agir ético deve constituir o quadro óbvio do comportamento humano e social. Para funcionar socialmente e estar ecologicamente regulamentada, também a economia de mercado necessita de pessoas imbuídas de determinadas convicções e posturas. (KÜNG, 2003, p.68).

Tendo em vista, que o mercado mundial exige uma ética mundial. A humanidade pós-moderna necessita de valores, objetivos, ideais e visões comuns, de um mundo não dividido. Não é uma colocação do tipo pós-metafísica ou pós-religiosa, que interpreta a religião como regressão ou ópio do povo. Mas o entendimento de que o diálogo entre religiões é um fator de educação para a paz.

4.2 A SUSTENTABILIDADE

O principal medium de concretização da vida é o corpo e, a sua inserção no meio circundante. E é o corpo humano que é o mais importante organismo vivo na natureza. Sendo que a partir da mente humana a natureza passou a ser concebida como um ente *utis*. Contudo, atualmente o que está em jogo é a vida, e a continuidade da existência da humanidade e talvez de toda a vida orgânica da Terra. Pois a coisa política ameaça exatamente naquilo onde, no conceito dos tempos modernos, reside o próprio direito de existência de toda a Humanidade.

Na visão de Arendt (2006, p.42) a vida orgânica e especialmente a existência do ser humano, na Terra baseiam-se numa espécie de milagre. Tendo em vista, que o surgimento da Terra foi uma infinita improbabilidade. E aquilo que chamamos de real é um entrelaçamento da realidade terrestre-orgânica-humana e que surgiram como realidade através da incidência de infinitas improbabilidades. A pensadora cita Santo Agostinho quando este colocou que, o próprio homem é um começo, um *initium*, portanto nem sempre existiu, mas veio ao mundo por meio do nascimento.

Ademais os vários estilos de vida criados pelos inumeráveis grupos humanos, que viveram ou que ainda vivem no planeta, ajudaram a mudar o ecossistema da Terra. Atualmente boa parcela da humanidade vive nos centros urbanos. Mesmo aqueles que estão em áreas rurais ou em vilarejos, estão cada vez mais mantendo um padrão de vida das megas cidades. Até porque, os meios de comunicação estimulam este imaginário social. E, cada dia mais os efeitos estão sendo percebidos, como a escassez de alimento, poluição ambiental, entre outros.

O homem moderno passou a chamar a natureza de recurso, no sentido econômico do termo, tudo que pode ser transformado para ser usado. E incluiu a si mesmo como um recurso, o recurso humano. Criou a tecnologia, que na visão de Marcuse (2004) instrumentaliza nossa existência e, ao instrumentalizar tudo, termina por instrumentalizar também o ser humano. E foi mais além, passou a tratar as pessoas como algo capitalizável. Que é possível financeirizar-se, daí surge a idéia do capital humano. A partir disso, em todas as partes surgem grupos sociais poderosos e privados. Vivemos a banalização dos horrores. Por isso necessitamos criar uma imagem estabilizadora, para dar conta de uma ideologia que encubra até a perda de certos direitos fundamentais ao ser humano; como por exemplo, a questão da água. Pois até, querem administrar esse bem, de forma privatizada.

A discussão ambiental que perpassa o conceito de desenvolvimento sustentável é bastante complexa e traz à tona o questionamento e o repúdio ao tradicional conceito de crescimento econômico. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável define como desenvolvimento, [...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades [...] (KLOETZEL, 1998, p.71) colocando em xeque o modelo civilizacional capitalista/industrialista baseado numa lógica destrutiva que ameaça o futuro do planeta e da humanidade.

Desse modo, o que está no cerne da questão ambiental é o questionamento da máxima capitalista de "crescimento ilimitado" e da pretensa dissociação da relação homem e natureza, tendo sido a última visualizada pela ótica da economia política tradicional como um "objeto das necessidades humanas" a ser dominado em favor do primeiro, ou seja, como se essa relação não fosse de reciprocidade dinâmica, desvinculando os efeitos da ação humana sobre a natureza e, conseqüentemente, sobre a sua condição de vida inserida neste meio natural. O que se observa é que a visão que o homem construiu sobre o meio ambiente pauta-se numa ótica antropocêntrica que dualiza e fragmenta o próprio conceito de meio ambiente, revelando uma não compreensão da interação homem-natureza.

Segundo Reigota (1994), o homem vive na contemporaneidade profundas dicotomias, pois se considera como um elemento da natureza, mas vive como se fosse um ser à parte, apenas observador e/ou explorador da mesma. As conseqüências dessa visão antropocêntrica e dualista sobre o meio ambiente (a qual sustenta a racionalidade econômica do "crescimento ilimitado" do capitalismo) revelaram que a crise econômica dos anos 70, nos países de capitalismo avançado e nos países do chamado Terceiro Mundo, tinha um "novo ingrediente" relacionado

[...] diretamente com a redução do índice de qualidade de vida de grande parte da população mundial: era a poluição que, juntamente com a possibilidade de saturação dos recursos naturais, interferia no presente e no futuro da humanidade. (LEONARDI, 1996, p.241).

De acordo com Lima (1997), observou-se, a partir deste contexto, a emergência mundial da discussão sobre a questão ambiental, pois se intensificaram os problemas sócioambientais, tais como: o crescimento e a desigual distribuição demográfica; os processos de urbanização acelerada; o

consumo excessivo de recursos não-renováveis; a contaminação tóxica dos recursos naturais; a redução da biodiversidade e da diversidade cultural; o desflorestamento; a geração do efeito estufa; a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático. Essas questões têm causado impacto *"na opinião pública mundial e atraído atenção para uma realidade, até então pouco observada"*.

Ainda de acordo com Lima (1997), a multiplicação de acidentes e problemas ambientais e a ação do próprio movimento ecológico, sobretudo a partir da década de 1970, impuseram com toda força um questionamento aos modelos de desenvolvimento industrial, tanto capitalista quanto socialista, despertando na sociedade uma nova consciência relacionada à dimensão ambiental da realidade.

Algumas medidas de caráter paliativo têm sido tomadas, inclusive, no plano mundial, com o objetivo de tentar sanar alguns problemas causados pelo ser humano na biosfera, mesmo sabendo que mudanças ambientais acontecem independentemente das ações humanas.

Do ponto de vista acadêmico, está se desenvolvendo um novo paradigma menos antropocêntrico, com uma nova hibridação, pois acolhe os outros seres fazendo com que, o homem se perceba como multindivíduo. Em que a complexidade na ecologia deve, necessariamente, adotar plenamente a dialética que constitui todo princípio da organização do ser vivo e a consciência ética, isto é, deve haver uma dialógica composta permanentemente pela complexidade biológica, social, cultural e ideológica. E na ação ecológica, a consciência ética junto com o princípio da responsabilidade são imperativos e servem como fontes de inspiração nas nossas obrigações em relação às novas gerações. Para Hans Jonas (2006), o homem tem uma parte de conhecimento e outra de liberdade, de forma, que é responsável por aquilo que faz. E diante das crises de degradação do meio-ambiente, desperta-se a consciência, de que o ecossistema é um conjunto auto-organizante-auto-regulado, que forma a biosfera. Na qual, todos os elementos que compõem a natureza fazem parte, incluídos os seres humanos.

Nesse sentido, a consciência ecológica torna-se um componente da nova consciência planetária. E essa consciência está inserida na ética da responsabilidade. Pois é a sobrevivência da Terra que está em jogo. Contraditoriamente, a crise do meio ambiente, permitirá o surgimento de programas de reflexão interdisciplinar. Inclusive, destacando a questão epistemológica da integração das ciências naturais com as

ciências sociais, para que possa dar conta do conhecimento do que é a vida, o que é o homem e o que é o cosmo, de forma mais holística possível. Numa reforma de pensamento, tomando por base a Ecologia, que é o estudo das relações que vinculam os organismos e o meio onde eles vivem numa desordem generalizada, onde só reina a lei do mais forte ou do mais apto.

O princípio fundamental da ecologia é baseado na interação e na interdependência. No qual um ecossistema torna-se um princípio dinâmico. Neste caso, o ecossistema é uma totalidade complexa auto-organizada e auto-organizante. Onde os organismos, eles próprios são ecossistemas complexos, que integram outros maiores. E todos são abertos, para que haja uma troca contínua de energia, de matéria e de informação (uma simbiose e uma cibernética). Em relação a autonomia, supõe que ela seja uma complexidade, isto é, todo sistema vivo é autônomo, mas é dependente do ecossistema. E o homem tanto faz parte do ecossistema social, quanto do ecossistema natural. Ele é um sistema aberto.

Nesse modelo teórico, há uma busca em estabelecer uma certa coerência epistemológica entre a ecologia e as diferentes correntes de pensamento das ciências humanas. Onde deve ser considerada como um princípio de complexificação do nosso próprio conhecimento, o relacionamento de entidades até então compartimentadas. Com objetivo de criar uma espécie de espiral do conhecimento entre disciplinas.

Pena-Vega (2005) coloca dúvida na existência ou não da ciência ecológica. E, se no caso positivo, qual seria seu componente epistemológico? E quais seriam suas relações com as ciências humanas?

O essencial da noção de ecossistema é que ela integra a idéia de que as interações entre os seres vivos, organizam o meio-ambiente em sistema. Para Pena-Vega (2005, p.58), alguns consideram o ecossistema como uma espécie de supra-organismo ou de superorganismo. No entanto, é graças à observação de uma comunidade de variedades de formas de plantas e de vida que se forja uma ecologia da sucessão.

Pode-se dizer que a palavra sistema designa uma rede de elementos interagindo uns sobre os outros, enquanto o adjetivo ecologia implica que estas interações concernem, em particular, aos seres vivos, considerados em vários níveis de integração possível: o indivíduo, a população, o povoamento e o ecossistema. Sendo assim, o conceito de complexidade dá lugar a interpretações

diversas, porque recobre uma realidade multidimensional e apresenta inúmeros aspectos multivariados mais ou menos complementares.

Devemos considerar o meio-ambiente como uma organização que, como toda organização complexa, sofre, comporta e produz a desordem e a ordem. Em ecologia, a idéia-chave é o seu caráter cíclico e concebido como um espiral. Além disso, sabemos que todo princípio complexo se apresenta como uma dificuldade e uma incerteza, e não como uma clarificação ou uma resposta. Ao mesmo tempo, que aponta para uma questão ética - Ética da civilização.

De acordo com Pena-Vega (2005) a idéia de um espiral na eco-organização transporta à cadeia trófica (alimentar) indica que não somente uma reorganização permanente responde à desorganização permanente, mas, sobretudo, que o processo de reorganização está no próprio processo de desorganização. Ademais todos os fenômenos de destruição e desorganização não apenas são compensados pelos nascimentos e regenerações, mas trazem em si virtudes organizacionais. É esta dimensão organizacional complexa que o novo paradigma ecológico deve enfatizar.

Depois da realização da conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED-92), que ficou mais conhecida pelo nome de ECO-92, e, também, da realização do Fórum Global, as discussões sobre a problemática ambiental chegaram à conclusão de que se não for modificado "[...] o atual modelo de desenvolvimento econômico e não se produzir uma aproximação entre critérios ecológicos e processos econômicos, a espécie humana corre sérios riscos de sobrevivência à médio prazo." (LEIS, 1995, p.24).

As indicações da necessidade de transformar a lógica do modelo de desenvolvimento econômico vigente estão presentes em todos os temas da Agenda 21 aprovados na UNCED.

Ademais, o progresso alcançado pela sociedade do conhecimento teve como contrapontos os danos causados ao meio ambiente, a acentuação da exclusão social e a concentração de riqueza entre outros. E na atualidade, nos é colocada a questão da sustentabilidade. E esta tem que ser entendida dentro de um processo de desenvolvimento globalizado, no qual, é necessário assegurar as condições de vida satisfatória para as gerações futuras, de tal forma que possa por um fim na chamada transnacionalização do empobrecimento, da fome, da má nutrição e da degradação ambiental. Sendo esta última, a mais transnacional de todas.

4.3 DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Na visão de Freire (1980), educação é um ato de conhecimento, pois com ela é possível obter uma visão de mundo que seja crítica da realidade. No primeiro momento, o homem se aproxima da realidade de forma ingênua. É uma tomada de consciência, mas ainda não é a conscientização. A conscientização é a apreensão da realidade como objeto cognoscível, na qual o homem assume uma posição epistemológica.

A conscientização existe na práxis, na ação-reflexão. Na ação dialógica com o mundo, o homem toma consciência de seu ser individual e social. Mas é no nível social, que a conscientização transforma o homem em um ser histórico.

A conscientização conduz sempre a uma utopia frente ao mundo. U-topos ou o não lugar, em outras palavras, o que está desterritorializado e atemporal, mas que pode ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar. A utopia exige um conhecimento crítico, portanto uma conscientização do problema com uma tomada de posição. A conscientização é tomar conhecimento da realidade por meio da razão. É procurar des-velar a realidade.

A vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. E a educação é o instrumento válido, a partir do qual ajudará este homem a ser sujeito. Porque a tarefa da educação é seduzir a pensar. No caso da educação bancária (sistemática ou assistemática) cumpre esse papel, de dificultar o educando de reconhecer que existem realidades que lhe são exteriores, isto é, a seleção de informações que lhe são incutidas em sua mente, soa como verdade. Acaba alienando-o, de forma que o torna incapaz de ter atitude de discernimento. Não deixa de ser um tipo de consciência historicamente condicionada pelas estruturas sociais.

A educação crítica é dialógica e exige uma fé intensa no homem, fé em seu poder de fazer e refazer e fé de ser mais humano e mais cosmopolita, pois a essência da consciência é ser com o mundo.

Em suma, a conscientização é mais que uma simples tomada de consciência. Ao contrário, ela tem que superar a falsa consciência, isto é, a ideologia e tomar uma filosofia (amor à sabedoria) como princípio norteador. Porém, Paulo Freire alerta, que não pode chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis.

4.3.1 A Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Humano ou Local

Dentro deste contexto, entra a questão da educação para o desenvolvimento humano e sustentável. Não só a educação escolarizada e sistemática (desde a pré-escola até o pós-doutorado), assim como a educação assistemática, que é dada em todas as instituições em que o homem convive. Dentro dessa educação informal surgem as Associações Culturais e/ou Instrucionais, com o nome-fantasia de Organizações Não Governamentais, do chamado tipo de ONG de Formação e, seus objetivos são despertar consciência para a cidadania, além de preparar para o trabalho. Nesse sentido a educação é apresentada como "fórmula" para solucionar as mazelas sociais e ambientais. Uma educação que garanta a sustentabilidade, de forma que possa se contrapor ao paradigma da dominação adotada pelas elites econômicas dos países capitalistas.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Lei 9394/96), em seu artigo 1º prevê que: "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."

Em 1974, a UNESCO aprovou uma resolução pontuada, que conduzia à educação para o desenvolvimento. A referida resolução apresenta as seguintes características: aprender a conhecer (fornecendo ao educando a oportunidade de aprender novos saberes); aprender a fazer (desenvolver novas maneiras de fazer algo); aprender a viver juntos com os outros (diz respeito ao seu processo de socialização e a vivência da interculturalidade); aprender a ser (visando a sua totalidade como ser, despertar para uma consciência holística). Tratar o planeta Terra como um país, não só do ponto-de-vista econômico, mas também, cultural ambiental e social. Tendo como pano de fundo a educação. De maneira que possibilitará uma ética, que favorecerá a participação pública no desenvolvimento sustentável micro e macro. Pois o desenvolvimento local redundará, em última instância, no desenvolvimento global, mesmo que seja de forma irrisória.

4.3.2 A Educação Ambiental como Instrumento para a Viabilização da Sustentabilidade

A partir das Conferências realizadas na ECO-92, chegou-se ao consenso de que o grande desafio ambiental do desenvolvimento econômico seria o de

encaminhar ações que dinamizem o acesso à consciência ambiental dos cidadãos a partir de um intenso trabalho de educação. E essas ações foram referendadas em outros importantes encontros internacionais relacionados à problemática ambiental. Durante a UNCED (Rio-92) foi aprovado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Os princípios deste documento enfatizam a "[...] íntima relação com a formação da cidadania e com uma reformulação dos valores éticos e morais individuais e coletivos, necessária para a continuidade da vida no planeta." (LEONARDI, 1996, p.249).

Deste modo, é possível dizer que a discussão ambiental traz à tona uma discussão sobre a ampliação do conceito de cidadania, que deve abarcar, além da posse dos direitos civis, políticos e sociais, o "direito ao meio ambiente." Compreende-se que a noção de direito sobre o meio ambiente é muito nova, quando comparada à relação dos bem a ser preservado,

[...] direitos conquistados pelos cidadãos ao longo da história da humanidade. É muito recente a idéia de que a natureza é um pois ela também se acaba, e que o homem tem direito (e dever) de preservá-la. (LEONARDI, 1996, p.249).

Neste sentido, se faz necessário pensar a educação ambiental como instrumento de formação e de exercício da cidadania, ou seja, como um veículo para a criação de uma "nova aliança" entre o homem e a natureza. O conceito de natureza não pode deixar de incluir os seres humanos que são essencialmente seres sociais e históricos, assim como o conceito de homem não pode deixar de incluir a natureza biofísica.

[...] É por isso que se fala atualmente, na necessidade de construir uma nova relação homem/natureza, ou até um novo contrato entre os dois, que na verdade pertencem a uma mesma entidade ontológica. [...] (LEONARDI, 1996, p.250).

A educação ambiental passa a ser vista como um instrumento necessário para se alcançar a sustentabilidade do desenvolvimento, tendo em vista que, sem uma conscientização da opinião pública em relação à problemática ambiental, não se terá um forte apoio global para as mudanças necessárias e, com isso, serão poucas as chances de um real abandono de práticas e atitudes contrárias ao desenvolvimento sustentável.

Percebe-se que a educação ambiental deve ser compreendida como um processo que pode viabilizar aos cidadãos uma compreensão crítica e global do meio ambiente, elucidando valores e atitudes que lhes propiciem a tomada de uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a preservação e adequada utilização dos recursos naturais. Portanto, a consciência de que os bens naturais se tornaram finitos devido ao uso que deles se tem feito precisa ser estimulada com ações educacionais.

4.4 O MODELO DE ECONOMIA DOMINANTE

Ao longo dos últimos trezentos anos, o mercado foi hegemônico, fato que desconfigurou o entendimento de natureza e da condição do homem, principalmente no que se refere à questão alocativa de recursos. E em virtude dessa hegemonia, muitas nações começaram a acreditar que a alocação de recursos segundo os critérios exclusivistas do mercado seria a forma adequada para buscar o desenvolvimento

É com base nesta questão que Guerreiro Ramos (1981a, p.142) desenvolve o conceito de delimitação organizacional, que seria, a seu ver, [...] uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva. [...]

4.4.1 O Modelo de Economia Paraeconômica

O modelo multidimensional proposto por Ramos (1989) expande a noção de recursos e de produção – reduzidas pelo mercado apenas a insumos e produtos de atividades de natureza econômica –, já que leva em consideração tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas, tanto as que geram produção econômica como as que geram produção de outra natureza. Aliás, o pressuposto básico desse paradigma é que, para alcançar a sua atualização pessoal, o indivíduo deve buscar se libertar da dependência total do mercado em sua qualidade de "economizador" e "detentor de emprego", a fim de que possa ter algum grau de auto-suficiência como um confrontador dos critérios do mercado.

A delimitação dos enclaves sociais na tessitura da sociedade, segundo o paradigma paraeconômico, dar-se-ia por intermédio da combinação de duas

dimensões: "a orientação individual *versus* comunitária" e a "prescrição *versus* ausência de normas". Além de visualizar espaços livres de prescrições impostas, o paradigma paraeconômico contempla tanto ambientes pequenos, exclusivos, quanto ambientes comunitários, de tamanhos regulares, nos quais é esperado que os indivíduos possam ter ação adequada às suas necessidades de atualização pessoal.

A paraeconomia é tida como um paradigma e modelo alternativo de gestão administrativa, pois se supõe que tal paradigma pode cooperar para avanços em termos analíticos de políticas públicas. Da mesma forma que pode consolidar estudos sobre a teoria da delimitação dos sistemas sociais, no qual é levado em consideração não só os aspectos do mercado, mas também, as diversas formas de necessidades humanas e ambientais.

Em termos esquemáticos, o paradigma paraeconômico se apresenta das seguintes formas: a primeira, como uma análise e planejamento de sistemas sociais, em que as economias são consideradas apenas como parte do tecido social. A segunda maneira seria como formadora de uma política substantiva, com objetivo de alocar recursos e facilitar os relacionamentos entre os vários enclaves sociais. De tal forma, que pudesse estimular uma vida mais qualitativa para os cidadãos, onde os valores humanos fossem colocados em destaque; frente a uma economia de mercado despersonalizada. [...] o paradigma paraeconômico advoga uma sociedade suficientemente diversificada para permitir que seus membros cuidem de tópicos substantivos de vida [...] (RAMOS, 1989, p.178). E, nesta problemática, a questão da alocação de recursos sociais para a promoção de Organizações sem fins lucrativos ou Organizações não governamentais ganha destaque em termos de decisões políticas que contemplem as condições de sua operacionalidade e alcance de seus fins.

Além do mais, a paraeconômica é baseada na idéia de "perduração", ou seja, sustenta um modelo de vida humana associada que garanta uma retenção de valor e um equilíbrio dinâmico relacional em termos da natureza humana, social e natural, em face da suposta fluidez ou mudança, atualmente imposta a esses mesmos termos pelo sistema de mercado, que tende a solapar seus elementos perdurantes.

Todas as categorias do paradigma receberam de Ramos o caráter de tipo-ideais. Assim, a "anomia" é concebida como uma situação estanque, onde ocorre o desaparecimento da vida pessoal e social. Indivíduos anômicos, na realidade, são desprovidos de normas e de raízes, não possuindo compromissos com normas

operacionais, o que quer dizer, são incapazes de compatibilizar as suas vidas com um projeto pessoal. A categoria "motim", por seu turno, refere-se a uma coletividade desprovida de normas, cujos membros possuem pouca, ou nenhuma, noção de ordem social. A "economia" é entendida como uma forma organizacional ordenada e que é estabelecida para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços; refere-se à organização típica da sociedade centrada no mercado, ou seja, a organização formal de caráter econômico. Representa a "fenonomia" um sistema social constituído por uma pequena agremiação, inclusive podendo ser individual, onde a opção pessoal é máxima e as prescrições operacionais formais mínimas; caracteriza-se pela auto-motivação, pela consciência social ligada à preocupação do indivíduo com a sua idiossincrasia e pela liberação de criatividade. A categoria designada de "isolado" acolhe aquele indivíduo que acredita que o mundo social é inteiramente incontrolável e sem remédio. A sua sobrevivência, portanto, requer um lugar no qual ele, de maneira consciente, viva segundo suas próprias crenças. A "isonomia", por sua vez, é um contexto onde, tipicamente, todos os indivíduos membros são iguais e as prescrições mínimas, estabelecidas por consenso. Além disso, na isonomia as pessoas estão sempre dispostas a terem relações interpessoais primárias.

Segundo Ramos (1989), os modelos que têm o mercado como centro, e que toma o mercado como referência para a análise das políticas públicas, em geral e, para a alocação de recursos na sociedade, baseiam-se em uma "concepção muito estreita de recursos e de produção", haja vista que é o sistema de mercado quem define tanto o que se deva entender por um como pelo outro, associando-os, exclusivamente, às atividades de caráter econômico. Para o autor, o processo de produção organizado sob as orientações do mercado leva em consideração os seguintes critérios: a avaliação do desenvolvimento de uma nação são, essencialmente, os mesmos que dizem respeito às atividades que constituem a dinâmica do mercado a natureza humana se define como o conjunto de qualificações e de disposições que caracterizam o indivíduo como um detentor de emprego e como um comprador insaciável; e a eficácia da organização e das instituições em geral é mensurada do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para a maximização das atividades do mercado.

Contrariamente a esses modelos, o paradigma paraeconômico toma em consideração que a expansão desenfreada das organizações formais de caráter

econômico, somada à exaustão das reservas de fontes de energia, tanto renováveis quanto não-renováveis, tem conseqüências devastadoras sobre a viabilidade do social e da natureza, haja vista que a forma operacional do mercado se pauta em padrões de produção e consumo que tendem, entre outras coisas, a desencadear, aceleradamente, "o colapso termodinâmico do planeta", ocasionando o esgotamento dos recursos naturais. De acordo com Ramos (1989) tal paradigma advoga que, o mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem o conjunto da tessitura social. Em outras palavras, o mercado tem critérios próprios, que não são os mesmos dos outros enclaves, nem da sociedade como um todo; a natureza do homem atualiza-se através de várias atividades, entres as quais estão aquelas requeridas pela sua condição incidental de detentor de emprego. A atualização humana é inversamente proporcional ao consumo individual de produtos e artigos do mercado e, mais particularmente, ao tempo exigido por esse tipo de consumo; e o desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo.

Característica desse modelo é a presença tanto de transferências bidirecionais, quanto unidirecionais. A presença das transferências unidirecionais se deve, principalmente, ao fato de que a qualidade e o desenvolvimento de uma sociedade não derivam apenas das atividades produtivas do mercado. Como informa o autor, [...] qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca [...]. (RAMOS, 1989, p.179).

Portanto, o consultor paraeconômico deve se colocar a serviço de economias voltadas para atender as necessidades genuínas, do indivíduo e do público, ou seja, economias não voltadas para o mercado. Seria um profissional preparado e consciente do seu papel de implementador de mudanças sociais, que atue nos negócios com uma outra visão de mundo, que não seja meramente mecanicista, mas um facilitador de uma aprendizagem social.

As duas formas de implementação e alocação dominantes na sociedade, são: as economias de troca ou *two-day* e as transferências em sentido único ou *one-way*; o que Kenneth Boulding e outros chamam de economia de subvenções (*grants*). Mas que no final são avaliadas através da contabilidade convencional de preço/lucro.

A qualidade e desenvolvimento de uma sociedade resultam de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca. Porém em última instância, o mercado é que determina o que deve ser considerado como recursos e como produção. Nesse sentido, as tarefas domésticas não são consideradas formalmente com fator contributivo da riqueza nacional. Da mesma forma que as atividades artísticas e o trato com a primeira infância, não são vistos com recursos, sobretudo quando os cidadãos que desempenham essas funções, não recebem salário por elas.

Nos países periféricos, uma grande parte de suas populações vivem do próprio sustento que produzem. Mas o resultado desse trabalho é ignorado pelo sistema oficial de estatística, que considera produção como equivalente à venda e o consumo seja equiparado à compra. Portanto, esses tipos de atividades não beneficiados pelos modelos alocativos predominantes.

[...] o paradigma paraeconômico envolve uma concepção de produção e consumo que leva em conta, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. O indivíduo produtivo não é necessariamente, um detentor de emprego. (RAMOS, 1989, p.180).

Ademais, o mercado não considera o que as pessoas necessitam, mas o que elas são levadas a comprar, e no final, ele produz somente aquilo que pode vender. Levando em consideração, que numa sociedade multicêntrica, uma variedade de ambientes produtivos não dispõem de dinheiro e acabam ficando alijado das políticas alocativas do governo, pois não consegue romper o círculo vicioso do sistema de mercado.

Mas não se pode desprezar, a questão dos chamados "recursos finitos" (os de caráter não-renovável e que podem acabar ao longo prazo) que trariam limites ao crescimento. Por outro lado, há abundância de recursos, que estão ociosos. Então nesse sentido, para a paraeconomia, os recursos são infinitos e não há limites para o crescimento.

Os que adotam como ponto de vista da racionalidade instrumental inerente ao cálculo econômico clássico, acreditam que as [...] abordagens e métodos quantitativos são realmente os melhores, senão os únicos, instrumentos para aperfeiçoar o estudo da formulação política. (RAMOS, 1989, p.182).

O paradigma paraeconômico considera que os métodos qualitativos são de grandes utilidades para estudo de políticas ecologicamente sadias e/ou satisfatórias

de maximização de lucro. Mas isto está mais ligado ao campo da ciência política. Ao mesmo tempo, há políticas normativas e substantivas de alocação do sistema social, mesmo quando esses modelos assumem conotação ideológica.

Em relação ao processo de formulação de política, o paradigma paraeconômico surge como modelo contrário aos demais, que são centrados no mercado. Pois para ele, o mercado é um enclave, porém distintos dos demais enclaves sociais, tendo em vista que possui critérios próprios. Ademais, se levarmos em consideração:

[...] a natureza do homem atualiza se através de várias atividades, entre as quais estão aquelas requeridas pela sua condição incidental de detentor de emprego. A atualização humana é inversamente proporcional ao consumo individual de produtos e artigos do mercado e, mais particularmente, ao tempo exigido por esse tipo de consumo. (RAMOS, 1989, p.189).

Nesse sentido, chama-nos atenção é a formação educacional dos indivíduos. Que é muito mais voltada para serem detentores de emprego, do que serem pessoas que fazem parte de um conjunto maior, que poderíamos chamá-lo de ecossocial (interação do ser humano com a natureza), onde a questão ética é colocada como liame nessa relação homem-natureza.

4.4.2 A Economia Dual

O fenômeno da economia dual aparece nos países em que, parte de sua população está fora do sistema de mercado. E isto é uma característica dos países periféricos. Mas até os países apresentam quadro de excluídos sociais. Onde há uma exagerada concentração de população, nas grandes cidades; altas taxas de anomias. Dessa forma a um peso muito grande na seguridade social. Mas tem que se levar em conta, que má distribuição da renda, é o gerador desse tipo de economia.

Essa dualidade econômica é o traço marcante de todas as nações contemporâneas. Tanto que nos Estados Unidos, há dois tipos de sistemas de produção, a saber o sistema de orientação para o lucro e os sistemas de orientação mutuarial. Que é chamada economia de subvenções. Como é o caso das subvenções advindas de fundações particulares e públicas e outros tipos de doadores, isto é, perpassada por ONGs. "Contudo, as subvenções são, em grande

parte, mal administradas pelos que as concedem, sejam de natureza pública ou particular, prisioneiros da mentalidade de mercado." (RAMOS, 1989, p.187).

Do ponto de vista paraeconômico a economia dual pode até ser uma vantagem. Porque nos países centrais os sistemas de orientação mutuária (os membros produzem para si mesmos uma grande parte dos bens e serviços que consomem) e o setor de troca (orientados para o lucro, cujos membros são detentores de empregos) não são reciprocamente excludentes.

O bem-estar dos cidadãos é uma categoria cultural que se diferencia de um país para outro, portanto não pode ser medido por critérios comuns a todas as nações. Em relação ao bem-estar dos indivíduos que vivem num sistema dual, só pode melhorar diante uma alocação de recursos compatíveis com as suas necessidades sócio-culturais. Além disso, é necessário ressaltar que a economia convencional é o componente ideológico da revolução industrial clássica.

4.4.3 Alocação dos Recursos Ecológicos

A economia convencional gerou uma deterioração no meio-ambiente, levando até a exaustão das reservas de fontes de energia, tanto renováveis, quanto não-renováveis, tendo em vista que este último dote planetário é limitado.

A produção de bens e serviços deveria ser norteada pelo máximo uso de recursos renováveis e o mínimo uso razoável dos não-renováveis.

O mundo contemporâneo está diante de uma escassez ecológica, com previsões de um colapso termodinâmico do planeta. E o paradigma paraeconômico é apresentado como alternativa para os modelos alocativos clássicos. E servem também como arcabouço para uma revolução organizacional de alcance mundial.

4.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA OU ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O modelo de desenvolvimento econômico assentado na idéia do progresso linear e infinito e, na desenfreada destruição dos recursos humanos e naturais foi superado por uma compreensão do mundo e nas relações econômicas num horizonte mais holístico. Portanto, menos reduzidos, seja na visão que se tem da economia, seja no seu antropocentrismo. São, assim, os embriões de uma outra

economia, que nesse caso, trata-se da Economia Solidária. E de uma outra maneira de organização social e do trabalho.

Nas últimas décadas vem ganhando força uma linha de pensamento, que engloba desde economistas até ecologistas, que seriam partidários do pós-desenvolvimento. Também adjetivado de sustentável, humano, local etc.. Que busca construir alternativas ao crescimento econômico.

Vivemos num planeta que ainda possui recursos suficientes para atender plenamente a todos que aqui vivem. Nesse sentido, a fome e a miséria resultam da cobiça de poucos. Então trata-se de um problema de solidariedade, de aprender a viver em comum, a compartilhar recursos, para que esses males sociais não ocorram. Mas é a continuidade dum estilo de desenvolvimento aristocrático, restrito às elites globalizadas, é que está colocando em risco a sobrevivência da espécie humana.

Os embriões duma economia estão brotando, norteados pela agroecologia, pelo *slow city*, as eco-vilas, a economia solidária etc. Todas comungam de uma filosofia profundamente humanista, solidarista e ecológica. Politicamente descentralizado, valoriza a cultura e os recursos locais, através do combate ao desperdício e promovendo a reciclagem, tudo isso pensando nas futuras gerações. Onde colocam a prática nas lutas cotidianas e nas redes de produção e comercialização alternativas.

A Economia Solidária é originada do atual estágio do capitalismo, potencializada pelas grandes transformações tecnológicas, culturais e organizacionais, em que vivemos, e das quais surgem novos paradigmas.

Alguns críticos da economia solidária afirmam que ela contribui para a precarização do trabalho e, que a verdadeira luta das pessoas que estão inseridas, nesse contexto, é por emprego. E que a economia solidária é complementar da economia de mercado, isto é, é uma economia informal. Esse tipo de economia fundamenta-se, sobretudo num tempo-espaço doméstico das relações familiares. E, ademais, está apoiado no trabalho feminino.

[...] importância do espaço-tempo da produção reside em que nele se gera a divisão de classes que juntamente com a divisão sexual e a divisão étnica constitui um dos grandes factores de desigualdade social e de conflito social. É também nele que se constituem as relações sociais básicas que geram, legitimam e tornam inevitável a degradação do meio ambiente.[...] (SANTOS, 2006, p.306).

A precarização e a informalização do trabalho autônomo e domiciliar, dificulta a mobilização sindical, marginaliza a experiência do trabalho, tanto do trabalhador empregado quanto do trabalhador não empregado. E como consequência, dificulta a

construção das subjetividades, haja vista que o operariado deixou de ser uma força privilegiada de transformação social. Em vez da internacionalização do operariado, ocorreu foi a internacionalização do capital.

Nesse tipo de economia utilizam-se as chamadas moedas sociais. Trata-se de moedas complementares às moedas oficiais, produzidas e administradas por seus próprios usuários para distribuir a riqueza, em vez de concentrá-la, como faz a moeda oficial, graças ao sistema bancário.

Essas moedas sociais são uma forma de empoderamento das pessoas. Daí ser importante a função formadora dos promotores dos clubes de troca. Onde deve se estimulado o cooperativismo crítico, as diversas formas de autogestão em pequenas unidades familiares, com comércio justo e crítico e, com consumo ético e responsável. Onde o diálogo com o poder público possa ocorrer, com objetivo de assumir a responsabilidade da sustentabilidade econômica, política, social e ambiental.

A moeda social serve como ótimo instrumento pedagógico e formativo para pensarmos a desconstrução do dinheiro no sistema capitalista. Mesmo que tenha como contraponto, o fato de que as feiras e as moedas não se sustentam por si só. Tendo em vista que as trocas solidárias ficam como complementação de renda.

O Governo Federal criou um projeto intitulado de Brasil Local, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento local sustentável. Tendo como promotor o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e com parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi iniciado em 2006. Sendo que principal parceira é a Universidade de Brasília (UnB).

O objetivo é fomentar a organização de empreendimentos coletivos na promoção da economia solidária. Os grupos produtivos têm que ser autogestionários, onde atuam em comunidades rurais e urbanas, principalmente nestas últimas. Atuando em diversos setores de atividades, tais como agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário. O projeto prioriza empreendimentos constituídos por mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários do Programa Bolsa Família.

Dentro do fenômeno da proliferação de ONGs, o Movimento de Economia Solidária, que possui um caráter nacional, está criando uma associação com objetivo de congregar todas as unidades do movimento. E, também, de melhor articular-se com outras ONGs.

Nesse sentido é o Estado que dá sustentação ao econômico, tendo em vista que faz a transferência de recurso do Poder Público para esses organismos. Onde os bens e serviços produzidos são transacionados nas redes de solidariedades, cujas as

relações sociais de consumo são mediadas pelo mercado. E o consumo é reduzido ao desejo do consumo.

[...] a globalização da ideologia consumista oculta o facto de que o único consumo que essa ideologia torna possível é o consumo de si própria. Por outro lado, esta ideologia é verdadeiramente uma constelação de ideologias onde se incluem a perda da auto-estima pela subjectividade não alienada pelas mercadorias [...] (SANTOS, 2006, p.313).

E há ainda, um outro conflito o do consumismo-individualista contra as necessidades humanas-consumo solidarista, gerando com isso crises de identidades, nas próprias ONGs.

4.6 A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO

A modernidade ocidental fez promessas para um conjunto de sociedades que nunca foram cumpridas. O capitalismo industrial, que Marx conheceu no século XIX, criou a organização da classe operária; a criação dos partidos políticos modernos, fundados na oposição dos interesses de classe; na lógica da atividade industrial; no lucro das empresas, ligado à produção de bens, e esta, nos primeiros tempos, dependia do trabalho assalariado. Mas o Capitalismo financeiro é fundado na "usura" ou em operações de especulação.

Na sociedade moldada pelo modo capitalista de produção, vigora a lei da troca de equivalente por equivalente, salvo no que concerne à força de trabalho, cujo consumo produz um excedente que faz o 'bolo' do capital crescer. (ARANTES, 2006).

Entretanto, com a crise do *Estado-Providência*, onde o regime *fordista* de acumulação se caracterizava por uma concepção e execução *taylorista* da produção (total separação entre concepção e execução no processo de trabalho), acoplada à integração maciça dos trabalhadores na sociedade de consumo. A crise do regime *fordista* e das instituições sociais e políticas, em que se traduziu, em primeira linha, numa dupla crise de natureza econômica-política, e na crise de rentabilidade do capital. E esta refletiu na questão da produtividade-salário e na relação salário direto e benefícios sociais dos trabalhadores, isto é, houve perdas de direitos adquiridos por parte dos trabalhadores.

Além do mais, houve a internacionalização dos mercados e a *transnacionalização* da produção, que anteriormente, estava centrada num Estado nacional. E

com a crise do regime *fordista* que acarretou a crise do Estado Nacional perante a globalização da economia, tudo isso refletiu nas empresas multinacionais, no Fundo Monetário e no Banco Mundial. Além do mais, a globalização do sistema mundial deu origem a processos de fragmentação e de localização.

Dessa forma, a resposta que o capital deu a este problema foi causar o isolamento político das classes trabalhadoras, enquanto classes produtivas. Mas como no interior de cada tipo societal há um conflito central, mesmo que latente, fazem surgir novos movimentos sociais. Segundo Touraine (1999, p.117), [...] os movimentos sociais atuais não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita nem de nenhum partido político [...]. Eles se apresentam com um discurso moral que fala de liberdade, de projeto de vida, de respeito pelos direitos fundamentais ligados à vida, de tal forma, que não podem ser reduzidos a ganhos materiais ou políticos.

A novidade dos NMSs, não reside na recusa da política, mas ao contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e Sociedade civil. Se na aparência alguns NMSs se afirmaram contra a cidadania, foi em nome de uma cidadania de nível superior capaz de compatibilizar o desenvolvimento pessoal com o coletivo e fazer da **sociedade civil**, uma sociedade política onde o Estado seja um ator privilegiado, mas não único. No caso da América Latina, nas duas últimas décadas, a reação foi o surgimento dos Novos Movimentos Sociais, os NMSs.

Os Movimentos Sociais e ONGs são os NMSs brasileiros. Quando se refere a eles, automaticamente, se remete à questão da cidadania, como um valor central da agenda política. Para Touraine (1999, p. 122), as ONGs [...] são movimentos de opinião e até movimentos sociais, mas são também elementos do sistema político – ao qual às vezes são censuradas de pertencer diretamente [...] a coalizões que administram a política nacional.

Os movimentos sociais são antes de tudo, movimentos culturais. Portanto as ações coletivas empreendidas pelos mesmos, tendem a gerar sujeitos, isto é, novos atores.

Contudo, se a luta pela cidadania conferiu legitimidade à reivindicação dos direitos sociais, ampliou-se também a participação das classes populares na esfera pública. Porém o aparelho do Estado não sofreu transformações, de modo a garantir uma plena democratização. Mesmo tendo atendido algumas demandas populares,

mas o Estado manteve-se privatista, ou seja, não alterando expressivamente a correlação de forças entre os interesses econômicos das classes dominantes, e as expectativas das classes populares. Vide o assistencialismo estatal como bolsa-família, fome zero etc.

Ademais, a promessa de um Estado-Providência, regulador das relações sociais, apontava para a inclusão das classes populares no acesso ao mercado de trabalho, e serviços. A contradição entre as demandas populares e os limites impostos pela conjuntura econômica e política, se apresentava dentro de um quadro ideológico que atribuía ao Estado, uma função pública universal, na qual, as demandas populares, mesmo quando não atendidas, eram reconhecidas como um dever do Estado.

As transformações impostas por uma economia globalizada, desestruturaram a ideologia que legitimava o Estado nacional como promotor do Bem Estar social, e por conseguinte, fizeram refletir a ação do Movimento Social, enquanto um canal de expressão das demandas populares frente ao Estado.

Todavia, o Movimento Social se depara com um Estado que já não precisa responder as demandas para legitimar-se. Além do mais, ao abrir mão de sua soberania, o Estado acaba fazendo refluir o Movimento Social, este por sua vez, não encontra mais um "interlocutor" capaz de responder às suas reivindicações sociais. O Estado se torna frágil, o Movimento Social também se fragiliza, pois perde a força de mobilização mediante a um Estado que se declara impotente à crise que aparece nos hospitais, escolas, nos crescentes níveis de desemprego, violência. Por isso, alguns movimentos populares se respaldaram na Igreja, com o intuito de se fortalecerem, e continuarem a exercer as suas funções. Porque a autonomia dos movimentos sociais cria a sua fraqueza política e a sua organização é frágil.

Daí as lutas, dentro dos universos religiosos, e mais concretamente das igrejas, entre os que, por uma atitude mística ou escatológica, apelam para a fé, para a caridade. E os que querem difundir ou impor costumes e ritos que manifestam o domínio do sagrado sobre a vida social e individual. Esta oposição muito visível no mundo católico, entre os que apelam para figura de Cristo e aqueles cuja piedade volta-se sobretudo para a Virgem e os santos, agentes de moralização religiosa. (TOURAINÉ, 1999, p.130).

5 TEOLOGIA E POLÍTICA

O revivalismo religioso dos tempos atuais, deixa de lado a composição social e a orientação política dos seus praticantes. Contudo esse novo surto de religiosidade exprime um ressentimento diante das promessas modernizadoras e progressistas não cumpridas e, acrescidas dos fracassos do nacionalismo e do socialismo, todos são tidos como atratores de equilíbrio instável, isto é, são elementos caóticos na ecologia política mundial.

Mas, no entanto, a política nunca se dissociou da religião, em qualquer agrupamento humano, desde os primórdios da humanidade. Por esse motivo Weber (1993, p.108) coloca que

[...] O homem político pode dedicar-se ao serviço de fins nacionais ou humanitários, sociais, éticos ou culturais, profanos ou religiosos. [...] pode pretender servir uma "idéia" ou, por princípio, recusar valor a quaisquer idéias, para apenas cultuar fins materiais da vida cotidiana. Seja qual for o caso, uma crença qualquer é sempre necessária, pois, caso contrário – e ninguém pode negá-lo – a inanidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político aparentemente mais sólido.[...]

Não obstante, no caso do catolicismo,

[...] A política cristã sempre esteve diante da dupla tarefa de, por um lado, assegurar-se através da influência sobre a política secular, de que o local de reunião não político dos fiéis esteja protegido de fora, e, por outro lado, impedir que um local de reunião se torne um espaço de aparição, e com isso que a Igreja se torne um poder secular-mundano [...] (ARENDETT, 2006, p.71).

A Igreja precisa da política, tanto da política mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesiástico, para manter-se como Igreja visível, isto é, precisa da existência espacial palpável das instituições religiosas.

Em relação à teologia sistemática do cristianismo, esta sofreu influência do helenismo e de umas poucas seitas hindus. Gerando um ethos para o capitalismo. No caso da Igreja católica, que teve sua origem secular baseada em movimentos sociais, evidentemente, possui um forte apelo político-filosófico que reflete nas suas teologias.

No capitalismo, o homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. O ganho de dinheiro foi o alfa e o omega da

verdadeira ética das concepções "protestantes" do individualismo. E que, se opõem ao "personalismo católico", que traz a nostalgia da aldeia medieval e do "solidarismo". O pensamento católico, nas longas eras católicas, foi talhado para ocupar-se de um mundo estático. Ele foi particularmente seduzido pela ética distributiva, ignorando questões de produção.

No último século, no Brasil, a Igreja e os partidos políticos têm diferenças substanciais no contato com os movimentos sociais, não somente por suas práticas e concepções, mas também pelo próprio papel que desempenham no conjunto da sociedade. Embora no caso da Igreja, a dimensão política é menos explícita e subordinada as perspectivas de natureza ética.

Tanto que, a Teologia da Libertação foi o movimento teológico católico que surgiu nos anos sessenta, como uma *teologia para a revolução*. Onde o *reino de Deus* passou a ser considerado como *a revolução de todas as revoluções* ou como *a salvação da revolução*. Tem um paralelo com o movimento protestante da *teologia da esperança*, do qual deriva o processo da *teologia da revolução*. A Teologia da Libertação opõe-se à teologia do desenvolvimento e acabou superando a *teologia da impugnação*. Mas no entanto, ela transformou-se numa *teologia da violência*, em oposição aos que defendiam uma ética da não violência.

D. Helder da Câmara teorizou, neste contexto, a cadeia ou *espiral da violência*, segundo a qual a uma *violência número um*, a institucionalizada pelo poder opressor, se opõe, a *violência número dois*, a dos oprimidos, seguindo-se a *violência número três*, a das autoridades quando tratam de restabelecer a ordem. Baseando-se nas teses escolásticas da legítima defesa e do tiranicídio, estes teólogos consideram que *a expressão optar pela violência é ambígua: não se pode optar por uma coisa na qual já se está metido*. E que *o problema da ação violenta e da não violência é um falso problema. A única questão é a da violência justificada e injustificada*.[...] (Birou, 1974, p.64).

Sob o nome de teologia da libertação existem uma série de realidades contraditórias. Existe por exemplo, uma teologia da revolução e da violência, que é muito mais uma teologia para a revolução, dado que nela se configura o reino de Deus como a revolução de todas as revoluções. E a maneira como Leonardo Boff e Camilo Torres concebiam, a partir da idéia de que os atos revolucionários podem ser menos violentos do que os próprios estados de violência. O teólogo alemão Johann Baptist Metz concebe a Teologia da Libertação como uma teologia política católica.

Em 1972, o modelo sul-americano de teologia da libertação, enquanto teologia da revolução organizou uma série de ideologismo marxistas, tais como: as

idéias de alienação, luta de classes e historicidade. Mas, nos anos oitenta começou um recuo tático do movimento.

Neste período o Vaticano encarrega o Cardeal Ratzinger que, estava como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, para fazer uma avaliação sobre a Teologia da Libertação. E o resultado dessa avaliação foi publicado na Revista italiana "30 Giorni", em março de 1984. E, posteriormente, foi traduzido e publicado pelo Jornal do Brasil, em 22 de abril de 1984. Para o atual Papa, a Teologia da Libertação é um fenômeno extraordinariamente complexo, vai desde a concepção eclesiástica do CELAM, de Medellín e Puebla até a posições mais radicais marxista. Para Ratzinger (JB, 1984) um erro não pode existir se não contiver um núcleo de verdade. Ao lado da demonstração do erro e do perigo da teologia da libertação, que verdade se esconde no erro e como recuperá-la plenamente?

A teologia da libertação é um fenômeno universal sob três pontos de vista: a) ela concebe-se antes como nova hermenêutica da fé cristã, uma nova forma de compreensão e de realização do cristianismo na sua totalidade, mudando todas as formas da vida eclesial – a constituição eclesiástica, a liturgia, a catequese, as opções morais; b) Apesar da teologia da libertação ter o seu centro de gravidade na América Latina, mas ela sofreu influência de teólogos europeus, norte-americanos. Ela existe também na Índia, no Sri Lanka, na Filipinas, em Taiwan, na África (esta está mais em busca de uma "teologia africana"); c) a teologia da libertação supera os limites confessionais, ela parte de premissas que deve haver uma nova universalidade pela qual as separações clássicas da Igreja devem perder a sua importância.

Para Ratzinger a teologia da libertação pretende dar nova interpretação global do cristianismo; explica o cristianismo como uma práxis de libertação e pretende ser, ela mesma, guia para a ação política (JB, 22/4/1984). Para teólogo que tenha aprendido a sua teologia na tradição clássica e que tenha aceitado a sua vocação espiritual, é difícil imaginar que seriamente se possa esvaziar a realidade global do cristianismo num esquema de práxis sócio-político de libertação. Os teólogos da libertação continuam usando a mesma dogmática da Igreja, a partir de um outro *background*, com acréscimo de algumas afirmações um tanto estranha.

Após o Concílio Vaticano II produziu-se uma nova situação teológica, a partir da Escritura e dos sinais dos tempos. Com isso, tornou-se as ciências sociais, como a Sociologia, a Psicologia e a interpretação marxista da História, como instâncias incontestáveis do pensamento cristão. A filosofia existencialista

ainda estava em voga, mas não estava em condições de dar nenhuma resposta, para o mundo pós-guerra.

O marxismo, com as acentuações religiosas de Bloch e os modelos filosóficos de Adorno, Horkheimer, Habermas e Marcuse foram vistos como saída para o desafio da miséria no mundo e, ao mesmo tempo, de poder atualizar o sentido correto da mensagem bíblica, justo no momento que o desafio moral da pobreza e da opressão não se podia mais ignorar, no momento em que a Europa e a América do Norte atingiam opulência até então desconhecida (RATZINGER, JB, 22/4/1984).

Em relação a exegese hermenêutica de Bultman, entre o Jesus histórico e o Cristo da Fé há um Graben (fosso). Nesse caso, o Cristo da tradição eclesial e o Jesus histórico apresentado pela ciência pertencem evidentemente a dois mundos diferentes. Com isso, o núcleo da fé, a cristologia permaneceu aberto a novas interpretações porque aquelas que até então eram os seus enunciados originais tinham desaparecido, enquanto historicamente insustentáveis. Mas toda interpretação histórica inclui certas decisões preliminares.

Mas o clima filosófico dos anos sessenta com caráter "científico" conduzia a uma escolha entre o capitalismo e o marxismo. Onde o conceito bíblico do pobre oferece o ponto de partida para a confusão entre a imagem bíblica da história e a dialética marxista. E o marxismo passa a ser visto como a hermenêutica legítima para a compreensão da Bíblia. Gutierrez afirma 'a luta de classes é um dado de fato e a neutralidade acerca desse ponto é absolutamente impossível'. (RATZINGER, JB 22/04/1984). O cardeal continua a sua avaliação ressaltando que de fato, o desafio moral da pobreza e da opressão não se podia mais ignorar, no momento em que a Europa e a América do Norte atingiam opulência até então desconhecida.

O conceito de povo com o qual está ligado a idéia de "povo de Deus" passa a ser visto como aquele que participa da "luta de classes", fazendo com que a "Igreja popular" aconteça em oposição à Igreja hierárquica.

Por último, o conceito de "história" torna-se instância hermenêutica decisiva. E "Amor" consiste na "opção pelos pobres", isto é, coincide com a opção pela luta de classes. Mas a interpretação dos pobres no sentido da dialética marxista da história e a interpretação da escolha partidária no sentido da luta de classe é um salto eis allo genos (grego: para outros gêneros), no qual o contrário se apresenta como idêntico. (RATZINGER, 1984).

Algumas medidas do Vaticano contra algumas posições da Teologia da

Libertação, já atingiram teólogos da libertação latino-americanos, como: Leonardo Boff, em 1985 e, mais recentemente, em 2006, Jon Sobrino foi outro. Vale também registrar a Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação, de 1984, que assinalava como um de seus objetivos chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e riscos, perigosos para a fé e para a vida cristã, presentes em certas formas da Teologia da Libertação. Na ocasião, o cardeal Ratzinger, em conferência realizada em Guadalajara, considerava que a Teologia da Libertação constituía a provocação mais premente contra a fé da Igreja. Todavia, para o teólogo alemão Johann Baptist Metz reconhece a importância providencial das igrejas latino-americanas para toda a igreja universal: e, em particular, a provocação que trazem consigo, de luta em favor da libertação e da afirmação da justiça. Neste sentido, a Teologia da Libertação vem exercendo ao longo dos anos esta tarefa de aquecer estas lutas.

Em recente entrevista à Revista IHU On line, Teixeira (2008) fala sobre a reflexão cristológica de Jon Sobrino, que é também partilhada por outros teólogos da libertação. É de que, Jesus nunca foi cristocêntrico, mas teocêntrico. O que incomoda Sobrino é a constatação de que séculos de fé em Cristo não foram capazes de enfrentar a miséria da realidade nem sequer de suspeitar que, neste continente, há algo de escandaloso na coexistência entre miséria injusta e fé cristã. Na visão de Jon Sobrino a igreja dos pobres constitui o lugar eclesial da cristologia por ser uma realidade configurada pelos pobres. Para entender esta afirmação, torna-se necessário captar a essencial relação que existe entre o reino de Deus e os pobres, um tema tratado pelo teólogo Inácio Neutzling. Para Teixeira (2008), outro autor que influenciou profundamente a Teologia da Libertação foi Jacques Dupont, que colocava ao se proclamar que os pobres são bem-aventurados é simplesmente uma outra maneira de dizer que o reino de Deus está próximo.

Segmentos do magistério romano temem o reinocentrismo defendido pela Teologia da Libertação, onde a concentração nos valores evangélicos como justiça e paz, com ênfase secularizadora nas lutas de libertação, e com a relativização do lugar da igreja, venha provocar uma ruptura na estrutura eclesial.

O pluralismo religioso tem sido um dos campos de grande interesse da Teologia da Libertação no momento atual. É o tema que Leonardo Boff tem demonstrado grande interesse, tanto que, no prefácio de um dos volumes da coleção da ASETT (Associação Ecumênica de Teólogos e Teólogas do Terceiro

Mundo) ele argumenta que

[...] assim como existe a imensa biodiversidade da natureza como fato e como incomensurável valor que merece ser preservado, de forma semelhante existe a diversidade das religiões, que são fatos e valores a serem apreciados, pois são manifestações do humano e da experiência religiosa da humanidade [...]. (*apud* TEIXEIRA, 2008).

Em relação ao Clodovis Boff este, em recente artigo na Revista Eclesiástica Brasileira *apud* Teixeira (2008), cita que a opção pelos pobres já parece ganha ou aceita por todos, tendo sido "interiorizada pela Igreja". Mas que é preciso ampliar a discussão sobre a "identidade da igreja", inclusive na linha de um maior aprofundamento da espiritualidade. Para ele, a situação do continente latino-americano está distinta em relação às décadas anteriores, pois novos complicadores entraram em cena, como o crescimento da violência, a banalização da morte, a "corrosão do caráter", a "desfuturização" e o acirramento das incertezas. Em suma, uma visão de mundo baseada no niilismo.

5.1 TEOLOGIA DO CAPITALISMO DEMOCRÁTICO

A Teologia do capitalismo democrático foi posta como um contraponto crítico à Teologia da Libertação. Pensada pelo teólogo polonês, Novak e aplicada no mundo globalizado, a partir dos anos oitenta. E que volta com muita ênfase, nos tempos atuais diante das crises mundializadas, tanto financeira quanto ambiental.

Para o capitalismo democrático não é o Reino de Deus nem está isento de pecados. Tanto que a palavra capitalismo evoca ódio no mundo inteiro, pois ela está associada a egoísmo, exploração, desigualdades, imperialismo, guerra, padrão moral substancialmente baixo entre executivos, operários, jornalistas, cidadãos comuns e, além disso, o verdadeiro espírito do capitalismo democrático não está no lucro.

Na opinião de Novak (1982) foi com a descoberta do "novo mundo" e com o mercantilismo, onde a economia era controlada pelo Estado, que os homens foram convocados a serem criadores juntamente com Deus, isto é, a Reforma transmitiu a energia de certas virtudes humanas para os apelos do mundo. O progresso e crescimento econômico, não somente pessoal, mas para todo o mundo e, eles passaram a ser vistos como a vontade de Deus.

Na visão de Weber (2001), o catolicismo foi considerado o bastião de

resistência ao progresso associado ao capitalismo. E nesse caso, o capitalismo identifica-se com a busca do lucro, para sempre lucro renovado e, por meio de uma empresa capitalista contínua. Para isso são necessárias as seguintes condições:

1. *trabalho livre*: o que Karl Marx considera desumano, tratar o trabalho como mercadoria, Weber vê como condição de liberdade do homem. Pois tempo, energia, força e atenção de uma pessoa, são os elementos para formarem o seu capital; mas o que podemos observar, que a era do capitalismo, também foi a era das grandes migrações;
2. *razão*: o capitalismo é sobretudo um sistema mental. Na opinião de Novak, ele promove invenções e idéias novas, além do mais, o sistema econômico racionalizado tornar-se um fim, organizando seres humanos para seus propósitos. Portanto, o capitalismo democrático é um sistema tripartite: econômico, moral e político;
3. *o novo capitalismo é um empreendimento* contínuo, planejado e organizado, avaliado para lucros e perdas;
4. *a separação entre a oficina e o lar* – já que as trocas, no mercado, são impessoais, a religião, a raça e a nacionalidade se tornam menos relevantes, pois a produção é feita para as massas, bem como para os privilegiados;
5. *cálculo, organização, investimento e troca* não poderiam realizar-se por longos períodos sem redes estáveis de leis. O comércio requer estabilidade e a resolução pacífica de conflitos;
6. *o novo capitalismo estimulou o espírito urbano* (tanto nas grandes e pequenas cidade). Esse tipo de capitalismo depende da cultura das cidades, que gera uma chamada cultura moderna, fazendo com que, as áreas mais agrárias ficassem mais ligadas às velhas tradições.

No entanto, Weber (2001, p.78) destacava que o ethos capitalista moderno estava assentado no calvinismo, mas nunca conseguiu entender, porque em Genebra o capitalismo não se enquadrava nesse modelo teórico, mesmo sendo a terra de Calvino. Assim como também, cidades católicas, como, Lisboa, Milão, Liege, foram centros do capitalismo europeu, mesmo não sendo reformadas. Talvez porque fossem cidades que estivessem fora do controle de bispos e de príncipes, e que possuíam um caráter mais republicano.

Contudo, na Idade Medieval, a religião católica romana mostrou que era perfeitamente compatível com a expansão capitalista. Mas foi um fracasso da inteligência católica nas colônias portuguesas e espanholas. Talvez a causa tenha sido a utilização da mão-de-obra escrava. No entanto, a revolta contra a religião, por parte de liberais e republicanos, foi mais pronunciada em terras latinas. Por outro lado, no capitalismo democrático, a propriedade privada não é considerada, de forma alguma, um direito absoluto. E ademais, o sistema liberal está atrelado ao sistema político e, também, ao sistema moral-cultural. E dentro do sistema econômico há muitos interesses contrários, com forças opostas e complexas.

Segundo Novak (1982), o capitalismo não é só um sistema econômico, mas também é político. Porém, ele reconhece que a aplicação de racionalidade científica à industrialização não está confinada somente ao capitalismo democrático, mas também ao socialismo. Nesse sentido, o espírito do capitalismo democrático é o espírito do desenvolvimento, do risco, da experiência e da aventura.

5.1.1 Uma Teologia do Desenvolvimento na América Latina

Alguns protestantes sentem-se indignos de seu próprio êxito. Esses estão inclinados a acreditar que a dinâmica do sistema capitalista provoca o estabelecimento de um centro e de uma periferia. Tanto que a Teologia da Libertação é bastante difundida entre os católicos, dos Estados Unidos. Até porque, sempre houve a exploração de um povo por outro. E na América Latina, possivelmente, o fracasso parece não ser do catolicismo, mas de certas tradições intelectuais do catolicismo.

Na América Latina o contraste entre os mais ricos e os mais pobres chega a espantar. Nos últimos decênios, esse fenômeno, está sendo estendido inclusive para a rica América do Norte. Os ideais do capitalismo democrático são preteridos pelos teólogos da libertação em favor do socialismo. Enquanto que, o capitalismo democrático parece favorecer uma sociedade aberta, mutável, pluralista. Vê a propriedade privada dos meios de produção, independente em relação ao Estado. Com liberdade plena para as instituições de direitos humanos e para o sistema moral e cultural, preceitos que estão na base do liberalismo.

O capitalismo democrático precisa de partidos, de líderes, sindicatos fortes, disciplinados. Precisa de igrejas compromissadas com o pluralismo e a vocação

leiga. Do tipo carismático e seitas neo-pentecostais. Pois precisa de uma comunidade comercial com uma visão mais ampla que a livre empresa sozinha. Precisa de líderes políticos que possam agir com uma visão rompedora da tradicional oscilação das culturas políticas entre hierarquia e anarquia(sic).

O continente da América Latina é ricamente favorecido por recursos naturais e imensas vitalidades humanas. Mas o problema é que o capitalismo democrático é um caminho muito estreito, e que o socialismo oferece rota mais nobre e, é conhecida também na América do Norte.

5.2 A IGREJA E A SUA IDENTIDADE

A identidade da Igreja Católica, como instituição religiosa, passa obviamente, por termos antropológicos, pelo o domínio do sagrado. Nessa caso o discurso teológico é, portanto, aquele que amarra a identidade da Igreja como Instituição e do Catolicismo como sistema religioso. É evidente, que, em toda a sua história, a Igreja Católica se envolveu, participou e tomou posições políticas, até porque estava inserida no mundo.

Porém, o discurso oficial da Igreja foi o teológico, ele não foi só o dominante, mas o englobante. E os outros discursos eram hierarquicamente subordinados. Na opinião de Velho (JB, 16/09/1984) pode ser enganador definir os setores do clero como progressista, revolucionário, conservador ou reacionário. Em termos da Antropologia Cultural não há nenhuma incoerência na lógica do Vaticano. O que sobressai é a inserção da Igreja no mundo, atuando, intervindo, participando, sem perder sua identidade e sem se confundir com partidos políticos.

Há uma espécie de movimento pendular, em torno do qual a Instituição Igreja Católica tem se mantido, sobretudo nos últimos séculos. Pois, tomam a primazia do teológico, da preocupação com o sagrado e, paralelamente, a coexistência com outros discursos e ênfases. Até do ponto de vista sociológico e cultural, é um fato, caso contrário não seria uma Instituição religiosa.

5.2.1 A Formação Política dos Militantes Católicos

A Igreja como nunca aceitou ser excluída da política no âmbito nacional, e por extensão no âmbito mundial. Preocupada com a participação na vida política, da parte dos cidadãos, cristãos ou não. A Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB) sob a coordenação da Comissão Episcopal para o laicato criou um centro que tem como objetivo apoiar, articular e estabelecer parcerias com lideranças de comunidades, pastorais sociais, movimentos, organismo eclesiais, e com pessoas que já assumem ou pretendem assumir cargos em instâncias partidárias. Este centro congrega as chamadas Escolas de Fé e Política.

Portanto, a Escola de formação Fé e Política é uma releitura da Teologia da Libertação, pois ambas têm o mesmo princípio de vivenciar o evangelho no plano secular. Porém, a Escola de Fé e Política tem a preocupação maior de contribuir com a formação de liderança inseridas na política, em suas diferentes formas e níveis, a partir de uma reflexão "bíblica", teológica, das ciências sociais e da filosofia, pela óptica da Igreja; para a construção de uma sociedade justa, solidária, democrática, pluricultural e pluriétnica, ou seja, construir uma sociedade com um pensamento social cristão à luz dos Ensinamentos da Igreja e dos valores evangélicos.

Ademais, a metodologia aplicada pela Escola de Fé e Política, tem como base à pedagogia libertadora, tal como a Teologia da Libertação, através de técnicas e instrumentos vivenciados na educação popular e nos grupos da Igreja. E sobretudo, a formação política dos cristãos nas múltiplas dimensões, relacionadas entre si, tais como: ética, espiritual e intelectual; a partir da opção pelos pobres, em comunhão com as diretrizes da Igreja no país.

Na visão da Igreja, a militância política católica, tem que ter presente que algumas escolhas em matéria social, devem se apoiar em valor substancial de fundo. De maneira que crie possibilidade de interpretar alguns princípios basilares da teoria política de forma diferente, bem como a complexidade técnica de grande parte dos problemas políticos. E na pluralidade de partidos que há, dentro dos quais os católicos podem escolher a sua militância para exercer. Por isso, a Igreja considera que os leigos católicos têm de confrontar-se constantemente para obter a própria participação na vida, pautada na coerente responsabilidade com os princípios temporais.

Com isto, a Igreja percebe que nas sociedades democráticas todas as propostas são discutidas e avaliadas livremente. Contudo, em sua concepção aquele que, em nome do respeito da consciência individual, visse no dever **moral** dos cristãos de ser coerentes com a própria consciência um sinal para desqua-

lificá-los politicamente, negando a sua legitimidade de agir em política de acordo com as próprias convicções relativas ao bem comum, cairia numa espécie de intolerante laicismo.

O desejo da Igreja é de subsidiar a reflexão dos participantes da Escola de Fé e Política, sobre os modelos de organização da sociedade e do Estado, ou seja, apesar da Escola apostar no local, isto é, entender a sua realidade local; a partir da prática e o conhecimento político dos participantes. Consiste num constante desafio de ser uma construção coletiva.

Completamente diferente é a questão do direito-dever dos cidadãos católicos, aliás como de todos os demais cidadãos, de procurar sinceramente a verdade e promover a defender com meios lícitos as verdades morais relativas à vida social, à justiça, à liberdade, ao respeito à vida e dos outros direitos da pessoa. O fato de algumas destas verdades serem também ensinadas pela Igreja não diminui a legitimidade civil e a laicidade do empenho dos que com elas se identificam, independentemente do papel que a busca racional e a confirmação ditada pela fé tenham tido no seu reconhecimento por parte de cada cidadão. (nota, Doutrina da Fé, 24/11/2002).

Embora, a Igreja sempre tenha estimulado a participação de leigos na política. Há uma longa tradição do Ensino Social da Igreja incitando os cristãos para que assumam o campo da política como um instrumento importante para a "edificação de uma sociedade justa". A Escola tem como objetivo de contribuir para a mudança de práticas políticas, e que se ajuda de fato na preparação ou aprimoramento de quem deseja entrar, ou quem já atua na política. Por conseguinte, nesta perspectiva a Escola contribui na sistematização dos conhecimentos, funcionando portanto como intelectual orgânica.

Além do mais, a constatação de que a Igreja tem sido, nestes últimos anos, permeável aos interesses populares e, principalmente sensível à sua necessidade organizativa. Embora, não excluí a afirmação de que a sua relação que mantém com os movimentos sociais é contraditória. Contudo, este paradoxo é que preserva a sua unidade, e ao mesmo tempo assume a defesa dos interesses específicos de uma classe oprimida, acaba gerando relações tensas e conflitivas entre sua hierarquia.

Nos últimos anos, cresceu a participação de militantes nos movimentos sociais, nas pastorais e de pessoas vinculadas a trabalhos em comunidades e paróquias. Pois com fim da utopia socialista deixou de haver os partidos de base, e só continuaram a existir agremiações sem fundamentos ideológicos. Só voltados para o

poder deslegitimado, preocupando-se com eleições, onde os ilustres e intelectuais do partido se lançam como dirigentes, formando os chamados partidos oligárquicos. Por isso, os partidos não foram capazes de serem espaços de produção do novo, de radicalizarem a Democracia interna, de promoverem formação.

Com isso, foram às lacunas deixadas pelos partidos políticos, que levaram a Igreja perceber uma oportunidade de retornar a opinar no campo político. A Igreja através de reformulação pedagógica que fez a opção pelos pobres, constitui toda uma acessoria e apoio aos movimentos sociais que aceitam a sua interferência. Por isso, a hierarquia da Igreja estimulou a abertura de várias Escolas de Formação Fé e Política por todo país. Ademais, a Escola foi responsável pela criação de Escolas diocesanas, de cursos relacionados ao tema fé e política, grupos de estudos e até mesmo pela criação e fortalecimento da Pastoral Sócio-Político nas dioceses.

Em Curitiba, a Escola de Fé e Política teve sua atividade migrada para a ONG Milton Santos-Lorenzo Milani, tendo em vista que a sua clientela inicial que era composta de militantes católicos, passou a ser composta de lideranças de movimentos, profissionais recém formados, estudantes etc. Mas não necessariamente, praticantes de alguma religião. E principalmente, devido ao fato que se tornando uma ONG poderia angariar fundos de diversas procedências, para o seu funcionamento. Coisa que uma Escola de fé e política vinculada à Cúria Metropolitana, legalmente não pode fazer.

5.2.2 A Pedagogia Popular Católica

Dentro da dialética teoria-práxis, o trabalho popular é tido como trabalho político. Mas dentro de uma concepção religiosa, esse trabalho configura-se em uma espécie de mística. Onde a espiritualidade, embora com traços seculares tornam-se marcantes. O voluntarismo é a principal força de trabalho. Para isso, [...] É só a participação na vida e na luta do povo que dá base a uma pessoa ou agência começa um trabalho junto a ele.[...] (BOFF, 1985, p.55).

Os intelectuais religiosos, não necessariamente consagrados, ligam fé com política, sendo que o povo sempre liga fé com vida. Esta ligação tem um caráter mais conservador do transformador. É a partir dentro da fé que a dimensão política se desenvolve, com objetivo de manter a relação entre fé e vida ativa. A pastoral

popular (Igreja) deve ter como referência à Palavra de Deus de maneira orgânica, a fim de haja uma verdadeira impregnação da comunidade nas fontes da fé.

Em termos de metodologia a pastoral popular deve estimular a comunidade, à participar de atividades intra-eclesiais, consideradas como dimensão de "política democrática" interna à igreja. Ao mesmo tempo, que a comunidade se abra ao compromisso social.

Algumas ações diretas populares foram aconselhadas por Boff (1985), tais como:

- abaixo-assinados, manifestos de solidariedade, etc.;
- caminhadas, marchas, passeatas;
- greves, paralisações, etc.;
- comícios, concentrações e outras manifestações públicas;
- celebrações de protesto, reivindicação ou vitória;
- ocupação de espaço (ruas, praças, edifícios, fábricas, etc.);
- boicotes (de reuniões, produtos, ações);
- mutirões e outras ações de entreatajuda, etc.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de aprofundar os estudos sobre uma rede de ONGs de formação, no papel de intelectuais orgânicos foi feita uma pesquisa qualitativa, por meio de três técnicas instrumentais, que foram as seguintes: a bibliográfica, a observação participante e a entrevista semi-estrutural.

Cada uma dessas técnicas possuem suas características próprias e, a sua escolha atendeu a uma necessidade do estudo. A partir de agora segue-se a exposição de motivo, da escolha de cada uma das técnicas de pesquisa utilizadas

6.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Este instrumento de investigação científica ocorreu paralelo ao trabalho de campo, até pelo fato que ele integrava o universo da empiria. Ademais, este estudo se baseia nos seguintes eixos temáticos: na teoria da complexidade, na teoria das organizações, sendo que ambas confluem para a teoria da rede, como um organismo vivo. Por isso, foi utilizado textos da literatura específica para a parte teórica, que foi enriquecido com o contato com trabalhos acadêmicos publicados em livros e artigos, sobre o fenômeno social das ONGs, no aspecto geral e, no particular foram utilizados textos escritos e vídeos, que abordam as atividades desenvolvidas pelas ONGs, que são objetos de estudo deste trabalho. Nesse sentido, levamos em consideração a opinião de Eco (2002) de que, em certas circunstâncias uma pesquisa bibliográfica bem feita, é o suficiente para dar conta de um trabalho científico, até no campo das ciências sociais.

6.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Na pesquisa de campo, propriamente dita, de acordo com Becker (1997) os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo, de forma contextualizada. Sem, no entanto, desprezar os princípios gerais importantes de uma pesquisa, por exemplo, o respeito ao acordo entre pesquisador e pesquisado, mesmo que seja de forma consensual.

Inicialmente será feita uma exposição explicativa sobre a consciência dos

problemas que advêm de uma pesquisa acadêmica, principalmente, no âmbito das Ciências Sociais.

Nas chamadas pesquisas qualitativas, as suas técnicas, como entrevista, observação participante trazem consigo valores ideológicos, que aparecem de forma contundente no seu resultado, mesmo que tenha tomado todas as precauções contra as estereotípicas. Nesse caso, a questão da neutralidade é algo delicado, porque nem sempre existe. Tendo em vista que, o engajamento do pesquisador e pesquisados ocorrem de uma maneira profunda, pois todos os envolvidos acabam se tornando atores sociais e sujeitos da pesquisa. Esse fenômeno da estereotípica ou bias, na pesquisa pode ser lido como desvio padrão, principalmente na pesquisa quanti.

A objetividade continua sendo o grande ideal difícil das Ciências Sociais, pois até mesmo a ciência empírica também "constrói" o dado. A objetividade acaba se perdendo em pressupostos não tão objetivos. Até porque é possível que, um juízo de valor possa emergir na argumentação. Mas é necessário, que ele não seja passado adiante como se fosse um argumento. O cientista tem que deixar claro para o seu leitores, onde o investigador pensante termina e o homem de vontade começa a falar. E onde os argumentos se dirigem à razão e onde se dirigem aos sentimentos. É comum haver essa mistura de discussão científica dos fatos e opiniões valorativas.

Demo (1973), citando Weber fala da neutralidade científica, como algo que possui valor, no entanto, não é colocada neutramente. Destaca que deve haver um "dever científico" de seguir a "objetividade", mesmo que não exista uma total isenção do sujeito face ao objeto. Mas, sim, como postulado metodológico, que, como qualquer postulado, depende de uma posição valorativa.

A escolha do tema está presa à subjetividade da pessoa. Embora sempre se tente fundamentar a escolha através de argumentos, não passamos de justificativa, porque há elementos inconscientes que estão subjacentes, sem que possamos explicá-los. Ou seja, podemos tentar dar ao tema um tratamento "objetivado", ainda que tenha sido escolhido de acordo com valores pessoais.

Nesse caso, a isenção é uma forma ética.

[...] Assim sendo, o conceito de neutralidade é irreal, para não dizermos ingênuo; desfaz na sua própria colocação sua razão de ser: ser neutro; pois não passa de uma maneira de valorar uma atitude de preferência a outras. Se considerarmos a sociedade como um campo carregado de valores, a isenção de valor é claramente uma tomada de posição. Nestes

termos, a distinção entre fato e valor só pode ter um valor metodológico, para fins de pesquisa e análise.[...] (DEMO, 1973, p.13).

Demo(1973) chama atenção para o fato, que todas as éticas adotam o princípio de que os fins não justificam os meios. É possível dizer, que objetividade não existe na problemática do sujeito/objeto. Mas existe objetivação, que é um esforço de conhecer a realidade.

A neutralidade é um tipo preferencial de envolvimento com o objeto. Ao se primaziar o conhecimento objetivo (em termos apenas ideais, porque na prática nunca acontece isto), estabelecemos uma distinção, cujo único valor está na artificialidade proveitosa por razões meramente metodológicas. (DEMO, 1973, p.20).

É comum utilizar nas pesquisas qualitativas projetos voltados para os setores populares, onde implicam um compromisso social do pesquisador. Dessa forma é possível gerar conhecimento sobre a vida do povo. E os homens e mulheres de comunidades populares passam a serem sujeitos da pesquisa. O que antes eram, simplesmente, objeto de estudo.

Para Brandão (1985) a observação participante integra a pesquisa participante, a partir do momento que a lógica do pesquisador e de sua ciência forem postas de lado, em detrimento do destaque da cultura que é investigada e, como ela é expressada pelos próprios sujeitos que a vivenciam.

Na visão de Gajardo (1986), o futuro ainda está por construir e essas práticas de pesquisas todavia não se tornaram um modelo alternativo de produção científica. Perceber a visão de mundo do outro, assim como, a revelação da subjetividade do pesquisado, feito através do discurso e da ação, é fazer uma Antropologia Filosófica. A pesquisa qualitativa é de modo geral participante. Porque busca conhecer a trajetória de vida do outro e, evidentemente, é plena de intencionalidade, mas é possível o retorno ao indivíduo pesquisado. No entanto, é uma pesquisa que não pode ser excludente. Já, para Zago (2003) chama atenção para fato de que o objetivo da investigação é a compreensão do social. Por isso, tem que se levar em consideração a questão do estranhamento, tendo em vista que a posição do pesquisador, que frequentemente é um elemento estranho ao grupo pesquisado; pode ser conduzido a uma visão de mundo diferente da do pesquisado. Para atingir o objetivo proposto tem que haver uma situação de interação. Para isso, é necessário haver uma relação de confiança, entre ambas as partes.

A principal questão que é levantada nas pesquisas qualis é saber quando é

mais participação do que pesquisa. E em que medida a participação pode ser uma maneira de descobrir a realidade ou de manipulá-la. Na opinião de Demo, sobretudo a pesquisa participante ainda vive, de maneira geral, mais do entusiasmo do que da fundamentação teórica. Até devido ao fato de que, a escolha do objeto de estudo, forma de investigá-lo, enfim tudo é ideológico, e se passam dentro de uma opção política. Um dos objetivos da pesquisa participante é criar saber popular, porque acredita-se que o domínio do saber é uma fonte de poder. E com este é possível haver transformação social. Este ponto nos remete a situação do intelectual orgânico, que o pesquisador passa a viver. Portanto, o que se costuma designar como pesquisa participante, é um conjunto heterogêneo de visões metodológicas. Embora a questão da alteridade seja colocada como algo benéfico política e cientificamente, ela é colocada porque as tradicionais pesquisas participantes são feitas com o OUTRO, de uma classe social ou grupo de status diferente, e menos privilegiado em relação ao do pesquisador.

[...] mera conscientização política não adianta, porque não interessa mera pobreza participada... embora devendo-se reconhecer que a PP seja um gênero válido de pesquisa, criativo, potencial e promissor, está cercada de banalizações excessivas, que o simples entusiasmo não pode superar. (DEMO, 1985, p.119 e 130).

6.3 A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A entrevista permite obter uma grande quantidade de informações em tempo relativamente curto. Deve-se recorrer à entrevista, sempre que se tem necessidade de dados que não podem ser encontrados em outras fontes e, que se espera que alguém esteja em condições de prover. Entrevistar lideranças ou chefias de um grupo nos permite conhecer as suas idéias, mas também, entrevistar pessoas comuns que integram o grupo, pode somar informações e, com isso, obter uma imagem melhor do grupo estudado.

Na opinião de Mann (1973), muitas vezes as entrevistas são de fato leitura bastante agradável. Mas não são Ciências Sociais, portanto não é sempre necessário pensar em entrevista como tipo altamente padronizado dos levantamentos por amostragem. Uma entrevista é essencialmente uma situação de estímulo-reação, pois o informante dispõe de maior liberdade para estender-se e

expor suas idéias. E isso, pode ser extremamente útil para se chegar ao fundo de complexos acontecimentos e situações sociais. Principalmente, em uma entrevista informal ou semi-estruturada. Ela deve ser complementar de uma observação participante. Porém, este tipo de entrevista não pode ser usada para testar hipótese.

Por um lado, existem motivos de dúvida quanto à validade científica de dados obtidos por meio de entrevista, isto se deve ao fato de que há possibilidades dos entrevistados serem influenciados, consciente ou inconscientemente, pelo entrevistador. Apesar de um treinamento, alguns entrevistadores acabam influenciando as respostas de seus entrevistados, por estarem preocupados em obter resultados objetivos. De acordo com Nogueira (1969) os dados obtidos através de narrativas livres têm mais valor, embora sejam menos completos, do que as informações obtidas através de interrogatórios.

Por outro lado, quanto maior familiaridade o entrevistador tiver sobre o assunto tratado, mais estará em condições de compreender as declarações do entrevistado, de memorizá-las e registrá-las, caso não seja possível o uso de gravadores. Que não deixa de ser um fator inibidor. Porém quando existe uma situação discreta para a entrevista, torna-se mais fácil obter informações espontâneas e confidenciais de uma pessoa isolada do que uma pessoa acompanhada ou em grupo.

Foi escolhida a entrevista semi-estrutural, pelo fato de que os assuntos livres paralelo ao eixo focal, eram tão importantes quanto o último. Porque a partir deles era possível inteirar-se de algo mais que ocorrem nas ONGs, em questão. Haja vista, que o entrevistado se sente mais a vontade para declarar a sua opinião sem sentir-se comprometido com o discurso oficial, pois todo tipo de entrevista gera este clima psicológico, isto é, o da meia verdade, por mais que o entrevistador seja habilidoso, a omissão ou a inverdade sempre aparecem.

A entrevista é um bom momento para fazer as observações complementares, tais como: em que espaço está sendo feita a entrevista; qual a função do entrevistado em relação à instituição e, até mesmo o horário que foi utilizada essa técnica. E é por meio dela que se pode conhecer opiniões, atitudes e crenças.

Além disso, os eixos focais do estudo foram centrados nos seguintes aspectos:

- qual é o público-alvo que as ONGs atendem;

- as origens das fontes de financiamentos dessas ONGs e Movimentos, tanto fontes nacionais, incluindo financiamento público, quanto as fontes internacionais;
- a questão da renúncia fiscal de empresas que aplicam em ONGs e, que possuem caráter sócio-ambiental;
- a articulação entre as ONGs, quando da conformação da rede e, se elas possuem autonomia;
- a possibilidade de gerar intelectual orgânico, nas ONGs de formação;
- que tipos de cursos são dados pelas ONGs e, se inclui a consciência ecológica, com ou não transferência de responsabilidade, pela mesma;
- sobre a formação dos professores e monitores;
- Qual o ethos de cada ONG ou Movimento que integram a rede de apoio

7 ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento para a elaboração da síntese de cada um dos segmentos entrevistados e observados foi o seguinte:

- leitura atenta de cada entrevista, compreendendo os eixos focais;
- elaboração de breve redação que destaca e sintetiza os aspectos considerados mais importantes e relevantes das respostas dadas pelos entrevistados a cada pergunta.

Quanto às citações introduzidas no texto, estas foram obtidas ao longo do processo de estudo e constituíram-se em elementos fundamentais de referência para elaboração da presente monografia. E o resultado foram apresentados conforme se segue:

1º) Os Sem Terras

O MST se coloca dentro de uma luta popular, sua matriz é a Via Campesina, que arregimenta os outros movimentos para luta pela terra. Há outros movimentos conectados à Via Campesina, como é o caso do MMC – Movimento de mulheres camponesas, que reivindicam crédito para criação de mini empresas, preferencialmente a agroindústria. Além de se preocuparem com outras questões femininas. O MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. Mas é o MST o fomentador da consciência política da rede.

Ser Sem Terra ou possuir esta identidade resulta de uma construção que ocorre junto com a construção do seu espaço. Estando uma coisa contida na outra, no espaço que o MST constitui, se constitui também, a identidade com o próprio Movimento.

Quando estudou a identidade de lideranças do MST, Tereza Queiroz (2000) tratou também de territorialidade, com destaque quando acentua dimensões relevantes: articulação com a identidade coletiva do Movimento, inscrição no tempo e o espaço de lutas e diálogo com aliados. As relações estabelecidas com outros atores são elementos constitutivos da identidade do MST e das posições ocupadas pelas lideranças, no núcleo dirigente propriamente dito, na direção de associações ou cooperativas de produção agropecuária e lideranças de acampamentos.

Os assentamentos do MST são como "objetos por excelência das políticas públicas governamentais e não-governamentais", pois, modificam as relações locais de poder e implementam uma nova dinâmica de demandas por saúde, educação, transporte, apoio à produção etc., inclusive com presença de mediações de rede que extrapola, muitas vezes, até os limites do território nacional. Em relação às terras dos assentados, estas pertencem ao Movimento. E eles estão isentos dos seguintes pagamentos: de impostos, de água e de luz.

Segundo uma integrante da ONG CEFURIA, o Movimento dos SemTerras possui uma milícia com objetivo de vigiar os acampamentos. E que muitas vezes, vão à frente das passeatas de manifestações, principalmente nas invasões de terras e de prédios públicos. Essa milícia é composta por homens e mulheres.

Além do conjunto dos referidos espaços existem outros, seja no campo ou seja na cidade. No Brasil, ou no mundo, mostram-se como áreas de influência do MST, como por exemplos: as redes de amigos, formadas de pesquisadores, professores, artistas, profissionais liberais, sindicalistas, parlamentares, membros do executivo e judiciário, junto também de estruturas aqui chamadas de operacionais, como as suas cooperativas, sítios da internet, escolas de formação em diversos estados do País, e, ainda, atores chamados aqui de cooperação, como outros movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos ou centrais, ONGs ou suas redes.

A relação reticular do MST, no sentido vertical, se dá também com ONGs alemães e norueguesas. ONGs que possuem um discurso de esquerda progressista. Além de Igrejas estrangeiras, dentre elas, uma Igreja de denominação cristã não-católica. Existe, também, um acordo com o Greenpeace para defesa da Amazônia e de áreas carentes das cidades. De tal maneira que o MST, cada vez mais, se torna um movimento urbano.

Os dirigentes negam que recebem dinheiro do governo e, afirmam que o orçamento é descentralizado, neste caso não possui caixa única. As mobilizações são organizadas pelas unidades locais e com recursos dos próprios assentados. Mas para ações mais complexas, o MST movimenta ONGs nacionais.

2º) Entrevista com um dos dirigentes da ONG - CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo)

Local: na sede do CEFURIA, cujo imóvel pertence à Cúria Metropolitana

É uma ONG que compõe a rede de apoio de Movimento Populares. Funciona em Curitiba, desde do início dos anos oitenta. Está encarregada de organizar o trabalho com economia solidária, desde 10 de novembro de 2001. Cujos discursos é criar uma outra economia que seja solidária, participativa e sem exclusão. Onde as pessoas possam buscar a sobrevivência não de forma individual, mas sim, de forma coletiva.

O grupo se norteia por meio da pedagogia de Paulo Freire. Para eles as trocas solidárias são um espaço de exercício pedagógico e formativo, onde as pessoas podem dizer a sua palavra e, e tem a possibilidade de assumir seu papel pessoal e comunitário. E passam agir como prossumidoras, isto é, produtoras (já que aprendem alguma atividade para geração de renda) e consumidoras.

O grupo considera que a economia dos clubes de trocas, que é uma feira onde os integrantes expõem os seus produtos, além de ser construída a partir dos pobres, revelam as feridas do modelo capitalista.

Na feira o grupo pode utilizar tanto a moeda social, chamada **pinhão** ou pode ser feito o escambo. São criadas equipes de trabalho sempre de forma rotativa, para que todos possam participar de todos os passos do funcionamento da feira.

As entidades parceiras são os movimentos sociais e ONGs que compõem a rede de relacionamento de inspiração na Teologia da Libertação de Curitiba e região. Além dos parceiros público, como o FOME ZERO (do Governo Federal), mesmo que pretendam não ser um remendo para o modelo capitalista-assitencialista. Oferecem os alimentos nos clubes de trocas, com intenção de aumentar a diversidade de ofertas. Dessa feita ampliam a rede clientelista dos participantes.

3º) Entrevista com uma representante de Comunidade Eclesial de Base

Local: no CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores), que pertence à Companhia de Jesus

– **Catequese e pastoral são as mesmas coisas?** Não, vou explicar:

A partir do ano 2008 a catequese passará a ser Ministério, porque pastoral,

ela já é. O Ministério dará um maior compromisso. Não é uma questão de hierarquia. Dará uma formação maior, nos seguintes sentidos: teológico, didático e espiritual. Nós não temos muita didática. Didática não é só no sentido padrão: com apostila, cronograma e regras. Didático é manter o contato com o local, e principalmente a particularidade do catequisando com a catequista. O favorecimento com a troca, o leigo junto no crescimento espiritual. É como Paulo VI dizia, na relação, na reflexão, com base nas leituras bíblicas. Isso é a principal característica da CEB.

- Está havendo uma reorganização das CEBs. Tanto que, no mês de março/08, houve uma assembléia, em Foz de Iguaçu, esta de caráter estadual. Estão se preparando para a assembléia nacional que ocorrerá em 2009. Há toda uma movimentação, com este objetivo.
- Em Foz de Iguaçu, havia mil delegados, eu e meu marido fomos os representantes de minha paróquia. Cada paróquia mandou dois representantes casados. A minha paróquia surgiu de uma comunidade eclesial de base. Agora murchou um pouco. A nossa intenção é reativar essa forma de ser Igreja. Encarregaram alguns casais de fazerem esta reorganização. Pois as pastorais trabalham de forma independente, ao contrário do que prega a Igreja, que é um trabalho conjugado.

4º) Entrevista com um dos dirigentes da ONG Milton Santos-Lorenzo Milani

Local: na sede da mesma ONG, que funciona no CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores)

- **Origem da ONG:** ela surgiu em 2003, a partir de uma decisão tomada numa reunião, entre os representantes do MST, CPT, CEFURIA, CEPAT, CEBs, Terra de Direito. Porém, o motivo para criação dessa nova ONG, não foi bem esclarecido.
- **A função da ONG:** os outros organismos já possuíam funções definidas, até mesmo de administração de cursos e, no entanto, a Milton Santos foi criada para dar cursos. Mas foi ela que ficou com o caráter de escola. Os conselheiros acharam que era necessário que houvesse uma parte teórica que acompanhasse as ações dos movimentos.

- **Colaboradores da ONG:** é um trabalho de voluntariado, mas existem pessoas que trabalham nas outras ONGs e, que prestam serviço a esta. Segundo, ele o CEFURIA dá uma assessoria a uma empresa (que não foi declinado o nome), além de desenvolver o projeto de padaria comunitária. E cada ONG e movimento foi surgindo, de acordo com a necessidade, porém não especificou que tipo de necessidade que era. Mas todas tiveram como matriz as CEBs.
- **A articulação entre as ONGs:** como já havia uma ONG similar, na Itália, que é a Lorenzo Milani, foi possível a formação de um empreendimento de caráter multinacional. A escolha do nome da ONG foi inspirada num teórico brasileiro e que também desenvolvia um trabalho social.
- **O público-alvo:** no início eram pessoas ligadas a sindicatos, a movimentos sociais e a associações de moradores. Posteriormente, foi diversificando e, começou aparecer pessoas sem vínculos com algum movimento, por exemplo, universitários, professores. Eles atendem pessoas que vêm de outros estados.
- **Os temas tratados nos cursos:** eles abordam em seus cursos várias questões, tais como: sobre a realidade brasileira, oficina freiriana (método Paulo Freire e a sua aplicabilidade no social), História do Paraná. Eles sempre repetem os tipos de cursos, até porque, uma pessoa que fez um curso recomenda-o a um conhecido. Em relação ao curso de realidade brasileira, além de tratar dos aspectos político, social e cultural do Brasil e em particular, o do Paraná. O entrevistado ressaltou que nesse curso sempre aborda a questão ecológica visando o global e local, é o que está bem na nossa contemporaneidade.
Os cursos são desenvolvidos através de dinâmicas, onde envolvem os alunos. E que no final é pedido para que os mesmos apresentem uma coisa por escrito. E que esteja próximo da sua realidade, para que os professores e os ativistas possam avaliar a evolução do trabalho da ONG. Na opinião do Sr. Cleonir, é possível até, que alguém que tenha feito um curso, se torne um intelectual orgânico próximo da concepção gramsciana.
- **A ideologia dominante:** ele ressaltou que é a católica. Pois o papel da religião é ser o fermento, isto é, vai ajudar no crescimento do pão (pessoa),

mas se este acabar saindo torto, não é responsabilidade da religião. Neste caso, o papel da ONG é ser multiplicadora de idéias, tal como na concepção de Paulo Freire. Mas, o que as pessoas farão com essas idéias, depende de cada uma delas. O mais importante é semear idéias.

- **Sobre os professores e formas de pagamentos:** ele informou que existe um convênio com a Universidade Federal do Paraná. E que alguns professores não cobram nada. Tanto alunos quanto professores podem se hospedarem na casa, que pertence a uma instituição religiosa. Eles cobram uma taxa de vinte a trinta reais, por encontros de fins de semana, que ocorrem uma vez por mês. E isso já é suficiente para colocar a comida.
- **Sobre o financiamento da ONG:** Ele reafirmou a questão do trabalho voluntário. E que da parte do governo não existe nenhuma colaboração. E que são as outras entidades da articulação é que colaboram, com o sustento material. A Lorenzo Milani, na Itália, pode até dar alguma ajuda, em alguns casos. As instituições que fazem parte da articulação possuem a sua autonomia. Quando foi indagado sobre a possibilidade de alguma empresa contratar os seus serviços, em troca de abatimento nos impostos, ele foi incisivo, ainda não teve nenhum caso desse.
- **Sobre a sua formação de trabalhador em ONG:** em sua vida de religioso, pertencia a uma Ordem missionária e, que ele esteve por um período de cinco anos na África, fazendo um trabalho semelhante ao que faz, atualmente. Ele foi integrante da Pastoral Operária.

5º) Entrevista com um representante da Comissão Pastoral da Terra

Local: na Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, em Curitiba

- **Identificação do entrevistado:** é um MST, assim como o seu pai que é um pequeno proprietário (não é assentado), no Rio Grande do Sul. Comentou que essa propriedade é muito pequena para deixar de herança para três filhos.
Ele estudou Pedagogia em uma universidade estadual, no Paraná. Conseguiu entrar na faculdade por meio da reserva de vagas para filho de MST.

- **Qual é a diferença entre Pastoral da Terra e o MST?** Não há um limite muito nítido entre as duas entidades, pois muitas ações sociais são iguais. Todas as ONGs e movimentos são, na verdade, formalidades jurídicas do MST.
Segundo o entrevistado, a Pastoral da Terra surgiu com cunho ecumênico, na Igreja Católica Romana. A Pastoral da Terra Estadual funciona num prédio residencial, que pertence à CNBB.
- **Como a sociedade brasileira lhe parece:** Falou da riqueza cultural brasileira, pois que originou de italianos, alemães, portugueses e negros e outros. Comentou sobre os preconceitos dos programas televisivos. Citou uma novela que colocava o negro com a cor do pecado. E, que o preconceito de qualquer espécie ficava situado no OUTRO, isto é, no dominante quando impõe a sua visão de mundo e, não está dissimulado na sociedade. Mas não aceitava que houvesse fragmentações sociais. Mantinha um discurso que os brasileiros são unidos. Mas que existem o oprimido e o opressor.
- **Como conciliar as fragmentações sociais dentro de um movimento grandioso, que é o MST, tendo em vista a dimensão do nosso território?** Dentro do movimento há uma aceitação de todos. Não existe divisões entre eles.
- **Sobre a questão da terra:** fez uma crítica contra as empresas transnacionais que estão comprando nossas terras, explorarem trabalhadores. E que o governo tem que fazer a reforma agrária, não só distribuindo terras, mas também, dando assistência técnica e educacional. Porque o Governo tem dinheiro, para isso.
- **Sobre a questão do assistencialismo:** procurou fazer a distinção entre ONGs de formação assistencialistas e as deles. Pois, as deles têm princípio de igualdade, por isso são diferentes das outras ONGs, inclusive, citou algumas que atuam na Amazônia.
- **Sobre a importância da produção de alimentos:** ele colocou que as cidades dependem dos camponeses, para se alimentar. Condenou os plantios de pinus e de eucalipto, pois não serviam para comer. E que não havia estudo de impacto ambiental sobre essas espécies. Estamos

preocupados com a ecologia, com a escassez da água. Não comemos cana todos dias.

- **Alguns canavieiros em São Paulo:** um grupo de trabalhadores que foram despedidos do trabalho e que pediu apoio ao CPT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi estudado nesta pesquisa, algumas considerações podem ser feitas e, que servirão de propostas para aprofundamento em estudos posteriores. Primeiro, a concepção fechada da vida ou a concepção insular do homem, baseadas no postulado que reduz todo problema biológico a termos físico-químico; foram postas em dúvida a partir da demonstração, que não existe matéria viva, e sim sistemas vivos, como "forma de organização particular". Portanto, frente à complexidade dos sistemas vivos e do princípio de entropia, da termodinâmica, a organização viva ou bio-cibernética acaba se transformando numa relação dialógica da complexidade, onde a ordem e a desordem estão em constante interação.

A organização é um complexo de variedades e de ordem repetitiva (redundância); pode ser considerada um compromisso ou uma conjugação entre o máximo de variedade e o máximo de redundância. De forma que, a primeira e fundamental complexidade do sistema é associar em si a idéia de unidade, por um lado, e de diversidade ou multiplicidade, por outro. Mas que a princípio se repelem e se excluem. Dando origem a um sistema é uma unidade global, não elementar, pois é constituído de partes diversas inter-relecionadas entre si.

Pode-se dizer que a palavra sistema designa uma rede de elementos interagindo uns sobre os outros. Onde o conceito de complexidade dá lugar a interpretações diversas, porque recobre uma realidade multidimensional e apresenta inúmeros aspectos multivariados mais ou menos complementares. De tal maneira, que todo o conhecimento científico, até hoje produzido se interligam de forma, que possibilita o desaparecimento das barreiras que existem entre as diversas áreas do saber. Nesse universo complexo auto-eco-organizacional, a ética responsável é tida como o motor propulsor de novos conhecimentos

Sobre a questão do Estado Nacional, este é fruto da modernidade e do sistema capitalista, até mesmo do capitalismo de Estatal, como foram os países socialistas reais. E, a crise dessas instituições reflete a crise tanto da modernidade, assim como crise do capitalismo. Tanto que, na atualidade cabe uma pergunta, será que o sonho acabou com esta crise econômica mundial, tendo em vista, que até, os neoliberais estão vendo o Estado como pater?

As fragmentações sociais que sempre existiram no interior das diversas sociedades modernas, foram ocultadas pelo "biombo" do Estado Nacional. Na

contemporaneidade, se apresentam como fragmentação sócio-nacionalista.

Além disso, quanto mais os Estados Modernos são globais, mais fragmentação surge dentro deles, tendo em vista que a diversidade que existe dentro deles passam a exigir direitos jurídicos. E contraditoriamente, eles ficam mais parecidos uns com outros e, no entanto continuam a manter os seus modelos sociais.

No caso do Brasil, não importando em que bases filosóficas, ou mesmo, se não passou por uma revolução burguesa. O que importa que a sociedade brasileira foi configurada de forma semelhante às das demais sociedades ocidentais, isto é, como uma sociedade de classe que abriga no interior de cada classes, sub-grupos étnicos, grupos de status etc. De maneira que nunca houve homogeneidade cultural. E como fomos colonizados por um país europeu, herdamos uma cultura política que predominava na Europa, dos séculos passados, isto é, aqui foi criado um Estado Nacional, de inspiração liberal, com caráter patrimonialista, semelhante ao da metrópole portuguesa.

Porém a principal característica da formação do Estado brasileiro é a predominância da ideologia católica, que influencia as diversas instituições sociais, incluindo, a Justiça. Mesmo, que se trate de um Estado laico.

Em relação às organizações não governamentais, estas surgem na interface entre a sociedade civil, empresa privada ou mercado e o Estado. Consideram uma conquista política legítima a ocupação desse espaço social, de forma que as legitimam como instituição. A ambivalência e a nova configuração, do que se entende por Estado Nacional são elementos geradores desses novos sujeitos sociais.

As ONGs apresentam-se como modelo alternativo de organização. Sempre procurando idéias praxistas ou pragmáticas para se nortear. A priori a preparação para o exercício da cidadania feita pelas ONGs de formação, tem como objetivo principal a conscientização, como preconiza Paulo Freire. E é acentuado pelo caráter transnacional das mesmas, que é mantido pelo fenômeno da rede social. Dessa forma está incluída na concepção da teoria da complexidade. Tomando como ponto de partida a auto-eco-organização impõem-se a todos os sujeitos individual ou coletivo, uma responsabilidade pelo futuro dos seres humanos; não só do ponto de vista social, numa ecologia política. Como do ponto de vista ambiental, tendo em vista que, a humanidade é planetária.

A posteriori, não se têm informações de acesso público, sobre a avaliação de desempenho das ONGs, como em relação à aprendizagem dos seus formados; como acompanham a participação cidadã dos mesmos; e qual o critério que elas utilizam para analisar a configuração de um processo de conscientização. Portanto, o grande problema, é a sua transparência para a sociedade inclusiva, por isso fica difícil perceber o verdadeiro ethos desses organismos.

Como as ONGs são vistas como principal parceiras do Estado, é necessário ressaltar que, a despeito da crise do Estado Nacional, esta se torna diminuta diante das duas gigantescas crises, no mundo globalizado, dos tempos atuais, que são: a crise econômica e a crise ambiental. E é neste momento que a proposta de Guerreiro Ramos apresenta um pluralismo singular, pois que, em sua concepção, dado o avançado desenvolvimento atingido pelo sistema de mercado e, as conseqüências destruidoras da sanidade psíquica do ser humano, da viabilidade social e da conservação ecológica, que tal desenvolvimento desencadeia, faz-se necessária, de maneira imperativa, a regulação política do sistema de mercado, o que romperia com a sua regulação monocêntrica sobre a sociedade, e permitiria a existência, ou melhor, a operação de múltiplos espaços sociais, com suas substancialidades próprias que atendam às necessidades de atualização humana. Com isso, percebe-se também o surgimento de novos centros de poder, de novas formas de articulação das relações sociais, fatos que exigem novos critérios para decisões em termos de políticas públicas. Na realidade, o paradigma paraeconômico leva em consideração a existência de políticas normativas substantivas de alocação de recursos na sociedade.

Cuja função específica é de promover um senso de coesão e integração de alvos e ideais entre o provedor e o receptor, distinto do senso de dependência que hoje caracteriza o discurso das organizações econômicas. Da mesma maneira, a alocação unidirecional atuaria como forma até mesmo de, em alguns casos, afastar os indivíduos das garras do mercado, promovendo a alocação de recursos em geral para sistemas outros que não o de mercado.

A rede de ONGs que é o objeto deste estudo administra cursos de geração de renda, baseado no modelo paraeconômico, pois ela tem sua origem nas CEBs.

As comunidades Eclesiais de Base emergiram durante o período de distensão política, do Governo Geisel, na década de setenta. Situando-se,

preferencialmente, nas periferias urbanas, tendo uma paróquia católica romana que estimulava o surgimento de outras paróquias na região. Além de servir como frente de massas e, o padre exercia o papel de organizador dos movimentos sociais. Mesmo quando este sai de cena, sempre permanece ele por trás desses movimentos sociais. Nesse sentido, o religioso e os demais militantes sociais procuram desempenhar o papel do intelectual orgânico.

Independente do motivo político das CEBs, existe o motivo religioso, que é o da disputa de clientela com outras denominações religiosas, tais como: as afro-brasileiras, as pentecostais, que entraram no Brasil no final do século XIX e se propagaram principalmente nas camadas populares. E, no final da década de sessenta começa a expansão do fenômeno neo-petencostalista, incluindo os católicos carismáticos. Além, naturalmente, da prática do catolicismo popular. Portanto, as cristologias praticadas pelas populações dessas áreas geográficas possuem um cunho de salvação. A partir disso, é possível entender o seu desinteresse por questões políticas.

A particularmente estudada, foi a Milton Santos-Lorenzo Milani. Este Centro de Formação foi fundado em 2003, e faz parte de uma articulação de entidades, isto é, de uma rede de ONGs e movimentos. Esta articulação se dá simultaneamente no Brasil e na Itália. O seu discurso se baseia no trabalho compartilhado, em busca de encontrar saídas que potencialize a resistência dos trabalhadores através da construção, troca e sistematização de conhecimentos que ajudem a traçar estratégias comuns de luta. Tem como princípio a valorização do conhecimento popular acumulado e presente nas lutas dos movimentos sociais, nacional e internacional. Partem de referenciais teóricos de várias disciplinas, para compreensão dos processos sociais e da construção de novos valores.

Se propõe a formação de lideranças populares como processo de tomada de consciência e busca de respostas alternativas à lógica do mercado, com objetivo de construir novas relações humanas baseadas na solidariedade, no respeito às diferenças, na valorização do ser humano em suas relações com a natureza.

O grupo de pessoas que trabalham nessa ONG, como associados é o mesmo que trabalham nas outras ONGs, da rede. Possuem alguns trabalhadores com possível registro empregatício. E os demais, são voluntários. Nos cursos que são dados, nesta ONG, os professores são de Universidades qualificadas, porém

os monitores que os assessoram são despreparados, demonstram possuírem conteúdo teórico insuficiente, para substituir o professor, caso for necessário. Além disso, a população que deveria ser atendida possui uma formação educacional, que denota o analfabetismo funcional, isto é, possuem uma carência instrução que, os colocam aquém da possibilidade de surgir intelectuais orgânicos, entre eles. Alguns estão em situação de letramento. Nesse sentido, o modelo teórico gramsciano, para educação popular, não atende o objetivo proposto por essas ONGs. Mesmo quando se trata da questão ecológica, dada nas oficinas freirianas, onde se estuda as proposta educacionais de Paulo Freire. E até mesmo em relação aos trabalhos das padarias comunitárias e das feiras de trocas, que são promissores, ainda assim, não formam intelectuais orgânicos. Pois há predominância do assistencialismo-fisiológico político.

Em relação ao modelo mental vigente entre os participantes do grupo em estudo, está baseado na concepção de que, é o movimento popular que dará rumo aos acontecimentos políticos-sociais. Por isso, utilizam o discurso da pressão popular sobre o Estado, para que este, autoritariamente, imponha sobre a sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, J. B.T. Desenvolvimento sustentado e meio ambiente. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Brasília, DF: UnB, 2000b. v.4.
- ANGELI, J. M. **Gramsci: globalização e pós-moderno**. Londrina: UEL, 1998.
- ARANTES, Paulo. **Folha de S. Paulo**, 23 ago. 2006.
- ARENDT, H. **O que é política?** 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **The World Bank's Partnership with Non-governmental Organizations**. Washington, D. C., Poverty and Social Policy Department, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2002.
- BIROU, A. **Luta Política e Fé em Cristo**. Porto: Editorial do Perpétuo Socorro, 1974.
- BEHRING, E. Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra. 9 ed., 2001.
- BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOFF, Clodovis. Re-partir da realidade ou da experiência de fé? Propostas para a CELAM de Aparecida? cf. artigo 5. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v.67, n.265, jan. 2007.
- BORÓN, Atílio. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOZZANO, H. **Territórios reais, territórios pensados, territórios posibles**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.
- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da Reforma do aparelho de Estado**. Brasília, DF, 1995.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: Editora 34; Brasília, DF: ENAP, 1998.
- BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA. **O novo conceito de filantropia: a contribuição do terceiro setor para o desenvolvimento sustentado do país**. São Paulo, 1999.

CLAVAL, P. A Revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F. A; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões**. Florianópolis: Atlas, 1999. V.1.

COSTA, José Silveira da. **Tomás de Aquino a razão a serviço da fé**. São Paulo: Moderna, 1993.

DEMO, Pedro. **Neutralidade científica**. Texto mimeografado, 1973.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOWBOR, L. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRAIBE, Sônia Maria. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n.17, mar./maio, 1993.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 17.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, L. O manifesto comunista e a dialética da globalização. In: COUTINHO, C. N.; REIS FILHO (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 28.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GAJARDO, Marcela. **A pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONH, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, A.. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 2.ed. S.Paulo: Editora Geral, 1980.

HERNÁNDEZ, M.C.P. Configuração do Estado Brasileiro. **Revista Saber Acadêmico**. ISSN 1980-5950. Edição de dezembro de 2008. Disponível em: <www.uniesp.edu.br/revista 6 >

HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português. Lisboa: Almedina, 2004.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Escala, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTE, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

JACOBSON, H. K. "The nature of international organizations". In: RUSSET, B. (Org.). **Choices in world politics**. New York: W. H. Freeman and Company, 1989.

JONAS, Hans. **Princípio responsabilidade**.. Rio de Janeiro: PUC. Contraponto, 2006.

KANT, Immanuel. A crítica da razão pura. In: **Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KING, Desmond. **O Estado e as estruturas de bem-estar**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.22, out. 1988.

KHUN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

KLOETZEL, K. **O que é meio ambiente**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros passos).

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana**. São Paulo: Paulinas, 1993.

LEIS, R. H. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: Eduardo J. Viola *et al.* (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEONARDI, M. L. A. Educação ambiental e teorias econômicas: primeiras aproximações. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão dos espaços regionais. Campinas: UNICAMP, 1996.

LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

- LIMA, J. C.; KOURY, M. G. P.; RIFIOSTIS, T. (Org.). **Trabalho, sociedade e meio ambiente**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- LIMA, M. J. A. **Ecologia humana: realidade e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MALFATTI, Selvino Antônio. "**Propostas de Organização da Sociedade**", Cadernos Liberais - 9. S. Paulo: Massao Ohno Editor, 1998.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Col. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANN, H. Peter. **Métodos de investigação sociológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARCUSE, Herbert. **Cultura e psicanálise**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARIOTTI, Humberto. **Pensamento complexo, suas aplicações à liderança à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MENEZES NETO, A. J. de. **Trabalho e educação no projeto de formação profissional do MST**. 2003. Disponível em: <[http:// www.senac.br](http://www.senac.br)>.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTAÑO, Carlos. Das lógicas do Estado às 'lógicas da sociedade civil': Estado e 'terceiro setor' em questão. **Serviço social & sociedade**. São Paulo: Cortez, n.59, 1999.
- MONTAÑO, CARLOS. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- MORIN, Edgard **O método 3: conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, Edgard. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MORROW, R. A, TORRES, C. A. **Gramsci e a Educação Popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v.4, n.2, p.33-50, jul./dez. 2004.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Brasília, DF: UNB, v.1, p.91-109 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

- NOVAK, Michael. **O espírito do capitalismo democrático**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.
- PAIM, Antonio. **A escola eclética**. Londrina: Editora UEL, 1996.
- PAIM, Antonio. **História das idéias filosóficas**. 5.ed. Londrina: Editora UEL, 1997.
- PAIM, Antonio; PROTA, Leonardo; RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Curso de humanidades 5 filosofia**. Londrina: Editora UEL/CEFI, 1999.
- PENA-VEGA, A. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- PEREIRA, P. A. A questão social e a transformação das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Ser Social**, Brasília, DF, UnB, n.6 jan./jun. 2000.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- PONCHIROLLI, Osmar. **O Capital humano: sua importância na gestão estratégica do conhecimento**. Curitiba: Juruá, 2005.
- PONCHIROLLI, Osmar. **O papel do intelectual orgânico e educação**. Monografia de Especialização. Curitiba: PUCPR, 1996.
- POPPER, Karl R., **Conjecturas e refutações**. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972.
- QUEIRÓZ, T. C. da N. **As lideranças do movimento sem terra na Paraíba: ambigüidades e aproximações identitárias**. 2000. Disponível em: <<http://www.geocities.com/ptreview>>.
- RAMOS, Guerreiro. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- RATZINGER, J. **O que é a teologia da libertação**. Jornal do Brasil. 22/04/84.
- REALE, Miguel. **A experiência e cultura**. São Paulo: Edusp, 1977.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROMANO, Roberto. **Corpo e cristal: Marx Romântico**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois S. A., 1985.
- ROSANVALLON. Pierre. **A crise do estado-providência**. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- ROSANVALLON. Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado providência**. Brasília, DF: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SADER, Emir. **GRAMISCI: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2005. v.1.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Palestra ocorrida no **I Encontro de Direito e Cultura Latino-Americanos: diversidade, identidade e emancipação**: UFPR, 05/08/2005b.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de alicé: o social e o político na pós-modernidade**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Milton. Natureza do espaço: técnica e tempo. **Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SERVET, Jean-Michel. **Une économie sans argent: les systèmes d'échange local**. Paris: Seuil, 1999.
- SHHERER WARREN, I. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1999.
- SILVA, M. O. S. **Avaliação das políticas sociais: concepção e modelos analíticos**. Serviço Social Sociedade. São Paulo: Cortez, n.53, 1997.
- SILVA, Maria Ozanira da. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Rio de Janeiro: Garamond 2004.
- STACEY, R. **Complexity and Creativity in Organizations**. San Francisco: Berret-Koehler Publishers, 1996.
- TEIXEIRA, E. **O local e o global limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.
- TEIXEIRA, Faustino. Teologia da libertação: a contribuição mais original da América Latina para o mundo. **Revista IHU On-line**. Edição 285/09 de dezembro de 2008. Disponível em: <www.unisinos.br/huonline/index.php>.
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**: idéias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

WILLIAM J. GOODE e PAUL K. HATT, **Métodos em Pesquisa Social**. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional 1968.

ZAGO, N.; CARVALHO, M.; VILELA, R. **Itinerário de pesquisas**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Florianópolis: DP&A, 2003.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ANEXO

CAPÍTULO II - DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54. Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
(Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005);

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.
(Incluído pela Lei nº 11.127, de 2005).

Art. 55. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

Art. 56. A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

Parágrafo único. Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, *de per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto. (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

Art. 58. Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

Art. 59. Compete privativamente à assembléia geral: (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

I - destituir os administradores; (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

II - alterar o estatuto. (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da assembléia especialmente convocada para esse fim, cujo quorum será o estabelecido no estatuto, bem como os critérios de eleição dos administradores. (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

Art. 60. A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la. (Redação dada pela Lei nº 11.127, de 2005)

Art. 61. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissa esta, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 1º Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

§ 2º Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)